



**INSTITUTO LATINO-
AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES
INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

**A FALA E SUAS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO:
UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA LINGUÍSTICO DA ORGANIZAÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS E O CONTROLE DA PALAVRA**

PABLO ÁVILA MILITÃO

Foz do Iguaçu
2018



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**A FALA E SUAS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO:
UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA LINGUÍSTICO DA ORGANIZAÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS E O CONTROLE DA PALAVRA**

PABLO ÁVILA MILITÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci

Foz do Iguaçu

2018

PABLO ÁVILA MILITÃO

**A FALA E SUAS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO:
UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA LINGUÍSTICO DA ORGANIZAÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS E O CONTROLE DA PALAVRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci
UNILA

Coorientadora: Prof. Dra. Laura Janaina Dias Amato
UNILA

Prof. Dra. Angela Erazo Muñoz
UFPB

Prof. Me. Karen dos Santos Honório
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) dia(s) 11 do mês de julho do ano de 2018 realizou-se a apresentação pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado A fala e suas relações de dominação: uma análise sobre o sistema linguístico da ONU e o controle da palavra apresentado pelo discente Pablo Ávila Militão, do curso Relações Internacionais e Integração. Os trabalhos foram iniciados às 16 h 00, pelo(a) docente orientador(a) Tereza Maria Spyer Dulci presidente da banca examinadora, juntamente com o(a) docente co-orientador Laura Amato, a docente Angela Erazo e o(a) docente Karen dos Santos Honório.

Observações da Banca Examinadora:

A banca sugere que o trabalho seja publicado, destacando a qualidade da escrita e a maturidade da pesquisa, com alta qualidade de pesquisa tendo cumprido com todos os requisitos.

A Banca Examinadora, ao término da apresentação oral e da arguição do acadêmico, encerrou os trabalhos às 18 h 00. Os examinadores atribuíram as seguintes notas:

orientador(a)	nota final: <u>10,0</u>	Média final: <u>10,0</u>
docente	nota final: <u>10,0</u>	
docente	nota final: <u>10,0</u>	

Proclamado o resultado pelo presidente da banca examinadora, encerraram-se os trabalhos e, para constar, eu Tereza M. Spyer Dulci lavrei a presente Ata que assino juntamente com os demais membros da banca.

Foz do Iguaçu, 11 de julho de 2018

Assinaturas:

Tereza M. Spyer Dulci Laura J. P. Amato Karen dos Santos Honório

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria de Lourdes e Joaquim, que proporcionaram toda apoio e confiança em meus estudos, me fazendo acreditar em minha capacidade e não desistir de meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Maria de Lourdes e Joaquim, agradeço por se mostrarem grandes educadores e por se dedicarem tanto a mim. Esses que nunca duvidaram de minha capacidade e sempre me guiavam para voar cada vez mais longe.

À minha orientadora, Tereza, agradeço pela confiança em meu trabalho, e por acreditar no tema desta pesquisa. Agradeço pela dedicação, pelas horas, pela compreensão, pelas recomendações, pelas conversas e reuniões. Por me instigar a pesquisar por caminhos novos e por estabelecer dinâmicas de pensamentos diferentes.

À minha co-orientadora, Laura, agradeço pelos quatro anos de trabalho juntos em toda a graduação. Pelos ensinamentos em alemão e pelos ensinamentos em dinâmicas escolares. Por confiar em meu trabalho em diferentes projetos de pesquisa e de extensão, que contribuíram muito com minha formação. E por auxiliar e guiar para diferentes caminhos nesta monografia.

Ao Bruno, sou grato ao companheirismo e ao seu amor. Agradeço pelas horas dedicadas à mim, pelo carinho, pelos abraços e por ser um forte porto seguro. Aprendi muito com você e com nossa maturidade em nossa relação.

Ao Guilherme, obrigado. Você foi mais que um amigo. Obrigado pelas conversas, pelo companheirismo, pelas risadas, pela alegria e por me mostrar que poderia ser quem eu quisesse. Crescemos juntos durante esses anos e nossa sintonia é algo inexplicável.

À Gabriela, dedico um sentimento de saudade. Obrigado pelas horas de conversa em minha cama e pela companhia em sala de aula. Você sempre me inspirou a almejar ações que achava impossíveis de serem realizadas.

À Ananda, dedico um outro sentimento de saudade. Agradeço aos cafunés, às conversas pelo corredor e à nossa amizade que ainda permanece. Você também é uma inspiração, e sua dedicação me ensinou muito.

A todos os meus amigos, em especial ao Henrique, ao Petterson e à Lídia, agradeço pela presença, pela amizade e pelas conversas e mensagens positivas.

MILITÃO, Pablo Ávila. **A fala e suas relações de dominação**: uma análise sobre o sistema linguístico da Organização das Nações Unidas e o controle da palavra. 2018. 126 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais e Integração. – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto principal de estudo o sistema linguístico da Organização das Nações Unidas (ONU) e a relação de suas práticas linguísticas com tal ordenamento. Para isso, são estabelecidos objetivos específicos que auxiliam na leitura necessária a alcançar tais pontos. Sendo segmentado em três capítulos, utiliza-se o pensamento de Michel Foucault para a compreensão entre as relações de dominação e poder exercidas através da interação entre saber e poder, além de sua perspectiva sobre a construção de discursos que carregam verdades impostas. Outrossim, emprega-se também o pensamento de Pierre Bourdieu com o intuito de auxiliar na compreensão entre as práticas linguísticas e as relações de dominação entre grupos de locutores linguísticos diferentes. Assim, quanto à metodologia, propõe-se uma análise essencialmente qualitativa, sendo essa uma análise de conteúdo, dos documentos institucionais e informações disponibilizadas pelo site oficial da Organização Internacional. Em continuidade, analisa-se diferentes relatos de sujeitos que vivenciaram os espaços institucionais desse fórum global, sendo esses trazidos por entrevistas realizadas por esta presente monografia e por um vídeo produzido institucionalmente pela ONU. Por fim, conclui-se a veracidade da hipótese formulada, pois considera-se o ato da fala como mais uma das diferentes técnicas existentes dentro da ONU que exercem um controle e mantêm as posições das relações de poder existentes.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas. Sistema Linguístico da ONU. Mercado Linguístico. Michel Foucault. Pierre Bourdieu.

MILITÃO, Pablo Ávila. **El habla y sus relaciones de dominación**: un análisis acerca del sistema lingüístico de las Naciones Unidas y el control de la palabra. 2018. 126 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais e Integração. – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMEN

La presente monografía tiene como objeto principal de estudio el sistema lingüístico de la Organización de las Naciones Unidas y la relación de sus prácticas lingüísticas con este ordenamiento. Luego, son establecidos objetivos específicos que ayudan en la lectura necesaria para alcanzar tales puntos. Dividido en tres capítulos, es utilizado el pensamiento de Michel Foucault para llegar en la comprensión acerca de las relaciones de dominación y poder de discursos que traen verdades impuestas. Además, la monografía plantea también el pensamiento de Pierre Bourdieu con el propósito de comprender las prácticas lingüísticas y las relaciones de dominación entre grupos de locutores lingüísticos diferentes. Por siguiente, como una próxima etapa, es analizado diferentes relatos de sujetos que vivenciaran los espacios institucionales de ese fórum global a través de entrevistas hechas por este trabajo, además de un video hecho institucionalmente por la Organización. De este modo, el trabajo propone una metodología de análisis esencialmente cualitativa, teniendo en cuenta una análisis de contenido, de documentos institucionales e informaciones disponible en el sitio oficial de las Naciones Unidas. Finalmente, se concluye la veracidad de la hipótesis formulada, pues se plantea el acto del habla como una de las diferentes técnicas existentes en las Naciones Unidas que ejercen un control y mantienen las posiciones de las relaciones de poder existentes.

Palabras claves: Organización de las Naciones Unidas. Sistema Lingüístico de las Naciones Unidas. Mercado Lingüístico. Michel Foucault. Pierre Bourdieu.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Disposição dos assentos do Conselho de Segurança.....	43
Imagem 2: Captura de tela do vídeo "un mundo, muchos idiomas".	75
Imagem 3: Captura de tela do vídeo "English at the United Nations: the challenges of one common language".	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: A porcentagem da utilização de cada idioma no sistema linguístico dos Estatutos Internos observados.	56
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sistema Linguístico das Nações Unidas	55
Tabela 2: A Participação de Idiomas no Sistema Linguístico das Nações Unidas	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Organograma da Organização das Nações Unidas	41
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCI	Dependência Comum de Inspeção
DGACM	Departamento para a Assembleia Geral e Gestão de Conferências
ESI	Estudo de Segurança Internacional
EUA	Estados Unidos da América
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNODA	Escritório para Assuntos de Desarmamento das Nações Unidas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1 A TEORIA PÓS-MODERNA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4
1.1 O QUARTO DEBATE DAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4
1.2 A TEORIA PÓS-MODERNA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
1.3 A INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E PODER	16
1.4 O MERCADO LINGUÍSTICO E A LÍNGUA OFICIAL	22
1.5 CONCLUSÕES PARCIAIS	26
2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A SUA ESTRUTURA LINGUÍSTICA	27
2.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: DO CONTEXTO HISTÓRICO AO DISCURSO DA GUERRA PERPÉTUA	28
2.2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS POR DEBAIXO DOS PANOS	37
2.2.1 O ESTATUTO DE CADA ÓRGÃO POR DEBAIXO DOS PANOS	49
2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	57
3 O CONTROLE DA PALAVRA NA ONU	59
3.1 O MULTILINGUISMO NA ASSEMBLEIA GERAL	60
3.2 A CONSTRUÇÃO E A PROMOÇÃO DA MARCA ONU	74
3.3 O MERCADO LINGUÍSTICO DA ONU	83
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
APÊNCIDE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS UTILIZADAS PELAS ENTREVISTAS	105
APÊNDICE B - ENTREVISTAS ANALISADAS	107

INTRODUÇÃO

Entre as temáticas e áreas de produção de pesquisas no campo das Relações Internacionais, este pesquisador sempre se manteve curioso ao tentar entender os diferentes poderes e forças que se armazenavam nos atos de fala. Assim, no decorrer dos anos de graduação em uma Universidade de experiências e contatos linguísticos únicos, desenvolveu-se o desejo de compreender as diferentes relações que se escondiam através das palavras e de trocas linguísticas. Diferentes reflexões e estudos me conduziram a entender que a fala estabelece o controle do exercício de alguns poderes sobre outros grupos (FOUCAULT, 1996, p. 9) e que as trocas linguísticas compõem relações de força entre grupos de locutores diferentes (BOURDIEU, 2008, p. 23). Por conseguinte, esta é uma monografia que procura atender as inquietações do pesquisador, tanto acadêmicas, quanto vindas de um indivíduo falante que participa de relações linguísticas.

Desse modo, através das diferentes conversas e caminhos guiados pelas orientadoras e as leituras realizadas durante a graduação, esta monografia contém como objeto de estudo central o sistema linguístico da Organização das Nações Unidas (ONU) e a relação entre suas práticas linguísticas com tal ordenamento. Essa é uma Organização Internacional de vasta atuação para diferentes assuntos no cenário internacional, por consequência, é constituída por órgãos principais e subsidiários, comissões técnicas e regionais, departamentos e escritórios, programas, fundos e agências especializadas. Dessa forma, no decorrer do processo de investigação, esta pesquisa encontrou algumas limitações, uma vez que a leitura sobre todo esse organograma institucional excederia os espaços de produção deste trabalho. Optou-se, então, por diferentes recortes analíticos ao longo de sua escrita.

Nesse aspecto, feita a apresentação acerca do objetivo central deste estudo, são estabelecidos alguns objetivos específicos nesta pesquisa, e que ajudam também a compreensão dos recortes realizados. Em primeiro lugar, propõe-se a apresentação dos principais conceitos, perspectivas e debates que auxiliam na compreensão analítica sobre o tema. Em seguida, o próximo objetivo específico constitui em expor os documentos institucionais dessa Organização Internacional que permitem a observação da construção de seu ordenamento linguístico e sua disposição de atuação nos diferentes organismos institucionais criados. Por fim, um último objetivo concentra-se em identificar um discurso criado pela ONU para seu sistema linguístico e em tecer uma análise sobre as práticas linguísticas que acontecem nesses espaços de encontro de diversos grupos de locutores.

Assim, essa pesquisa se estrutura por meio do trabalho de uma metodologia essencialmente qualitativa. Opta-se por uma análise de conteúdo de documentos de diversas fontes primárias da ONU, sendo essas a Carta das Nações Unidas, estatutos internos dos principais órgãos, resoluções da Assembleia Geral e conteúdos disponibilizados no site oficial daquele organismo. Entende-se a análise de conteúdo como uma metodologia que considera as significações do texto, a forma e a distribuição de seu conteúdo, esforçando em interpretar as informações que estão por trás das fontes observadas (BARDIN, 2011, p. 50). Ademais, conclui-se também uma análise de relatos pronunciados por sujeitos que estiveram em contato com o mercado linguístico dos espaços desse fórum global.

Desse modo, feita a descrição sobre os caminhos dessa monografia, cabe agora apresentar como este trabalho está segmentado. Seu conteúdo é dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica acerca de abordagens e perspectivas que podem auxiliar na construção do objetivo central exposto. Por conseguinte, aborda-se o Quarto Debate das Relações Internacionais e a Teoria Pós-Moderna dessa disciplina, uma vez que esses conteúdos trazem a desconstrução de conceitos modernos da área acadêmica e novas possibilidades de análises.

Na sequência, ainda no primeiro capítulo, desenvolvem-se as considerações e abordagens do pensamento de Michel Foucault e de Pierre Bourdieu. Em relação aquele primeiro autor, foca-se nos conceitos que permitem analisar o exercício do poder de diferentes discursos, conectando essas observações ao vínculo estabelecido entre poder e saber. Já em relação a este segundo autor, desenvolve-se a sua perspectiva de análise para a composição de mercados linguísticos, evidenciando seu estudo sobre os atos de fala de grupos diferentes com a luta pela aquisição de um capital simbólico.

O segundo capítulo tem o intuito de conceituar o objeto de estudo da pesquisa. Dessa maneira, em um primeiro momento, desenvolve-se uma leitura sobre os processos históricos que influenciaram a elaboração da ONU, identificando um forte discurso relacionado a tais experiências históricas. Em um outro momento, propõe-se fazer uma detalhada leitura referente os documentos que originaram os espaços institucionais dessa Organização Internacional e, de modo paralelo, sempre evidenciando as normas e marcos linguísticos estabelecidos. Nesse sentido, percebe-se uma das limitações encontradas por este pesquisador, pois ao estudar a fundo esse fórum internacional, esta pesquisa deparou-se com um extenso organograma. Assim, a análise de todas essas instituições que atuam em nome da ONU não caberia nesta monografia.

Finalmente, o terceiro capítulo demonstra o tratamento linguístico construído por um dos principais órgãos da ONU, a Assembleia Geral, através da leitura de resoluções sobre o tema. Salienta-se que a análise sobre tal órgão ocorre devido às recomendações estabelecidas ao demais organismos desse fórum global. Por conseguinte, embora as recomendações não tenham força de atuação para as outras instituições, é reconhecido uma orientação ao tratamento linguístico e uma classificação desse espaço organizacional. Isto posto, esse capítulo ainda aborda a elaboração de um conteúdo construído sobre a imagem das trocas linguísticas desse organismo internacional.

Nesse aspecto, verifica-se que tal conteúdo está vinculado a veículos que, diferentemente de documentos institucionais, possuem uma propagação maior, contendo, portanto, diferentes discursos que auxiliam na criação de uma marca sobre a ONU. Ademais, como uma última questão proposta, procura-se observar as práticas linguísticas ocorridas nos espaços institucionais que exercem o sistema linguístico estudado pelas partes anteriores deste trabalho. No entanto, devido a limitações físicas e financeiras, como pesquisador, não pude pessoalmente observá-las. Desse modo, um caminho encontrado se constituiu pela análise de um vídeo disponibilizado institucionalmente por um organismo da ONU contendo relatos de indivíduos e representantes de Estados-membros que atuaram nos espaços da Assembleia Geral. Ademais, também foram desenvolvidas entrevistas elaboradas por esta pesquisa, com o intuito de alcançar mais relatos e perspectivas sobre tais práticas linguísticas.

Em suma, todo este trabalho exposto se desenvolveu por meio de inquietações e questionamentos deste pesquisador, sendo um sujeito que participa cotidianamente de um mercado linguístico. Por conseguinte, vê-se que esta monografia pergunta, de modo geral, como são as relações de poder que rodeiam as práticas linguísticas da Organização das Nações Unidas. A hipótese inicialmente desenvolvida para solucionar tal questionamento foi formulada procurando entender se o ato da fala comporia mais uma das diferentes técnicas existentes dentro da ONU com o intuito de manter relações de posição de poder e de controle sob diferentes grupos com outros.

1 A TEORIA PÓS-MODERNA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais¹, como disciplina acadêmica, localiza-se dentro de uma ampla área: as Ciências Humanas² (PECEQUILO, 2010, p. 16). Tal disciplina provém da Cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional, localizada na Grã-Bretanha, em 1919, em um contexto de pós Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, os custos, econômicos e humanos, causados por essa batalha internacional impulsionaram a criação de uma área interdisciplinar de estudo com o intuito de evitar o ônus de uma guerra dessas proporções e procurar a constituição de uma paz no cenário internacional. Desde então, a disciplina já caminhou por diferentes correntes teóricas. Cada teoria parte de um viés de análise diferente, e, muitas vezes, com perspectivas opostas entre si. É proporcionado, assim, um espaço de debates acadêmicos. Convencionando, então, a organização teórica da disciplina a partir desse evento³ (SODUPE, 2003, p. 16).

Portanto, divide-se esta parte do trabalho em quatro seções. Durante a primeira seção, será analisado o quarto grande debate acadêmico de Relações Internacionais, um embate entre as teorias positivistas - por exemplo: liberalismo e realismo - e teorias pós-positivistas, contextualizando tal evento dentro do histórico acadêmico da disciplina. Após essa etapa, destaca-se a teoria pós-moderna das Relações Internacionais, encaixada dentro das teorias pós-positivistas do quarto debate, observando a contribuição dos principais autores que construíram tal corrente. Em seguida, é apresentado o pensamento de Michel Foucault com o intuito de assegurar a análise desse trabalho acadêmico. Por fim, trata-se a perspectiva de Pierre Bourdieu para uma leitura das relações de poder a partir do aspecto linguístico.

1.1 O QUARTO DEBATE DAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De antemão, é necessário apresentar o conceito de três métodos de análise desses debates: ontologia, epistemologia e metodologia. O primeiro entende-se como o estudo do ser,

¹ Com o intuito de evitar diferentes compreensões, o termo Relações Internacionais, com letra maiúscula, é usado para referir a disciplina acadêmica que estuda a interação no sistema internacional de diferentes atores. Enquanto isso, o termo relações internacionais, esse já com letra minúscula, é usado para identificar diferentes processos e atuações, cotidianos ou não, no âmbito internacional.

² A Ciências Humanas é um extenso campo acadêmico definido como sendo: "[o] estudo do homem a partir de uma visão interpretativa e subjetiva do sujeito que gera, existe e transforma as sociedades e seus espaços domésticos e internacionais" (PECEQUILO, 2010, p. 16).

³ Para uma outra perspectiva didática da análise da disciplina de Relações Internacionais ver em: GRIFFITHS, Martin. 200; e SCHMIDT, Brian C. 2002.

a essência de algo. Se questiona, por exemplo, a realidade e como o mundo é formado (GRIFFITHS, 2007, p. 1). Já a epistemologia refere-se ao processo de como o conhecimento é gerado, é, portanto, o caminho a ser percorrido (SODUPE, 2003, p. 62). Finalmente, por metodologia pergunta-se como se deve desenvolver tal pensamento, por quais métodos deve percorrer a compreensão de tal propósito (SMITH, 1996, p. 17).

A partir disso, inicia-se a apresentação teórica do quarto debate das teorias de Relações Internacionais. Insere-se, então, uma breve identificação dos três debates que o antecederam. No nascimento dessa disciplina, entre a década de 1920 e 1930, ocorre o primeiro debate entre os teóricos realistas e idealistas, discutindo a essência e a natureza do campo acadêmico, é, portanto, um debate ontológico (SODUPE, 2003, p. 16). Para os teóricos idealistas, como Norman Angell e David Mitrany, o objetivo de suas pesquisas concentram nas ações e nos meios necessários para que uma próxima guerra fosse evitada ou, ao menos, controlada (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16). Acreditavam que os Estados poderiam buscar caminhos à uma cooperação entre si, além da confiança e da validade de instituições internacionais (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16).

Em contrapartida, os teóricos realistas, como Hans Morgenthau (2003) e Edward Carr (2001), se posicionavam a partir de ideias opostas aos idealistas, alegando que estes ao concentrarem suas observações em como o mundo deveria funcionar, menosprezaram a verdadeira natureza do sistema internacional (KURKI e WIGHT, 2007, p. 17). Um dos principais pontos em debate concentrou na visão sobre a moral e a política. Enquanto os idealistas depositam sua fé no pressuposto de que a moral molda a atuação dos Estados, com o intuito de praticarem uma ação para o bem comum de todos, os realistas, por outro lado, defendem que a moral foi projetada para justificar a ação desses atores (CARR, 2001, p. 105).

Segundo Carr (2001, p. 15), "as teorias da moral internacional são, pela mesma razão e em virtude do mesmo processo, o produto das nações ou grupos de nações dominantes", com isso, o autor defende a racionalidade das ações desse ator internacional - o Estado - em que o interesse desse sujeito move suas ações no sistema internacional. Por essa razão, de acordo com a perspectiva realista, a cooperação e a atuação de instituições internacionais não teriam força no espaço das relações internacionais (CARR, 2001, p. 120).

Em continuidade ao tema, o segundo debate colocou em pauta questões referentes à uma metodologia ideal para a execução de teorias dentro da disciplina durante a década de 1960 (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16). Marcado por um debate, portanto, de eixo metodológico, de um lado estavam os teóricos behavioristas influenciados pela onda comportamental nas Ciências Sociais e defendiam a utilização de métodos próprios das Ciências Naturais para a

produção de conhecimento nas Relações Internacionais (KURKI e WIGHT, 2007, p. 18). Tendo como seus principais defensores os teóricos David Singer e Morton Kaplan, o que propunham era a criação de teorias a partir de perspectivas positivistas, com observações de dados observáveis e formulação de leis (idem).

Do outro lado se posicionavam os teóricos tradicionais, representados principalmente por Hedley Bull, que defendiam a originalidade dos conceitos da disciplina⁴ (KURKI e WIGHT, 2007, p. 18). Posicionavam-se a favor de métodos de análises conceituais e interpretativos, e descartavam esse novo modelo de se construir uma ciência apenas com a coleta sistemática de dados (idem). Ao final do debate, a crença nas metodologias behavioristas foram perdendo forças dentro da área de Relações Internacionais, embora permaneça ainda um efeito dessa técnica na disciplina (idem).

Em seguida, durante as décadas de 1970 e 1980, a disciplina esteve marcada pelo terceiro debate, um debate interparadigmático⁵ (SODUPE, 2003, p. 36). Separando a produção de conhecimento acadêmico em três áreas diferentes - o estadocêntrico, o globalista e o estruturalista⁶ - o terceiro debate é caracterizado por trazer discussões ontológicas novamente à disciplina e também por ter recebido influência dos estudos de Thomas Kuhn (1962), dado que seguiu a percepção sobre o desenvolvimento da ciência a partir de diferentes paradigmas (idem). Por conseguinte, cada grupo seria segmentado em um paradigma distinto, em que seu desenvolvimento não simbolizaria o enfraquecimento de outro paradigma (idem). Percebe-se, portanto, um maior reconhecimento da pluralidade de teorias dentro da disciplina.

Não obstante, mesmo com as discussões metodológicas do segundo debate, se nota durante o terceiro debate a predominância de pressupostos positivistas dentro da teoria de Relações Internacionais (SMITH, 2008, p. 11). Ademais, Smith (2008, p. 11) ainda expõe que a presença de estudos positivistas vai além dos debates da década de 1970 e de 1980, a premissa positivista esteve presente entre todos os demais debates da disciplina. O autor afirma que os três diferentes paradigmas seguiam visões positivistas, assim, lê-se que: "Isto [todos os três paradigmas positivistas] auxiliam na explicação do por que eles eram vistos como três visões

⁴ Os conceitos tradicionais de Relações Internacionais, trazidos desde o primeiro debate, foram demasiadamente criticados pelos behavioristas. Para estes, tais conceitos não eram suscetíveis à medição e, portanto, não possuíam um caráter científico (KURKI e WIGHT, 2007, p. 18).

⁵ Existem autores que organizam os debates de Relações Internacionais a partir de um outro olhar, esse que não considera o debate interparadigmático como sendo o terceiro debate da disciplina. Para uma visão diferente sobre os debates de Relações Internacionais ver em: SCHMIDT, Brian C. 2002.

⁶ Pode-se encontrar diferentes nomenclaturas para tal segmentação. Como exemplo, os autores Kurki e Wight (2007, p. 16) definem as três áreas como sendo, respectivamente, realista, pluralista e marxista.

de mundo distintas, e não por três alternativas genuínas sobre pontos de vistas das relações internacionais" (SMITH, 2008, p. 11)⁷.

Não se surpreende, portanto, a ascensão novamente de teorias tradicionais de Relações Internacionais dentro desses paradigmas, conhecidas por: neo-liberais e neo-realistas (RESENDE, 2012, p. 359). Assim como também não se surpreende a síntese neo-neo, em que, por não apresentar uma lacuna expressiva entre as duas teorias supracitadas, pode-se formar uma conclusão de suas discussões (idem). Por conseguinte, "ambas linhas teóricas compartilhavam o mesmo paradigma de conhecimento com base no racionalismo e no positivismo, o que engessava a área concebida seu objeto de estudo" (idem).

Logo, a disciplina de Relações Internacionais estava estancada em pressuposições racionalistas positivistas (SMITH, 2008, p. 11). Para avançar, então, sobre o quarto debate, se faz necessário compreender as bases de uma teoria positivista nas Relações Internacionais. Seus pressupostos racionalistas são estruturados em torno de quatro principais pontos: o naturalismo, o empirismo, o objetivismo e o behaviorismo (SMITH, 2008, p. 35). Por naturalismo se entende o método científico capaz de analisar causas da Ciências Naturais da mesma forma que as causas das Ciências Humanas (idem). Em seguida, a epistemologia empirista se debruça sobre este pressuposto, admitindo que o conhecimento pode ser comprovado por uma experiência e, também por consequência das convicções naturalistas, o objetivismo se refere à que esses padrões serão sempre observados por meio de um cientista neutro (idem). Por fim, se encontra as considerações da corrente behaviorista, já mencionada por este trabalho⁸.

A partir disso, constata-se que o pensamento positivista, ao especificar um único caminho a ser seguido para se produzir conhecimento, limita uma enorme quantidade possível de considerações ontológicas, metodológicas e epistemológicas nas Relações Internacionais (SMITH, 2008, p. 34). É com esse vínculo, portanto, que se inicia uma nova fase histórica da disciplina, trazendo à tona teorias que proporcionam diferentes observações ontológicas e epistemológicas, visto à rejeição a esse compromisso metodológico tradicional (SODUPE, 2003, p. 59). A insatisfação acontece por conta da limitada visão positivista sobre o que se enxerga como teoria de Relações Internacionais e o que se produz como conhecimento dentro da área (idem).

⁷ Com o intuito de facilitar a compreensão do leitor, as obras que estiverem em línguas diferentes do português serão traduzidas por responsabilidade desta pesquisa. Por conseguinte, no original, o texto se encontra da seguinte forma: "this [all three positivism paradigms] helps explain just why they could be seen as three versions of one world, rather than three genuine alternative views of international relations." (SMITH, 2008, p. 11).

⁸ Para mais informações a respeito sobre a influência behaviorista nas Relações Internacionais ler em: KURKI e WIGHT, 2007, p. 18.

Em meio a isso, destaca-se também a influência das transformações que moldaram a história mundial no final da década de 1980. As discussões em torno do terceiro debate já não se mostravam mais úteis para analisar o novo cenário internacional com o fim da Guerra Fria e suas consequências (SODUPE, 2003, p. 60). Desse modo, a partir da década de 1990 e permanecendo ainda contemporâneo, o quarto debate se estrutura dentro deste contexto, trazendo novas perspectivas filosóficas que possibilitam interpretar os acontecimentos daquele período (idem).

Destarte, de um lado do debate se posicionam os teóricos positivistas, trazendo novamente o pensamento neo-liberal e neo-realista e, em oposição a esse grupo, se encontram os teóricos categorizados como pós-positivistas, composto por um grupo bastante diverso de autores e perspectivas (SODUPE, 1980, p. 61). Este é caracterizado pelas seguintes teorias: construtivista, pós-moderna, pós-colonial, feminista e Teoria Crítica; todas essas sendo influenciadas por concepções vindas das Ciências Sociais (SODUPE, 1980, p. 60-61). Trata-se, portanto, de um debate com discussões metateóricas e filosóficas, uma vez que as teorias dialogam sobre a realidade das Relações Internacionais e a sua produção de conhecimento (LAPID, 1989, p. 238)⁹.

Esses autores estavam insatisfeitos com a teorização tradicional da disciplina, e se perguntavam questões sobre como se deve estudar as Relações Internacionais. Quais ferramentas se utilizam para alcançar esse conhecimento? Existe uma realidade internacional? Existe um conhecimento neutro sobre essa realidade? Qual é a finalidade desse conhecimento produzido? Portanto, tais reflexões questionavam a própria veracidade de diversos conceitos já enraizados em teorias tradicionais da disciplina, com o intuito de responder diferentes perguntas em cada uma das teorias que compunham esse grupo (LAPID, 1989, p. 238). Assim, as teorias pós-positivistas enfrentaram severas críticas de teóricos tradicionais de Relações Internacionais, uma vez que se questionava o próprio conhecimento da área.

Robert Keohane (1988) foi uma das principais vozes a criticar tais perspectivas¹⁰. Estabeleceu uma outra nomenclatura - diferente dessa já exposta - para classificar esse debate

⁹ Devido a ausência de uma concordância entre os autores de Relações Internacionais perante o consenso entre a divisão metodológica dos debates da disciplina, Yosef Lapid (1989) se difere de outros autores já demonstrados por não reconhecer o debate interparadigmático. No entanto, em razão de sua excelente pesquisa, suas observações serão utilizadas por este trabalho. Logo, é válido justificar o emprego de diferentes autores que conversam sobre o mesmo tema, mas que não possuem uma uniformidade sobre a literatura histórica dos debates da disciplina.

¹⁰ Presidente da *International Studies Association* - uma das principais e mais antigas associações dedicada ao estudo de relações internacionais - durante os anos de 1988 e 1999, Robert O. Keohane foi um influente teórico de Relações Internacionais. Devido a sua posição de destaque, nesta época e ainda contemporânea, sua crítica às novas abordagens teóricas da disciplina foi amplamente conhecida pela área. Tal fato auxiliou, conseqüentemente, no descrédito por alguns autores a não associá-las em um mesmo patamar daquelas teorias tradicionais desse campo (RESENDE, 2012, p. 367).

da disciplina, dividindo as teorias em dois grupos: racionalistas e reflexivistas (KEOHANE, 1988, p. 381). No lugar do termo "teorias positivistas", Keohane (1988, p. 381) as denominou como sendo racionalistas, uma vez que essas entendiam o comportamento dos atores internacionais de maneira racional, dando importância às estruturas contextuais que esses estão inseridos.

Em oposição a esse grupo, estariam as teorias classificadas como reflexivistas, tendo em vista sua abordagem sociológica para o estudo das relações internacionais (KEOHANE, 1988, p. 382). Essas estabeleciam um significado aos fatos internacionais através de uma leitura cultural e ideológica, formando, portanto, teorias interpretativas devido a ênfase em interpretações históricas e textuais¹¹ (idem). Desse modo, vê-se que:

(...) de acordo com suas visões [teorias reflexivistas], entender como as pessoas pensam sobre normas e regras institucionais e o discurso em que se engajam é tão importante para avaliar o significado dessas normas, quanto para medir o comportamento que se altera pela resposta à essa invocação (KEOHANE, 1988, p. 381)¹²

No entanto, tal categorização acaba por inferiorizar as novas abordagens teóricas das Relações Internacionais, uma vez que Keohane não as admite com o mesmo prestígio e relevância que as teorias dominantes da disciplina (1988, p. 392). Para o autor, as crescentes críticas às teorias tradicionais de Relações Internacionais produzem somente uma reflexão acadêmica e falham em produzir uma teoria concisa com hipóteses que admitem algum teste. (idem). Dessa forma, o autor conclui que "até as escolas reflexivas ou outros simpatizantes com seus argumentos delinearem um programa de pesquisa e mostrar em estudos particulares que possam iluminar questões importantes para a política mundial, eles permanecerão à margem do campo" (KEOHANE, 1988, p. 392)¹³.

Do outro lado do debate, encontra-se a visão de Yosef Lapid (1989). O autor, ao estudar aquilo que ele denominava como terceiro debate¹⁴, - esse que era contemporâneo de seus estudos - estabelece, por final, a oposição entre as teorias positivistas e pós-positivistas

¹¹ De acordo com uma outra interpretação já apresentada, esse grupo se encaixa com o grupo denominado por pós-positivista.

¹² No original: "in their view, understanding how people think about institutional norms and rules, and the discourse they engage in, is as important in evaluating the significance of these norms as measuring the behavior that changes in response to their invocation." (KEOHANE, 1988, p. 381).

¹³ No original: "until the reflective scholars or others sympathetic to their arguments have delineated such a research program and shown in particular studies that it can illuminate important issues in world politics, they will remain on the margins of the field" (KEOHANE, 1988, p. 392).

¹⁴ Em razão do não reconhecimento metodológico do terceiro debate, o debate interparadigmático, Lapid (1989) define como terceiro debate aquilo que outros autores já escreveram como quarto debate.

(LAPID, 1989, p. 239). Uma vez já apresentado essa nomenclatura em torno das teorias desse debate por outros autores, o primeiro grupo de teorias seria marcado por pressupostos modernos da ciência¹⁵, apresentando perspectivas que se encaixam com uma visão tradicional de conhecimento científico (LAPID, 1989, p. 329). Por oposição a esse grupo, encontra-se uma alternativa a esse método imposto de produção de conhecimento científico, as perspectivas pós-positivistas inauguram uma nova fase da disciplina e com um novo debate (LAPID, 1989, p. 329).

Assim, ao contrário de caracterizar a nova fase histórica da disciplina como um caos teórico ou desordem, devido ao período composto por uma grande diversidade conceitual de teorias, Lapid (1989, p. 238) afirma que o surgimento dessas novas óticas podem, beneficemente, transformar a disciplina. Finalmente, o pós-positivismo estabelece uma quebra com os conceitos modernos de produção científica, optando por um conhecimento construído a partir do campo das ideias e da interpretação intersubjetiva de elementos que compõem a realidade internacional (SODUPE, 2003, p. 63). Logo, os conceitos que organizam e definem o cenário internacional são resultantes de uma significação social que os próprios atores os atribuem (SODUPE, 2003, p. 63).

Nenhum elemento é, portanto, considerado como uma verdade pronta a ser examinada passível de não receber uma interferência do observador, os elementos são estruturas construídas pelo social (RESENDE, 2012, p. 351). Desse modo, é analisado que:

Para tanto, [os pós-modernos] elegem problematizar o papel da linguagem, dos discursos, das identidades, das representações, das narrativas e dos regimes de verdade que construíram estruturas sociais (de valores, ideias, crenças, saberes e comportamento) capazes de determinar o que deve ser julgado como realidade, verdade, ou conhecimento, já que eles nunca foram naturalmente dados (RESENDE, 2012, p. 351).

A partir disso, alguns tradicionais conceitos-chave da disciplina, como a concepção natural de uma racionalidade estatal ou a anarquia no sistema internacional, são desconstruídos. Esse debate, embora seja composto por diferentes visões e questões, pode ser sintetizado a partir dessa oposição entre perspectivas positivistas e perspectivas pós-positivistas (LAPID, 1989, p. 329). Este grupo pretende ultrapassar os regimes de verdades construídos pelos discursos científicos da modernidade, essa mesma retórica que exclui sua concepção de produção de ciência.

¹⁵ Entende-se por pressuposições modernas a crença de que há uma verdade a ser observada cientificamente, passível de ser encontrado somente com o uso sistemático de um método científico (RESENDE, 2012, p. 352).

Assim, embora o grupo teórico pós-positivista engloba diferentes perspectivas que se opõem em alguns conceitos, essa diversidade teórica nega-se em aceitar a invariabilidade da realidade internacional (LAPID, 2003, p. 67). Por consequência, não há uma lente teórica válida para todos os momentos históricos das relações internacionais, assim como também não há a existência de um único conhecimento científico e universal (LAPID, 2003, p. 67). Esses são argumentos trazidos, novamente, através do discurso moderno, que apesar de se apresentar libertador, contém um alto grau autoritário e excludente (RESENDE, 2012, p. 351).

Dessa forma, a partir da apresentação das correntes teóricas da disciplina de Relações Internacionais, é possível localizar a teoria pós-moderna desse campo acadêmico. Essa, que por ser um tema tão caro à essa pesquisa, necessita de um destaque especial em relação às demais teorias pós-positivistas. Logo, a próxima seção se responsabiliza por apresentar a teoria pós-moderna da disciplina, uma vez que será necessário o seu entendimento para a análise do objeto de estudo deste trabalho.

1.2 A TEORIA PÓS-MODERNA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A teoria pós-moderna surgiu como abordagem às Ciências Sociais durante o fim do século XX e chega ao campo de Relações Internacionais durante a década de 1980. Seu pensamento reflete, em especial, a ruptura com as promessas do projeto Iluminista, uma vez que se questiona a validade do cientificismo, do racionalismo, o positivismo e as concepções sobre a história, a sociedade e suas instituições (RESENDE, 2011, p. 24). Há também, durante o contexto histórico do final do século XX, o fim da Guerra Fria, uma imprecisão perante a veracidade de diferentes conceitos tradicionais para o estudo de Relações Internacionais. Entende-se que há uma crise da modernidade, uma crise dos Estados-nacionais e uma crise de conhecimento na área (LYOTARD, 1988, p. VIII).

Dessa forma, a partir de diversos autores - Richard Ashley, Rob B. J. Walker, David Campbell, Michael Shapiro, James Der Derian, Cynthia Weber - a teoria pós-moderna se propunha a discutir os projetos de modernidade enraizados pelas teorias tradicionais e dominantes do campo (RESENDE, 2011, p. 18-19). Por modernidade, é entendido de acordo com Anthony Giddens, "(...) ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência." (1991, p. 11).

Portanto, o conceito define a transição entre os sistemas tradicionais medievais para o surgimento de um outro sistema, emergido a partir da industrialização, do capitalismo, do cientificismo e do Estado-nação e suas instituições (GIDDENS e PIERSON, 2000, p. 73). A modernidade está, dessa forma, enraizada às concepções do Iluminismo, uma vez que a certeza de um conhecimento divino é substituída por uma observação empírica, essa ligada a um progresso providencial (GIDDENS, 1991, p. 54). Ademais, o crescimento da influência europeia sobre o resto do mundo é respaldado por esse novo momento histórico, pois "forneceu suporte material para a suposição de que a nova perspectiva sobre o mundo era fundamentada sobre uma base sólida que tanto proporcionava segurança como oferecia emancipação do dogma da tradição" (GIDDENS, 1991, p. 54).

Desse modo, o pensamento pós-moderno para as Ciências Sociais, ainda de acordo com Giddens (1991, p. 52), data: a incredibilidade da ciência, com a certeza de que nada pode ser descrito como verdadeiro; a desconstrução de uma única linha história e progressiva, visto que uma pluralidade de histórias pode ser elaborada; e uma nova agenda social e política vinda de novos movimentos sociais. Nesse sentido, aprofunda-se acerca da desconstrução sobre o pressuposto moderno da existência de uma única história, devido à ênfase desta pesquisa. Reconhece-se o conceito definido por Lyotard de "crise de relatos", dado que por relatos se entende formas de narrativas - como uma história é contada (1988, p. XV). Assim, esse termo desenvolve a percepção da existência de uma concepção específica de um conhecimento (LYOTARD, 1988, p. 37).

A partir disso, a teoria pós-moderna¹⁶ busca entender e encontrar o discurso que está sendo resguardado por alguns relatos dominantes (por saberes e conhecimentos), esses que foram assegurados durante a modernidade por o interesse de um grupo (RESENDE, 2012, p. 351). Encontra-se, então, as questões sobre a autenticidade de um conhecimento, "afirmando a concepção de que todo o conhecimento é situado em um tempo e espaço particular, assim como os assuntos são derivados de uma única perspectiva" (DEVETAK, 2005, p. 163)¹⁷. Essa abordagem provém de um método de análise conhecido por genealogia, que foi bastante utilizado por Michel Foucault¹⁸ (1979, p. 15), e esse apoiou-se pelos estudos de Friedrich Nietzsche.

¹⁶ Aqui, refere-se tanto à teoria pós-moderna das Ciências Sociais, quanto à teoria pós-moderna de Relações Internacionais.

¹⁷ No original, "affirming the idea that all knowledge is situated in a particular time and place and issues from a particular perspective." (DEVETAK, 2005, p. 163).

¹⁸ O pensamento desenvolvido pelo autor serviu de inspiração e base para diversos pensadores pós-modernos de Relações Internacionais. Por Richard Ashley, como exemplo, Michel Foucault influenciou em sua concepção de

Ao utilizar a genealogia como abordagem de análise, Foucault (1979, p. 20) propõe analisar o *Herkunft* (a proeminência) e o *Entstehung* (o ponto de emergência) dos acontecimentos históricos, opondo à pesquisa da origem, essa representada pela concepção de *Ursprung* (a essência)¹⁹. Para o autor, ao negar a busca pela origem de um objeto, é possível verificar as lutas e os enfrentamentos que marcam a conformação do objeto de estudo proposto (FOUCAULT, 1979, p. 20). Logo, a concepção de algo remete aquilo que é socialmente construído (aos acontecimentos acidentais que marcaram tal termo), utilizado como tecnologia por classes dominantes com o intuito de perpetuar sua posição privilegiada. (FOUCAULT, 1979, p. 26).

É, portanto, nessa perspectiva que alguns teóricos pós-modernos de Relações Internacionais apoiam-se. Busca-se desmistificar os saberes e as verdades que foram construídos para reforçarem espaços de dominação e marginalização (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 261). O conhecimento torna-se, então, um importante instrumento para o controle e a construção de perspectivas e narrativas, uma vez que é construída a figura de um sujeito soberano, o homem, como o ser responsável pela construção de um conhecimento, pela origem da linguagem, pela fonte da verdade e pelo significado do mundo (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 261). Desse modo, o discurso moderno se agarra nesse pensamento, em que "essa é a promessa implícita em cada reivindicação do 'conhecimento' moderno - uma reivindicação que sempre é pronunciada por um 'homem' e em nome de um 'homem' "²⁰ (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 262).

Por conseguinte, é essa lógica que consegue legitimar diferentes violências cometidas por atores que detêm o uso permitido da força e do controle em diferentes situações (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 262). Os teóricos pós-modernos procuram encontrar as diferentes formas e situações que um poder foi exercido através de um disfarce sob o discurso moderno. A partir disso, é questionado os principais conceitos tradicionais de Relações Internacionais: o Estado e a Anarquia. Para o autor Richard Ashley, a teoria neo-realista²¹ - caracterizada por ser uma teoria convencional da disciplina - acaba por aceitar, sem nenhum

poder e conhecimento para a formulação de que o Estado-nação consiste em uma criação da política moderna (DEVETAK, 2005, p. 162).

¹⁹ A genealogia, como método de análise histórica, será posteriormente desenvolvida durante a próxima seção deste capítulo. Por esse modo, contenta-se em apenas expor uma breve apresentação dessa abordagem.

²⁰ No original: "This is the promise implicit in every claim of modern 'knowledge'- a claim always uttered as if by 'man' and in the name of 'man' " (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 262).

²¹ Richard Ashley (1984, p. 238) constrói o seu pensamento a partir de um debate direto com a abordagem neo-realista de Relações Internacionais. Entretanto, pode-se estabelecer uma relação de comparação com as demais teorias tradicionais que acolhem o Estado como uma entidade independente e dada anteriormente às suas análises.

questionamento precedente, o Estado como uma categoria ontologicamente anterior ao sistema internacional (1984, p. 238).

Ainda de acordo com o autor, essa análise tradicional concebe o Estado como uma entidade intocável e imutável, uma unidade cuja existência torna-se inquestionável (ASHLEY, 1984, p. 238). Logo, tais análises tradicionais são configuradas a partir de outros questionamentos, esquecendo os dilemas da existência do Estado, de suas fronteiras, sua identidade estrutural, seu interesse e legitimidade. Posto isto, verifica-se que alguns grupos foram privilegiados a partir dessa lente teórica, tendo em vista que é instituído um contexto social e político que fortalece interesses específicos e reconhece a natureza de alguns atores internacionais (ASHLEY, 1984, p. 240).

A Anarquia seria outro conceito questionado pelos teóricos pós-modernos. As abordagens neo-realistas consideram a anarquia como um princípio ordenador do sistema internacional, categoria, que semelhante ao Estado para esses pensadores, proporciona uma visão estrutural do cenário internacional que também não é discutida. (ASHLEY, 1984, p. 240). Assim, torna-se evidente a influência do pensamento de Foucault para a teoria pós-moderna, tendo em vista que toda a essência (*Ursprung*) de algo seria socialmente construído, pois consiste em uma invenção das classes dominantes com o intuito de exercer um poder perante os demais sujeitos (FOUCAULT, 1979, p. 18).

Destarte, a partir das abordagens pós-modernas, é possível reconhecer os caminhos que o conhecimento científico percorre a partir das descontinuidades de seu percurso histórico (DEVETAK, 2005, p. 163). O conhecimento consiste em uma ferramenta de uso para a atuação dessa dominação e imposição de forças (DEVETAK, 2005, p. 163). Por conseguinte, ao entender que se os conceitos de Estado e Anarquia são considerados ontologicamente anteriores ao sistema internacional, a partir de teorias convencionais da disciplina, simultaneamente essa escolha teórica produz e mantém certos privilégios a um grupo, esse que é beneficiado por essa concepção (DEVETAK, 2005, p. 162). Logo, está evidente que o conhecimento é produzido por um interesse.

Em suma, a teoria pós-moderna pesquisa a partir de outras perspectivas, é uma outra maneira de estabelecer um raciocínio, sem que esse seja condicionado à alguma categoria previamente aceita. Assim, nenhuma concepção é totalmente inquestionável e neutra, todas são pontos de vistas criados e que recebem influência de seus autores (EDKINS, 2007, p. 88). Para Jenny Edkins, os pensadores pós-modernos²² estão interessados em compreender os processos

²² Embora Jenny Edkins esteja escrevendo sobre os pensadores pós-modernos, a autora estabelece uma outra nomenclatura para classificá-los: os pós-estruturalistas (2007, p. 88).

e as práticas que produzem as entidades que organizam o cenário internacional (2007, p. 89). Em seguida, ao tentar demonstrar o caminho dessa nova pesquisa, a autora escreve que:

Os pensadores pós-estruturalistas querem perguntar por que pensamos a partir de entidades ou seres que são distintos um do outro - por que vemos o mundo como constituído por tais entidades existindo contra um contexto de um fluxo neutro do tempo - mas eles também querem se distanciar dessa visão e sugerir a possibilidade de um pensamento diferente. Este último [um pensamento diferente] é um movimento mais radical, que requer a desmontagem de noções de um senso comum sobre o tempo e a existência, além de substituí-lo com uma nova forma de pensamento (EDKINS, 2007, p. 89)²³.

Desse modo, os pós-modernos utilizam diversos métodos - esses que diferem dos tradicionais - para a coleta de dados empíricos. Edkins (2007, p. 94) postula que a abordagem pós-modernista proporciona a elaboração de diferentes métodos de análises, por exemplo: desconstrução, análise interpretativa, análise de discurso e genealogia. Ademais, é necessário notar qual é a abrangência do método de análise textual para esse grupo de pesquisadores, uma vez que o termo "texto" também pode estabelecer um sentido mais geral, por exemplo, se relacionar com uma prática social, um objeto e uma instituição (EDKINS, 2007, p. 94).

Assim, é possível estabelecer uma interpretação entre os diferentes conceitos de texto com a produção de seus significados, os discursos embutidos e as relações de poder e estruturas intrincadas dentro desse objeto de estudo (EDKINS, 2007, p. 94). Por conseguinte, é inegável perceber a importância da teoria pós-moderna para as Relações Internacionais, sendo imprescindível para este trabalho, devido ao leque de possibilidades interpretativas que a teoria disponibiliza.

Portanto, para fins deste trabalho, a abordagem pós-moderna auxiliará na identificação de narrativas por trás de diferentes textos produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) - aqui, o termo é considerado categoricamente pela ampla visão pós-moderna - para analisar as relações entre o contexto histórico, social e político e as relações de poder e conhecimento. Desse modo, as próximas seções apresentarão uma abordagem mais detalhada sobre o trabalho de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, uma vez que a concepção dos dois autores, embora se diferenciam em alguns pontos, abordam questões sobre as relações de poder em diferentes contextos.

²³ No original, lê-se: "Poststructuralist thinkers want to ask why we think in terms of entities or beings that are distinct one from another - why we see the world as made up of such entities existing against the background of a neutral flow of time - but they also want to dislodge this view, and suggest the possibility of thinking differently. The latter is a more radical move, one that requires a taking apart of commonsense notions of time and existence and replacing them with new ways of thinking." (EDKINS, 2007, p. 89).

1.3 A INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E PODER

Desenvolver um trabalho sobre o estudo e a compreensão de relações de poder em diferentes níveis de análise não se configura como uma tarefa de fácil realização, ainda mais diante de todas as interpretações perante o entendimento da configuração do poder em Relações Internacionais. Entretanto, o pensamento de Michel Foucault - esse que se apresenta como uma das principais bases para a construção da teoria pós-moderna da disciplina - se torna essencial para a observação do tema proposto por este trabalho. A partir disso, insere-se nesta seção as contribuições do autor para o entendimento da análise entre conhecimento e poder.

O recorte a ser analisado por este trabalho não procura a descrição profunda sobre toda a obra de Foucault, pretende-se apenas apresentar os pontos importantes para a compreensão das relações de poder enraizadas em um organismo internacional de suma importância para as Relações Internacionais. Assim, dentre as principais preocupações de Michel Foucault, o objetivo deste trabalho consiste na apresentação teórica sobre sua pesquisa na relação entre a produção de conhecimento - uma vez que o saber é construído a partir desses discursos (FOUCAULT, 1980, p. 112) - e o exercício do poder. Para esse tema, o filósofo francês estabeleceu estudos (esses sobre o relacionamento entre saber e poder) em diferentes estruturas sociais, por exemplo: em manicômios (1972), em prisões (1977) e no estudo sobre a sexualidade (1988).

Dessa forma, vê-se que o modo como Foucault entende o poder se diferencia de todas as análises sobre o tema até aquela determinada época (FOUCAULT, 1979, p. 6). De acordo com o autor, somente após 1968 (devido às manifestações estudantis em prol de reformas em instituições escolares) que a mecânica do poder passou a ser compreendida como categoria de análise (FOUCAULT, 1979, p. 5). O poder era assimilado a partir de uma denúncia ao adversário, entretanto, após a luta e o combate direto com algumas instituições - e, por isso, o marco histórico de 1968 - iniciou-se a leitura sobre como o poder, de fato, atua (idem). Em consequência, o poder se interpreta pela análise de suas engrenagens, pela sua mecânica (idem), uma vez que tal categoria se passa no plano da ação. O poder é, portanto, exercido (FOUCAULT, 1979, p. 175).

Ademais, não é possível observar a totalidade do poder através somente da repressão, uma vez esse não atua unicamente no campo da negação, aquele do dizer não (FOUCAULT, 1979, p. 8). Para o autor,

(...) o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só com uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Com essa exposição, se entende, portanto, que o poder está atrelado à diferentes instituições e ações em toda a sociedade, existem mecanismos de permeabilidade que o permitem atuar de forma entranhada no cenário social. Logo, o poder explora os meios necessários para atingir o controle total sobre o campo econômico e político de uma sociedade (FOUCAULT, 2010, p. 210). A sua mecânica se modifica, quando necessário, para acomodar toda atividade de dominação de uns sobre os outros, seja realizado tanto por instituições (como a escola, o quartel, o hospital e o hospício), quanto pelo Estado (idem)²⁴. É, por isso, que, de acordo com essa leitura, interpreta-se que o poder somente age sobre sujeitos livres, esses que possuem uma possibilidade de ação diferente daquela que seria dominada pelo poder (LYNN DOTY, 1996, p. 44).

A partir disso, Foucault apresenta uma releitura sobre como se deve enxergar tais relações de poder, uma vez que essas acontecem através das operações de dominação (FOUCAULT, 2010, p. 38). Assim, o filósofo apresenta que tal leitura não se faz a partir do olhar sobre como, por quê e em nome de qual direito que os sujeitos atuam daquela forma, porém, através da visão sobre como se dão as relações que fabricam tais indivíduos (FOUCAULT, 2010, p. 38). Lê-se que:

(...) em vez de fazer os poderes derivarem da soberania, se trataria muito mais de extrair, histórica e empiricamente, das relações de poder, os operadores de dominação. Teoria da dominação, das dominações, muito mais do que teoria da soberania, o que quer dizer: em vez de partir do sujeito (ou mesmo dos sujeitos) e desses elementos que seriam preliminares à relação e que poderíamos localizar, se trataria de partir da própria relação de poder, da relação de dominação no que ela tem de factual, de efetivo, e de ver como é essa própria relação que determina os elementos sobre os quais ela incide (FOUCAULT, 2010, p. 38).

²⁴ De acordo com o filósofo francês, Michel Foucault, em seu livro "Em defesa da sociedade", o poder exercido pelas (1) instituições e pelo (2) Estado seria uma acomodação de uma velha mecânica do poder, esse que, até então, era configurado como o poder do soberano. O primeiro se passa pelo nível do detalhe, em que controla o organismo, o corpo, aquilo que é entendido como homem ser vivo, tudo através de um poder disciplinar. O segundo se passa por um nível da massa, em que atua sobre a população, sobre os processos biológicos, sobre aquilo que é entendido como homem-espécie, tudo através de um poder normativo, ou também nomeado de biopoder (FOUCAULT, 2010, p. 210).

Nesse sentido, para uma análise das relações de poder na história, Foucault utiliza o método da genealogia. De acordo com o autor, fazendo referência aos estudos de Friedrich Nietzsche, a genealogia seria "uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito" (FOUCAULT, 1979, p. 6). Assim, tal método de análise nega a busca pela origem de seus objetos de estudo; a essência das coisas; a forma mais pura de algo (FOUCAULT, 1979, p. 19). A pesquisa de origem é definida, portanto, através do conceito de "*Ursprung*", em que, supostamente, encontraria a verdade absoluta (idem). Entretanto, salienta-se que a essência de algo é mais uma das técnicas de dominação usadas pelas classes dominantes, com o intuito de estabelecer uma concepção verdadeira ao tema (FOUCAULT, 1979, p. 18).

Por conseguinte, uma vez que é negada a existência de tal verdade, é necessário desdobrar e explorar o acontecimento e o acidente desse objeto. A partir disso, opondo-se à *Ursprung*, entende-se que a história não se constrói a partir de uma forma linear, mas sim através de acontecimentos acidentais (FOUCAULT, 1979, p. 20-21). Logo, utiliza-se de outros dois conceitos para buscar a genealogia: (1) "*Herkunft*" e (2) "*Entstehung*" (FOUCAULT, 1979, p. 20). O primeiro termo faz referência à proveniência, visto que é dentro dessa categoria que se descobre as pequenas marcas, essas que estão alojadas de um modo sutil (idem). O termo permite localizar os acontecimentos que formaram tal objeto de estudo, seria "descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos - não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente." (FOUCAULT, 1979, p. 21). Por esse modo, o *Herkunft* se diz respeito ao corpo, ao "tronco de uma raça", pois esse organismo traria consigo tudo aquilo que o aconteceu (idem).

O segundo termo faz referência à emergência, aquilo que consiste no ponto de surgimento da dominação (FOUCAULT, 1979, p. 23). Dessa forma, essa categoria proporciona encontrar o lugar de enfrentamento diante de diferentes sistemas de submissão (idem). Portanto, a genealogia consiste no método que tem como objetivo buscar um sistema de regras marcado entre as relações (FOUCAULT, 1979, p. 26), pois

(...) em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. Universo de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário, a satisfazer a violência. (FOUCAULT, 1979, p. 25).

Nesses termos, o sistema de regras é o grande foco de busca da genealogia, esse sistema que é feito para servir aqueles que dominam e que, conseqüentemente, a história se

define pela busca do apoderamento dessas regras (FOUCAULT, 1979, p. 25). Logo, entende-se o porquê do poder ser exercido, é exercido pelo sistema de regras que alguns se apoderam, são sujeitos que se disfarçam para utilizá-las (idem). Finalmente, Foucault (1979, p. 25) apresenta que "a humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, em que as regras substituíram para sempre as guerras; ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras e prossegue assim de dominação em dominação" (idem).

A partir disso, retomando novamente o pensamento de Nietzsche, Foucault apresenta o conceito de "*Wirkliche Historie*" (verdadeira história) para designar uma história efetiva, aquela que é caracterizada por um "sentido histórico" e que se configura como uma análise genealógica da história (FOUCAULT, 1979, p. 26). Assim, o sentido histórico opõe-se àquela história dos historiadores, essa que obtém o compromisso com a metafísica; que supõe uma verdade eterna e uma consciência idêntica a si mesma (FOUCAULT, 1979, p. 30). Percebe-se, então, que está se apoia em uma perspectiva, e tende a escondê-la (a ocultar sua posição e seu lugar de observador), ademais, esta também procura "a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal - movimento teleológico ou natural" (FOUCAULT, 1979, p. 28).

Por outro lado, a *Wirkliche Historie* estabelece o que o acontecimento possui de único e agudo (idem), uma vez que por acontecimento se entende "não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, [...] uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada" (idem). Como consequência disso, a verdadeira história estabelece os acontecimentos a partir de seus acidentes e acasos, que a história seria, na verdade, uma miríade de acontecimentos entrelaçados (FOUCAULT, 1979, p. 29). Logo, a verdadeira história não esconde seu saber perspectivo, uma vez que "os historiadores [provenientes da história dos historiadores] procuram, na medida do possível, apagar o que pode revelar, em seu saber, o lugar onde eles olham, o momento que eles estão, o partido que eles tomam - o incontrollável de sua paixão" (idem).

A história dos historiadores será, portanto, uma concepção que se diz universal e abstrata, porém está carregada de uma perspectiva, que julga os fatos impondo verdades incontestáveis em suas histórias. São narrativas construídas, cautelosamente, em diferentes processos históricos, em consequência, percebe-se que os discursos estão engendrados nos acontecimentos (FOUCAULT, 1979, p. 130). A partir disso, é função da genealogia fazer

aparecer tais verdades universais implementadas pela história tradicional através de seus métodos de análise (idem). Neste sentido, Foucault supõe que:

(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Portanto, o discurso é outra categoria analisada pelo filósofo, a descrevendo como a "reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos" (FOUCAULT, 1996, p. 46). O discurso seria, então, uma atividade que se mantém cotidiana, seria a fala de determinadas pessoas que se proliferam indefinidamente, mas que carrega perigos e poderes, lutas e vitórias, dominações e servidões (FOUCAULT, 1996, p. 8). Nesse sentido, o discurso carrega influências externas, que conseqüentemente, permite estabelecer procedimentos de exclusão e interdição, é através dele que se estabelece o controle de alguns poderes, assim, nota-se que:

(...) por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 9-10).

Logo, um discurso pode ser controlado, selecionado, organizado e redistribuído por procedimentos que garantem, por fim, o exercício de um poder que está em jogo (FOUCAULT, 1996, p. 8). Desse modo, se incide no discurso diferentes procedimentos (externos e internos), uma vez que aquele se apresenta como um forte mecanismo de poder. Por conseguinte, é conhecido como procedimento externo aquele que atua de maneira exclusiva e que possui um suporte institucional, divididos entre (1) interdição, (2) separação e (3) rejeição (FOUCAULT, 1996, p. 9-10). O procedimento de interdição, talvez o mais evidente, reconhece que nem todos possuem o direito de pronunciar tudo que gostariam em qualquer contexto (FOUCAULT, 1996, p. 9). Existem temas que são objetos de tabu ou só podem ser pronunciados por um sujeito privilegiado, pois há algumas palavras proibidas (idem).

Em seguida, o procedimento da separação consiste em excluir a voz de alguns sujeitos, em desacreditar qualquer palavra que venha a sair de suas falas (FOUCAULT, 1996, p. 10). Ora, o exemplo mais óbvio seria a distinção entre a razão e a loucura, em que por existir

uma determinada razão, a fala do louco simplesmente não existe (FOUCAULT, 1996, p. 11). Por último, o procedimento da rejeição marca a separação entre aquilo que se considera verdadeiro e falso (FOUCAULT, 1996, p. 13). É dentro dessa última categoria que se encontra a "vontade de verdade", em que se delimita como um saber é construído e consumado em uma determinada sociedade. Assim, verifica-se que:

(...) essa vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 1996, p. 16-17).

Destarte, nem todos possuem em qualquer situação o direito da fala, nem todos são sempre ouvidos e nem todos recebem o mesmo conhecimento. O saber, através dos mecanismos que se inserem nos discursos, são aplicados de maneira diferente nos espaços (idem). Ademais disso, é entendido que o desejo e o poder guiam a vontade de verdade, uma vez que se pode aplicar sobre o discurso diferentes mecanismos de exclusão (FOUCAULT, 1996, p. 19). Foucault (1996, p. 20) coloca que "a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade".

Ademais, existem condições de funcionamento que impõem um certo número de regras dentro da ordem do discurso, pois, afinal, há exigências para o pronunciamento de certas palavras (FOUCAULT, 1996, p. 35). Nesse sentido, percebe-se o ritual de algumas ocasiões, que determina "os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos" (FOUCAULT, 1996, p. 37). Há, portanto, espaços em que o discurso segue uma dinâmica totalmente estruturada, onde o poder está em jogo pelo controle dos mecanismos de dominação externa e das regras de funcionamento dos discursos.

A partir disso, destaca-se que em cada sociedade percebe-se a confluência de diferentes processos de discursos, que controlam, excluem, separam e redistribuem funções, conseqüentemente, dentro dessa dinâmica, alguns discursos serão reprimidos e outros ganharão cada vez mais espaço (FOUCAULT, 1996, p. 9). A verdade é considerada, é atribuída a certas falas de época em época, somente alguns a podem pronunciar (FOUCAULT, 1996, p. 15). Desta forma, o que interessa para a análise de Foucault se concentra em como certos discursos são produzidos e conduzidos como forma de verdade, aceitáveis através de proposições científicas desse mesmo saber/discurso (FOUCAULT, 1979, p. 4).

Em suma, o essencial, para o autor, seria a análise dos efeitos específicos dos discursos de verdade e os poderes que são exercidos através da fala (FOUCAULT, 1979, p. 12). Nesse sentido, a verdade acaba sendo uma categoria construída dentro do poder - dentro do discurso - não sendo capaz de existir sem ou fora dele (FOUCAULT, 1979, p. 13). Vê-se, então, aqui a relação intrínseca entre conhecimento e poder (sendo que o conhecimento é fruto de um discurso de verdade, uma vontade de verdade), na qual ambos necessitam um do outro e se utilizam para sua legitimação; ambos se co-constituem (FOUCAULT, 1979, p. 14). O grupo que venha a comandar a produção de discurso, a produção de conhecimento, poderá exercer o poder em diferentes contextos.

1.4 O MERCADO LINGUÍSTICO E A LÍNGUA OFICIAL

Enquanto a análise sobre as relações entre o conhecimento e o poder, juntamente com a atuação do poder dos discursos elaborados ao longo da história, o pensamento de Michel Foucault se apresenta eficiente para a compreensão da atuação dessa interação. Entretanto, ao tentar estabelecer uma outra leitura sobre os jogos de poder que atuam dentro do sistema linguístico da ONU, é necessário ir mais adiante para uma outra perspectiva, essa que permite uma observação sobre as relações de poder entre as trocas linguísticas estabelecidas. Por conseguinte, insere-se, nesta seção, o pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu, dado que, para fins deste trabalho, a perspectiva específica sobre a dominação de uma língua à outra, assim como também a visão sobre as consequências da escolha de uma língua oficial, deverão ser igualmente observadas.

Nesse sentido, seguindo a metodologia utilizada durante a sessão anterior, será feito um recorte temático da obra de Bourdieu, visto que desenvolver uma descrição profunda sobre todas as suas observações não cabe a esse trabalho, além de não contemplar o objetivo desta pesquisa. A partir disso, expõe-se aqui a concepção que o autor francês escreveu para entender as dominações estabelecidas entre os jogos de poder durante a comunicação realizada por sujeitos diferentes. Ao final, espera-se compreender como se conduz a escolha de uma língua oficial em uma determinada unidade política, adentrando sobre os conceitos de poder simbólico e mercado linguístico.

Assim, ao procurar compreender a forma de dominação que a linguística exerce cotidianamente, o sociólogo iniciou sua pesquisa a partir da interação entre as trocas linguísticas e as relações de força entre os grupos de locutores (BOURDIEU, 2008, p. 23-24). Sabe-se que

a troca linguística refere-se a um ato de fala, inscrito nas relações sociais, que envolve diferentes elementos em sua conjuntura²⁵: as disposições do *habitus* linguístico, que por serem socialmente modeladas, resultam em influenciar o conteúdo dito; e, de outro lado, se encontram as estruturas do mercado linguístico²⁶, que é responsável por introduzir sanções e censuras específicas (BOURDIEU, 2008, p. 24). Ademais, é inegável a compreensão de que um produto linguístico - o conteúdo de uma fala - somente se completará como ato linguístico caso a mensagem seja completamente decifrada (idem).

Portanto, ao estabelecer tais elementos, o autor se posiciona em discordância com uma visão estruturalista da língua, dado que introduz uma ligação teórica entre um instrumento linguístico e suas condições sociais de produção e utilização (BOURDIEU, 2008, p. 18). Por conseguinte, o autor assume que os diálogos são marcados pelo controle de um poder específico, caracterizado como poder simbólico (BOURDIEU, 2008, p. 25). Nessa perspectiva, antes de compreender como se dão os jogos de poder entre as trocas linguísticas, é necessário a leitura de outra obra do sociólogo, para se familiarizar com conceitos que Bourdieu utiliza em seu pensamento.

Existem, portanto, diferentes jogos de poder que marcam o controle desse elemento em cada contexto, sendo este conceito denominado por Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant através do termo "campo" (1995, p. 64). Em cada contexto, haverá relações específicas e é a partir dessas interações que cada "campo" é formado, em suma, "um campo pode se definir como uma rede ou configuração de relações objetivas entre posições"²⁷ (idem). Em seguida, as posições são definidas por meio do posicionamento que os agentes ou instituições ocupam, tendo em vista que cada um estaria buscando uma espécie de poder que está em jogo dentro desse campo específico (idem). Desse modo, sabendo que a distribuição do poder atua de forma desigual, a posição que cada sujeito ocupa no campo implica diretamente no acesso aos ganhos da distribuição desses elementos. (BOURDIEU e WACQUANT, 1995, p. 64-65).

Por último, os autores categorizam o termo poder - aquilo que os sujeitos irão buscar em cada campo - por meio do conceito de "capital". (BOURDIEU e WACQUANT, 1995, p. 65). Portanto, entende-se que cada configuração social detém um "campo" específico, assim

²⁵ Para Pierre Bourdieu, há um conjunto de linguistas que, influenciados pelos estudos inaugurais de linguística de Saussure, ignoram o relacionamento da língua com os fatores que a influenciam de maneira externa. Assim, essa perspectiva esquece a história política de seus falantes, a etnologia e a geografia dos locutores, para se fechar em uma visão estrutural sobre a linguagem, uma vez que esse elemento passa a se configurar, então, somente como um objeto de eleição (BOURDIEU, 2008, p. 18).

²⁶ Embora o conceito de mercado linguístico já tenha sido citado, não cabe ainda, no atual momento do texto, explicar tal termo. Em um momento posterior, será abordado com mais profundidade o tema.

²⁷ No original, "un campo puede definirse como una red o configuración de relaciones objetivas entre posiciones." (BOURDIEU e WACQUANT, 1995, p. 64).

como também possui um “capital” específico a ser buscado pelos indivíduos, isso, conseqüentemente, define que “existem cartas válidas e eficientes em todos os campos - se trata das espécies fundamentais de capital -, mas seu valor relativo como triunfo varia segundo os campos”²⁸ (BOURDIEU e WACQUANT, 1995, p. 65). Em termos fundamentais, o que se considera capital em um campo, pode não ter o mesmo valor em um outro sistema de relação.

Isto posto, voltando ao conceito de poder simbólico, sabe-se que tal categoria funciona de maneira singular, em que as disputas pelo capital simbólico se diferem de outros capitais existentes. Ora, mas que seria o poder simbólico? Para Pierre Bourdieu, “o poder simbólico, é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (1989, p. 7-8). Assim, o poder simbólico seria aquele elemento capaz de construir a realidade social, aquele sentido imediato do mundo de como é construído²⁹, conseqüentemente, encaixa-se nessa definição alguns sistemas simbólicos, como: a arte, a religião, a língua (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Lê-se, então, que “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração’ social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 1989, p. 10). Por conseguinte, devido a distribuição desigual dos capitais simbólicos, aquilo que se compete dentro desse campo, as produções simbólicas acabam sendo utilizadas como instrumentos de dominação, a partir da retórica de uma unidade social (*idem*). Essa afirmação permite, portanto, compreender que uma ideologia - essa que se constrói dentro do poder simbólico, ao formar um conformismo lógico - é posta a interesses particulares de uma classe dominante (*idem*).

Em suma, a cultura da classe dominante - aquela que procura a integração da comunidade em torno de sua própria cultura - contribui para uma unidade fictícia da sociedade no seu conjunto (*idem*). A cultura que se diz promover a união, é a mesma cultura que separa e deslegitima outras formas de cultura, transformando-a, dessa forma, em instrumentos de dominação através de um poder simbólico (BOURDIEU, 1989, p. 11). A partir disso, o autor escreve que os estilos e relações de comunicação são sempre relações de poder, em que

²⁸ No original, lê-se da seguinte maneira: “existen cartas válidas y eficientes en todos los campos - se trata de las especies fundamentales de capital -, pero su valor relativo como triunfos varía según los campos” (BOURDIEU e WACQUANT, 1995, p. 65).

²⁹ Pierre Bourdieu recorre ao termo de Émile Durkheim, o conformismo lógico, para representar o seu conceito de poder simbólico. O conformismo lógico estabelece a compreensão uniforme do tempo, do espaço, do número, da causa; tudo aquilo que torna possível a conformidade de concepções de uma comunidade social (BOURDIEU, 1989, p. 9).

"contribuem para assegurar uma dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica). [...] As diferentes classes [...] estão sempre envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses" (idem).

Destarte, é possível compreender que as trocas linguísticas conformam uma relação de poder simbólico que exprimem as disposições de força entre os locutores e os grupos receptores (BOURDIEU, 2008, p. 23). Essas relações de força desenvolvem aquilo que Bourdieu categoriza de mercado linguístico (BOURDIEU, 2008, p. 24). O termo é usado para designar a estrutura em que concentra distintos estilos dos atos de fala que competem entre si, o que circula, portanto, nesse conceito seria os discursos estilisticamente caracterizados (BOURDIEU, 2008, p. 26). Assim, cada classe ou grupo social detém um estilo linguístico específico e, por todas se encontrem em um mercado linguístico, se desenvolve um jogo de poder pela busca da valorização de seu próprio estilo linguístico (idem).

O conceito de mercado linguístico estabelece, portanto, em uma economia de trocas simbólicas, pois "não se deve esquecer que as trocas linguísticas - relações de comunicação por excelência - são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou os seus respectivos grupos" (BOURDIEU, 2008, p. 23-24). Posteriormente, o autor segue seu pensamento com uma análise da construção de uma língua oficial de uma unidade política. Expõe-se que a língua oficial seria aquele idioma imposto a todos os sujeitos que pertencem àquela jurisdição política e que, por ser elaborado por autores com autoridade para escrever, estabelecem as normas que vão reger as práticas linguísticas ocorridas dentro desse mercado linguístico (BOURDIEU, 2008, p. 31-32).

Portanto, a língua oficial seria um produto "normatizado"- munido de normas - que representam o estilo linguístico de classes que possuem um maior capital simbólico (BOURDIEU, 2008, p. 32). O autor defende que em qualquer campo é estabelecido uma prática de dominação linguística, sendo que o que está em jogo seria o controle de um poder simbólico (idem), logo,

Para que um modo de expressão entre outros (uma língua, no caso do bilinguismo, uma utilização da língua, no caso de uma sociedade dividida em classes) se imponha como único legítimo, é preciso que o mercado linguístico seja unificado e que os diferentes dialetos (classistas, regionais ou étnicos) estejam praticamente referidos à língua ou ao uso legítimo. Enquanto produto da dominação política incessantemente reproduzida por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante, a integração numa mesma "comunidade linguística" constitui a condição da instauração de relações de dominação linguística (idem).

1.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

Em síntese, este capítulo buscou a apresentar, inicialmente, uma das visões metodológicas da trajetória do pensamento teórico de Relações Internacionais, com o intuito de apresentar a nova fase teórica da disciplina, o também denominado de "quarto debate". Esse debate sustenta, portanto, contribuições importantes de perspectivas críticas e questionadoras da forma como se produzia o conhecimento nesta área acadêmica, traz ao campo teórico diferentes observações ontológicas e epistemológicas. Dentre essas, a lente teórica pós-moderna da disciplina evoca novas observações que contestam as estruturas de conhecimento da área, questionando também a organização do sistema internacional que é colocada como verdade absoluta. Essa teoria busca apontar o discurso que é resguardado por alguns relatos dominantes, afirmando que tal saber e conhecimento contribui para a posição privilegiada de determinados grupos.

Desse modo, os postulados de Michel Foucault e Pierre Bourdieu se mostraram adequados para esta pesquisa, em função de continuar o raciocínio apresentado pelos teóricos pós-modernos de Relações Internacionais. Destacou-se o entendimento da relação intrínseca entre conhecimento e poder de Foucault, com o intuito de sinalizar a construção do saber que é perpetuado por discursos e usado como mais uma tecnologia do poder. O poder e o conhecimento se auxiliam e co-constituem. Somando a isso, buscou-se em Bourdieu apresentar o conceito de mercado linguístico para definir como transcorrem as relações de dominação linguística em diferentes cenários.

Em síntese, todo esse conteúdo previamente apresentado auxilia na leitura que este trabalho propõe: identificar as diferentes narrativas por trás dos textos produzidos pela ONU, com ênfase sobre a estrutura linguística de seus organismos. Logo, é necessário um trabalho minucioso de análise dos documentos desse importante organismo internacional, em função de observar as interações entre o contexto histórico, social e político das relações em que o poder e o conhecimento são produzidos dentro da organização. Além disso, devido ao foco desta pesquisa, será observado também como acontecem as trocas linguísticas dentro desse organismo. Para isso, o capítulo seguinte aborda de maneira mais detalhada estas questões, percorrendo os documentos oficiais da organização perante o tema, além da proposta de uma entrevista com alguns funcionários da ONU.

2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A SUA ESTRUTURA LINGUÍSTICA

A Organização das Nações Unidas representa, como afirmam Mônica Herz, Andrea Hoffman e Jana Tabak (2004, p. 29), o acúmulo de processos históricos ocidentais para a institucionalização de mecanismos que possuem o intuito de gerar uma estabilidade no sistema internacional, esses que foram iniciados durante o século XIX. Por conseguinte, o presente capítulo tem como finalidade analisar o funcionamento de tal organismo internacional, preparando o leitor para as análises que serão feitas por esta pesquisa. Logo, são estabelecidos alguns recortes didáticos sobre o tema, uma vez que a ONU possui um sistema organizacional e uma história de grandes proporções.

Desse modo, a primeira seção deste capítulo apresenta uma análise introdutória sobre sistema ONU, trazendo inicialmente a definição dessa organização, seu funcionamento e sua tradição europeia. Ainda nesta seção, tal apresentação da instituição conduz a pesquisa à análise sobre o discurso em torno da necessidade de criação desse organismo, relacionando o tema com o pensamento de um autor que é tão caro ao trabalho: Michel Foucault. Essa observação, portanto, já permite identificar, previamente ainda nessa seção, algumas relações de dominação existentes dentro dessa instituição.

Em seguida, a segunda seção deste capítulo tem como finalidade entender o fórum internacional analisado por esta pesquisa. Procura-se compreender o que os documentos oficiais dessa instituição definem como motivos e objetivos de sua existência. Outrossim, ao tentar compreender como se estrutura as relações de poder dentro da ONU, é observado seu organograma, logo, o documento oficial que permite tal investigação consiste na Carta das Nações Unidas, seu documento fundacional. Concomitantemente a isso, apura-se as menções linguísticas que irão estabelecer as relações de comunicação de cada órgão.

Dessa forma, como resultado da investigação desses documentos, foi separada uma última seção do capítulo para evidenciar as descobertas realizadas referentes ao sistema linguístico da Organização. Evidencia-se os documentos que mencionam as normas linguísticas que estruturam as regras de comunicação de cada espaço dentro dessa Organização Internacional. Encontra-se, ao final, as representações linguísticas instituídas pelos documentos oficiais.

2.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: DO CONTEXTO HISTÓRICO AO DISCURSO DA GUERRA PERPÉTUA

A criação da ONU se desenvolve em torno de diferentes variáveis, conseqüentemente, apresentar somente um fator histórico que a compôs, ou um "acidente" histórico que permitiu sua formação, seria uma maneira didática em que esconderia distintos processos, como as relações de dominação entre diferentes grupos. Desse modo, para uma compreensão mais profunda dos fatores que a compuseram, não é necessário buscar na história a compreensão da origem do objeto de estudo, a essência de algo naquilo que esse possui de mais verdadeiro, aquilo que Michel Foucault, retomando de Nietzsche, apresentou como *Ursprung*³⁰. É preciso recorrer à genealogia, observar os discursos que compuseram sua formação, que auxiliaram na sua legitimação enquanto instituição carregada de legitimidade e autoridade. Para isso, se apresenta nesta parte uma relação entre o contexto histórico que influenciou em sua construção, ademais do discurso que a assegurou.

Entretanto, um outro importante elemento, que também merece ser ponderado antes de iniciar a apresentação do tema, é que estabelecer uma visão entre o contexto histórico e os discursos envolvidos não se apresenta como uma tarefa de fácil execução, ainda mais quando se observa o imenso período histórico de tradição das formações de Organizações Internacionais. De acordo com Mônica Herz, Andrea Hoffman e Jana Tabak (2004, p. 23), as bases para tais instituições são resultados de práticas entre os países europeus ocorridas desde o século XIX, quando essas passaram a ter mais relevância no sistema internacional. Portanto, as análises aqui expostas não se aprofundam em estabelecer uma leitura histórica de todos esses acontecimentos - isso seria trabalho para uma outra pesquisa -, o recorte, que aqui se propõe, consiste em evidenciar os processos mais relevantes que estruturaram a Organização das Nações Unidas e identificam o discurso que assegurou tais acontecimentos.

Diante dessa realidade, uma Organização Internacional é formada para responder diferentes questões e interesses de grupos diversos, para realizar, de maneira mais institucionalizada, a cooperação internacional (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2004, p. 9). Possui um alto aparelho burocrático, com orçamento definido e com servidores internacionais para produzir uma certa medida de governança global³¹. Tal organismo é resultado de relações

³⁰ Tal termo já foi abordado durante o Capítulo um deste trabalho, logo, para mais sobre o método de análise histórica de Foucault ver em (FOUCAULT, 1979, p. 19).

³¹ O termo governança global é utilizado para situações em que as normas e regras não são seguidas por uma autoridade formal, logo, por um governo de algum Estado. A governança global é utilizada para definir ambientes

multilaterais, "(...) a coordenação de relações entre três e mais Estados de acordo com um conjunto de princípios" (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2004, p. 11), e com uma participação voluntária de seus atores, embora é sabido, em muitas ocasiões, que há uma grande pressão para a sua adesão (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2004, p. 16).

Ora, mas quais seriam os fatores que auxiliam na criação de qualquer um desses organismos? São inúmeros os processos que estimulam a criação de uma Organização Internacional, compondo com diferentes interesses e relações entre os atores, entretanto, convém aqui evidenciar a segurança coletiva e as alianças militares como um notável exemplo de incentivos (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2004, p. 10). Ademais, salienta-se que tal forma de se conceber uma organização internacional é estruturada a partir de uma tradição europeia de se organizar o sistema internacional e as suas relações, atendendo diretamente ao costume desses países ocidentais (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2004, p. 23). Adianta-se já, então, que a ONU é fruto dessas experiências, ela se encaixa perfeitamente dentro do costume de se conceber as relações internacionais a partir dessa perspectiva ocidental. Não se conhece uma tradição de algum processo fora deste continente que auxiliou na estrutura organizacional da ONU, é uma instituição, portanto, do mundo ocidental, mas com atuação em todos os continentes.

A tradição europeia aqui faz referência ao sistema moderno de Estados instituído no continente desde o século XVII, com o marco da Paz de Vestfália. Tal evento corrobora com a construção de uma ordem internacional, visto que: "A Paz de Vestfália é qualificada na Carta Constitucional Europeia, uma vez que encerra um conjunto de normas, estabelecidas mutuamente de modo a definir os detentores da autoridade no cenário internacional europeu, suas prerrogativas e deveres" (ARAÚJO, 2008, p. 72). Dessa forma, uma ordem internacional europeia surge enxergando somente uma entidade como autor legítimo desse espaço: o Estado (idem).

Qualquer outro agente acabaria por silenciado no contexto internacional a partir desse marco histórico, reconhecendo, desse modo, somente os mesmos sujeitos que participaram de tais encontros: aqueles grupos de poder que detinham o controle político e econômico de uma área (idem). A Paz de Vestfália está, portanto, longe de ser um acontecimento universal e apolítico. O evento é fruto de um processo histórico europeu, que estabeleceu uma ordem para essa região e, conseqüentemente, feita por essa mesma região (KISSINGER, 2014, p. 13). Dessa forma, percebe-se que as regras de convivência dos tratados

em que a cooperação resolve diferentes impasses e gera regras de conduta entre os atores envolvidos. Para mais sobre o termo, lê-se em (ROSENAU; CZEMPIEL, 1992, p. 4).

de Osnabrück e Münster³² são carregadas de intenções e de propósitos, esses com o intuito de instalar uma ordem que os atores que a montaram pudessem comandar esse novo mundo instaurado do século XVII (FREIRE, 2008, p. 5).

Por conseguinte, a Paz de Vestfália não é somente um marco internacional que introduziu o conceito de soberania, é a concepção de uma nova ordem internacional, em que os atores que a conformaram, respaldados por regras de convivência estabelecidos, puderam introduzir um novo modo de governar num cenário internacional. (KISSINGER, 2014, p. 29). Esse processo histórico é, desse modo, encoberto por forças de poder, que utilizam de um sistema de regras feito para servir os grupos dominantes que comandaram o evento. Assim, como visto por Foucault durante o capítulo anterior, o poder é exercido por um sistema de regras que uns se apoderam, são sujeitos que se disfarçam para exercê-los (FOUCAULT, 1979, p. 25).

Em seguida, o Congresso de Viena, ocorrido em 1815, consiste em outro evento que compôs tal tradição anteriormente citada. Os representantes das principais potências europeias daquele século se reuniram em uma conferência com o objetivo de restabelecer uma antiga ordem desestruturada pela Revolução Francesa³³ e Revolução Industrial³⁴ e, posteriormente, pelas conquistas de Napoleão Bonaparte³⁵ (SILVA, 2011, p. 12). De acordo com Henry Kissinger (2014, p. 50), entende-se que: "os Estados conservadores procuravam erguer defesas contra uma nova onda revolucionária; buscavam incluir mecanismos para a preservação da ordem legítima - que entendiam ser o governo monárquico".

A partir disso, com o intuito de assegurar um novo ordenamento ao continente, é visto a constituição de três conjuntos de instituições através dessa Conferência: a Quádrupla Aliança; a Santa Aliança; e, por fim, a concretização de um sistema de conferências diplomáticas periódicas. (KISSINGER, 2014, p. 50). A primeira instituição seria uma aliança entre as grandes potências europeias com o intuito de proteger a nova formação territorial garantida pelo encontro, formados pela Grã-Bretanha, a então Prússia, a Áustria, a Rússia, e, com sua adesão somente em 1818, pela França³⁶. (KISSINGER, 2014, p. 50). Em seguida, a

³² O evento, como é conhecido por a Paz de Vestfália, marcou o fim de uma sangrenta batalha, a Guerra dos 30 anos, ocorrida no território europeu. Logo, os acordos que culminaram no término dessa disputa forma estabelecidos nessas duas cidades alemãs: Osnabrück e Münster (KISSINGER, 2014, p. 26).

³³ Para mais sobre a Revolução Francesa (1798) ver em (Vovelle, 1989).

³⁴ Para mais sobre a Revolução Industrial ver em (HOBSBAWM, 1989).

³⁵ Para mais sobre as Guerras Napoleônicas ver em (WATSON, 2009, p. 228).

³⁶ Apesar de ser considerada como uma país perdedor, o Ministro de Relações Exteriores de Luís XVIII, Talleyrand, conseguiu ingressar seu país à essa instituição três anos posteriormente. Ademais disso, conseguiu ao país que nenhuma de suas fronteiras estabelecidas já antes da revolução fossem perdidas (KISSINGER, 2014, p. 49).

segunda instituição consistiu em um feito idealizado pelo Tzar russo para assegurar, de acordo com Henry Kissinger (2014, p. 52), um *status quo* doméstico para todo o continente. Por esse modo, é visto por outro autor, Jean-Baptiste Duroselle, que:

Seu artigo 6 [da Santa Aliança] institucionalizava o 'acordo europeu', isto é, o acordo das grandes potências, prevendo conferências que seriam realizadas periodicamente para examinar as medidas pertinentes para manter a paz e a fazer respeitar 'os grandes interesses comuns'." (DUROSELLE, 1976, p. 6).

Assim, é também formalizada a terceira instituição citada: o acordo europeu. Tais medidas funcionavam como uma organização capaz de assegurar uma ordem, há, portanto, a construção de um cenário europeu formalizado somente por alguns atores internacionais, as principais potências. Logo, é notável a influência desse processo histórico para a formação de Organizações Internacionais - em especial a ONU - pois

(...) durante o Congresso de Viena, as regras da diplomacia foram codificadas. A distribuição de poder no sistema de Estados, as regras do jogo imperialista, a formulação de uma legislação internacional e a manutenção da paz entre os Estados europeus foram os principais temas tratados ao longo do século. [...] O Concerto Europeu baseava-se na ideia de que as grandes potências tinham responsabilidades e direitos especiais. Por conseguinte, os Estados menores não participavam das deliberações, e o interesse geográfico limitava-se à Europa, embora disputas coloniais entre europeus fossem negociadas (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2004, p. 25).

Nesse sentido, se construiu uma sociedade internacional europeia organizada por instituições que asseguravam os interesses comuns daqueles governantes dos cinco Estados mais poderosos, ademais sua ordenação e organização permitiu a expansão da dominação europeia ao restante do mundo (CERVO, 2001, p. 45-46). De acordo com o autor Amado Luiz Cervo (2001, p. 46), o Concerto Europeu proporcionou aquele continente uma expansão de seus interesses para fora de seu território, aliado com interesses econômicos, políticos e estratégicos, houve a exploração e a expansão de muitos outros continentes. Em suma, observa-se que os acordos vindos do Congresso de Viena também serviram de referência para a constituição do sistema ONU, uma vez que apenas os interesses de algumas potências delineavam a ordem internacional europeia (CASTRO, 2011, p. 50-52).

Logo, embora existam outros processos históricos³⁷, essas duas experiências genuinamente europeias apresentadas compõem um sistema de relações de dominação de um

³⁷ A exposição de diferentes momentos históricos que relatam o vínculo entre as relações de dominação de um grupo a outro e a criação de Organizações Internacionais ou Tratados Internacionais para exercer um sistema de regras que poucos se apoderaram resulta em um extenso trabalho de investigação. Por conseguinte, não será

grupo a outro com diferentes níveis de força. Tais relações auxiliaram na construção um sistema de regras que uns puderam se apoderar. Desse modo, para avançar sobre a análise acerca das relações entre os grupos dominantes no sistema internacional que formalizaram a ONU, é preciso ir para as Conferências de Teerã, Moscou, Yalta e Potsdam. De acordo com Eric Hobsbawm (1995, p. 30), o século XX foi marcado por uma grande guerra de 31 anos, logo, argumenta-se que seria impossível compreender tal século sem esses longos anos de batalhas.

Assim, as mudanças e as consequências desse período sangrento tornaram impossível qualquer continuação daquele mundo erguido pelas potências europeias antes de 1914 (idem). A situação que os países europeus se encontravam após esse período não era a mesma, muitos estavam esgotados devido tais batalhas e não detinham o controle total das relações de dominação entre outros grupos (HOBSBAWM, 1995, p. 38). O cálculo e o planejamento de uma nova ordem mundial, após o longo período de 31 anos, estava fora de sua atuação exclusiva (idem). A partir disso, apesar da compreensão da importância em salientar as causas e os acontecimentos desse período, não se faz essencial expô-las neste trabalho. A relevância histórica para o texto consiste em apresentar como o mundo fora reorganizado após esses eventos.

Desse modo, o contexto a fechar tal período consiste na Segunda Guerra Mundial³⁸, de início em 1939 até o ano de 1945 (HOBSBAWM, 1995, p. 43). Apesar de a guerra ter durado esses cinco anos, a partir de 1943, já se percebia que a vitória da Aliança - composta por França, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América (EUA), e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) - sobre a Alemanha, a Itália e o Japão seria somente uma questão de tempo (GARCIA, 2012, p. 1.7). Aqueles aliados já começaram, portanto, a se preocupar com o caminho de uma provável vitória e o rumo que tomariam com sua conquista (HOBSBAWM, 1995, p. 49). Desse modo, tais países organizaram diferentes reuniões, como é explicado por Hobsbawm:

Os Estados inimigos derrotados foram totalmente ocupados pelos vencedores. Não se fez qualquer paz formal, pois não se reconhecia nenhuma autoridade independente das forças de ocupação, pelo menos na Alemanha e no Japão. O mais próximo de negociações de paz foi a série de conferências entre 1943 e 1945, em que as principais potências aliadas - EUA, URSS e Grã-Bretanha - decidiram a divisão dos despojos da vitória e (sem muito sucesso) tentaram determinar suas relações uma com as outras depois da guerra: em Teerã, em 1943; em Moscou, no outono de 1944; em Yalta, Crimeia, no início de 1945; e em Potsdam, na Alemanha ocupada, em agosto de 1945. Mais bem-sucedida, uma série de negociações interaliados entre 1943 e 1945

evidenciado outros processos históricos que influenciaram nas práticas desses Organismos Internacionais. Para mais sobre o assunto, consultar em (GARCIA, 2012, p. 15-26).

³⁸ Para mais sobre a Segunda Guerra Mundial ver em (ARENDR, 1989).

estabeleceu um esquema mais geral para as relações políticas e econômicas entre Estados, incluindo o estabelecimento das Nações Unidas. (HOBSBAWM, 1995, p. 49 e 50).

Tais Conferências foram responsáveis pela tentativa em reorganizar o contexto mundial Pós-Guerra. Os maiores poderes de decisão estavam, todavia, entre os EUA e a URSS, enquanto que a Grã-Bretanha³⁹ já havia perdido boa parte de sua influência mundial e nunca voltaria a ser o que fora antes de 1918 (HOBSBAWM, 1995, p. 38). Assim, tais reuniões significaram para o mundo o ponto alto de uma colaboração entre os EUA e a URSS (VIZENTINI, 1997, p. 8).

Nesse sentido, os países reunidos nessas quatro cidades sabiam as consequências de vencer uma guerra e poderem reorganizar o mundo de acordo com suas estratégias (VIZENTINI, 1997, p. 8 e 9). Desse modo, era de interesse organizar uma estrutura de regras e instituições que esses norteassem, e, obviamente, tal sistema de regras vinha de uma longa tradição europeia (WATSON, 2009, p. 288). Sobre esse assunto, lê-se que:

As grandes guerras mundiais do sistema de Estados Europeus foram seguidas por congressos de estadistas das potências vitoriosas, que reconheceram que estavam revisando as regras e instituições de uma sociedade internacional. Essa sociedade era essencialmente europeia, mantida unida não apenas pela experiência comum do que era conveniente, mas também por valores comuns e uma civilização comum (idem)⁴⁰.

A sociedade internacional viria a ser organizada e construída, então, de acordo com uma concepção europeia de Estados-nação, independentemente se esse sistema organizacional incluía, de maneira humanitária, satisfatória e representativa, todos os demais territórios mundiais. Em ciência dessa construção de uma ordem de acordo com a tradição europeia, juntamente com os interesses dos países reunidos, ocorreu, durante o período de conferências, o planejamento da criação de uma Organização Internacional que assegurasse o controle da ordem mundial e as vontades de tais aliados. Tal interesse por essa instituição já é demonstrado desde a Conferência de Moscou, em 1943, como é visto em sua quarta cláusula:

³⁹ De acordo com Henry Kissinger, em sua obra *Ordem Mundial*, o fim da Segunda Guerra Mundial significou para a Europa o fim de sua capacidade em organizar um mundo em que ela, uma vez, o construiu. Todos os países europeus, com exceção de poucos Estados, foram ocupados ao longo desses 31 anos, minando ainda mais sua força; além disso, tais anos foram demasiadamente devastadores que desafiava, inclusive, sua percepção de identidade histórica. (KISSINGER, 2014, p. 66 e 67).

⁴⁰ No original: "The great general wars of the European States system were followed by congresses of statesmen from the victorious, who recognized that they were revising the rules and institutions of an international society. That society was essentially European, held together not only by common experience of what was expedient but also by common values and a common civilization" (WATSON, 2009, p. 288).

Foi reconhecido como desejável que representantes dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e da União Soviética conduzam, de maneira preliminar, uma troca de pontos de vista sobre questões relacionadas com o estabelecimento de uma organização internacional para a manutenção da paz e da segurança internacional, a intenção é que este trabalho deve ser realizado em primeira instância em Washington, e também em Londres e Moscou⁴¹ (MOSCOW CONFERENCE OF FOREIGN SECRETARIES, 1943)⁴².

A Organização Internacional é nomeada posteriormente por Organização das Nações Unidas, e assiste seu nascimento, durante o mesmo ano, a partir da Conferência de São Francisco, ocorrida nos EUA. A Conferência de Yalta, por consequência, foi responsável também pelo envio dos convites aos 46 países selecionados a participarem dessa Organização Internacional, todos esses inimigos do Eixo Berlim, Roma e Tóquio. Assim, em resumo a esse contexto histórico, os episódios de formação de um sistema de regras e ordem internacional teve como função evidenciar uma tradição de elementos que auxiliaram a conceber a ONU. Tais processos previamente descritos foram genuinamente europeus e ocidentais. Nenhum outro Estado ou comunidade, com outra forma de enxergar o mundo, participou do planejamento da ONU, que se estabeleceu nessas quatro Conferências supracitadas.

Nesse sentido, tendo exposto tais pontos, não se evidencia aqui a busca pela essência da forma como a ONU foi estruturada, procurou-se estabelecer, no entanto, exemplos que permitiram a configuração de algumas relações de dominação de um grupo sobre o outro. Desde o primeiro marco histórico apresentado - a Paz de Vestfália - até as últimas conferências citadas, o que se estabeleceu como resultado foram diferentes exercícios de poder de um grupo sobre o outro. O exercício de alguns decidirem o destino de outros adversários. A partir disso, este trabalho pergunta-se como se desenvolveu todos esses processos? Como houve a legitimação de todas essas relações de dominações? Qual o discurso que se inseriu dentro dessas narrativas?

Dentro dessa perspectiva, em função da proposta desta pesquisa em sugerir uma análise histórica voltada para o jogo casual das dominações, voltamos ao pensamento de Foucault em análise à genealogia, procurando encontrar "(...) a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles [jogos de poder] se formaram"

⁴¹ No original: "It was recognised as desirable that representatives of the United States of America, the United Kingdom and the Soviet Union should conduct, in a preliminary fashion, an exchange of views on questions connected with the establishment of an international organisation for the maintenance of international peace and security, the intencion being that this work should be carried out in the first instance in Washington, and also in London and Moscow" (MOSCOW CONFERENCE OF FOREIGN SECRETARIES, 1943).

⁴² Para mais sobre a Conferência de Moscou de 1943, consultar em: <https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000003-0816.pdf>. Acessado em: 12/02/2016.

(FOUCAULT, 2000, p. 265). Logo, é possível observar a atuação de um discurso que Foucault irá denominar como "discurso da guerra perpétua" (2010, p. 40). Para o autor, o discurso mencionado surge a partir de uma mudança acerca do entendimento de como se concebia a prática da guerra (FOUCAULT, 2010, p. 39). Foi quando o Estado passou a ter o controle legítimo de tal atuação guerreira e, conseqüentemente, qualquer outra disputa que não fosse de seu controle passou a ser considerada ilegítima; quando houve o aparecimento do exército como instituição estatal; quando uma batalha se concentrou, cada vez mais, na mão de um poder central (idem).

A partir desse momento na história, observou-se, portanto, o aparecimento de tal discurso. Inseriu-se a concepção de que há um combate de condição ininterrupta perturbador da paz, "(...) um discurso sobre a guerra entendida como relação social permanente, como fundamento indelével de todas as relações e de todas instituições de poder" (FOUCAULT, 2010, p. 40). Por conseguinte, o que se carrega por trás desse discurso consiste na concepção de que as forças reguladoras, os sistemas de lei e a ordem se estabeleceram por meio de batalhas (FOUCAULT, 2010, p. 43). Ademais, é dentro desses sistemas que se estabelecerão outras batalhas, portanto, a guerra existe - e existirá - ainda sob a atuação da lei (idem). Lê-se que:

A lei não é pacificação, pois sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. Em outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz: a guerra é a cifra mesma da paz. Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém (FOUCAULT, 2010, p. 43).

Logo, o discurso da guerra perpétua estabelece como consequência sujeitos que possuem uma posição dentro do contexto social (FOUCAULT, 2010, p. 44). Os indivíduos que pronunciam tal narrativa não são neutros ou universais, pois esses estão obrigatoriamente de um lado da batalha, encontra-se que "(...) aquele que fala, aquele que diz a verdade, aquele que narra a história, aquele que recobra a memória e conjura os esquecimentos, pois bem, este está forçosamente de um lado ou do outro" (idem). Em suma, o discurso exposto terá sempre uma perspectiva, um ponto de vista próprio - é um discurso que se desenvolve dentro de uma dimensão histórica (FOUCAULT, 2010, p. 47) - e, por consequência, faz estabelecer uma verdade que é assegurada por uma posição de combate (FOUCAULT, 2010, p. 45).

Dessa forma, é possível perceber que a ONU é um resultado de tal discurso. Os grupos que a arquitetaram durante as Conferências, iniciadas ao longo da Segunda Guerra

Mundial, estavam em um lado da batalha, trabalhavam para uma vitória particular. Tal Organização - além dos outros Tratados supracitados - fora estabelecida através desse discurso, do pensamento de uma guerra perpétua. Seu documento fundacional (que será estudado na próxima seção) está coberto por um medo de uma batalha permanente, em que há de se fazer o possível para que as relações de forças não se modifiquem. Assim, "isto quer dizer que os inimigos que estão à nossa frente continuam a ameaçar-nos, e não poderemos chegar ao termo da guerra por como uma reconciliação ou uma pacificação, mas somente na medida em que formos efetivamente vencedores" (FOUCAULT, 2010, p. 45).

Têm-se, pois, dentro desse percurso, a construção de uma racionalidade e de procedimentos técnicos para manter a vitória, "(...) para fazer calar, aparentemente, a guerra, para conservar ou inverter as relações de força" (FOUCAULT, 2010, p. 46). É uma racionalidade, vinculada em uma estratégia, para manter as relações de dominação daquele que exerce um poder (FOUCAULT, 2010, p. 47). Em suma, pode-se concluir que, devido à concepção do discurso de uma guerra perpétua, é criado um imaginário de que a justiça; a fórmula da lei; a estabilidade da ordem são elementos necessários para se evitar uma outra batalha. Se evocam verdades necessárias, em que essas, como visto, são frutos de relações de força e carregadas por uma perspectiva. Assim, resume-se que:

(...) num discurso como esse, não se trata de tomar a monotonia da história como um dado superficial que se deveria reordenar em alguns princípios estáveis e fundamentais; não se trata de julgar os governos injustos, os abusos e as violências, reportando-os a certo esquema ideal [...]. Trata-se, ao contrário, de definir e de descobrir sob as formas do justo tal como ele é instituído, de ordená-lo tal como ele é imposto, do institucional tal como ele é admitido, o passado esquecido das lutas reais, das vitórias efetivas, das derrotas que talvez tenham sido disfarçadas, mas que continuam profundamente inseridas. Trata-se de redescobrir o sangue que secou nos códigos, e por conseguinte, não, sob a fugacidade da história, o absoluto do direito: não reportar a relatividade da história ao absoluto da lei ou da verdade, mas sob a estabilidade do direito, redescobrir o infinito da história, sob a fórmula da lei, os gritos de guerra, sob o equilíbrio da justiça, a dissimetria das forças (idem).

Como conclusão ao tema, nota-se que através desse discurso exposto, houve diferentes processos históricos que permitiram a ascensão de inúmeras formas de ordenação da sociedade. Desde a Paz de Vestfália às Conferências da Segunda Guerra Mundial, observa-se, de fato, que não existe a vontade de estabelecer uma prevenção à guerra, uma vez que ela continua, até mesmo quando não se escutam os barulhos do canhão, a disparidade entre os adversários continua latente. O que se encontra, portanto, são criações de leis e de procedimentos técnicos com o pensamento de conceber uma ordenação social, mas que, no

fundo, tem como objetivo a não inversão de posições entre as relações de dominação. A ordem é escrita pensando, então, em uma batalha perpétua.

Portanto, é partir dessa concepção - além das demais já apresentadas - que se questiona se a disposição da estrutura linguística da ONU seria, então, parte dessa racionalidade e técnica para manter tais relações de poder, seguindo a concepção foucaultiana de que as relações de dominação é que devem ser o caminho para a análise do poder (FOUCAULT, 2010, p. 38). Para isso, em função de desenvolver o objeto de estudo proposto pelo tema, pretende-se, para a próxima seção, realizar uma análise detalhada do sistema ONU. Nesse sentido, tal análise envolve uma leitura de seu documento fundacional, de seus principais órgãos, ademais de uma visão acerca do sistema linguístico proposto pela Assembleia Geral para essa Organização Internacional.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS POR DEBAIXO DOS PANOS

Em 26 de Junho de 1945, é reconhecido o nascimento da ONU durante a Convenção de São Francisco, a qual 50 países foram convidados para firmarem o acordo de sua inauguração⁴³. Sendo assim, propõe-se, aqui, o primeiro recorte de análise desta pesquisa, pois somente o conteúdo do seu documento de fundação, a Carta das Nações Unidas, juntamente com seu organograma descrito por este texto de 1945 e as mudanças significativas dessa Organização, que serão considerados nesta segunda seção como forma de análise de tal objeto de estudo. A ONU é uma instituição internacional com um extenso organograma, com uma longa história de atuação (que ainda se mantém operante), com um grande número de projetos e com vários órgãos e agências subsidiadas, por conseguinte, recortes serão necessários. Assim, para a primeira exposição sobre a Organização, será utilizado majoritariamente o documento que possibilitou o seu nascimento.

A Organização nasceu com 4 objetivos principais, que, dentro do Artigo 1, estão listadas brevemente da seguinte maneira: (1) procurar manter a paz e a segurança internacional; (2) produzir relações amistosas entre as nações; (3) procurar por uma cooperação de caráter amistoso entre os Estados em diversos âmbitos; e, por último, (4) ser um espaço de encontro para esses membros a fim de gerar de tais ações (ONU, 1945, p. 5-6). Em seguida, a Organização reconhece quem seriam os possíveis membros a integrarem tal organismo. É

⁴³ Nota-se que além dos 46 países convidados pela Conferência de Yalta, mais 4 países foram incluídos na lista em Junho daquele ano, que foram: a Bielorrússia, a Ucrânia, a Dinamarca e a Argentina.

descrito pelo mesmo documento, especificamente no Artigo 4, que os membros são "todos os Estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas na presente Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações." (ONU, 1945, p. 8).

Entretanto, seu documento de fundação já transmite uma ambiguidade ao não definir certamente determinados conceitos. Um desses problemas surge do próprio entendimento de que seria preciso para ser um "Estado no Sistema Internacional". Ora, qual seria o reconhecimento necessário para que um território alcance tal nível de categoria? É visto, pela seção anterior, que as bases de um modelo estadocêntrico pertencem a uma tradição europeia, logo, questiona-se se outras formas de organização, que não seguem tal tradição, também poderão ser reconhecidas? Ou, até mesmo, o que é preciso para que se reconheça a afirmação de um Estado soberano? Além dessa questão, outro problema - ainda mais crítico - incide em apresentar o conceito de países que são "amantes da paz". A paz é um termo abstrato, e, por esse modo, pode agregar diferentes significados. Por conseguinte, indaga-se o que compõe a paz; o que faz, de fato, um território ser amante da paz⁴⁴.

Ambiguidades à parte, as propostas e os princípios dessa carta, assinada em Junho de 1945, não foram discutidas naquela data. De acordo com o site oficial da ONU, houve diferentes comitês preparatórios para a conclusão final de seu texto apresentado em 1945⁴⁵. Dentre esses, organizou-se um "comitê de orientação" em que cada Estado fundador poderia possuir um membro para ser representado. No entanto, tal comitê seria responsável somente pela tarefa de julgar as recomendações já feitas por um outro grupo de representantes, esse grupo fora formado apenas por 14 chefes de algumas delegações⁴⁶ (ONU, 2018)⁴⁷.

⁴⁴ O Estudo de Segurança Internacional (ESI) é uma área das Relações Internacionais - surgida a partir de 1945 - responsável pela pesquisa e análise sobre o que consiste a segurança e a paz nesse cenário. (BUZAN; HASEN, 2012, p. 02). Tal área já presenciou distintos caminhos que modificaram a relação em que os estudiosos observavam o ESI, como nos anos de 1970, com a ressignificação dos conceitos de paz, violência e segurança no cenário internacional. (BUZAN; HASEN, 2012, p. 33). Logo, um pequeno pedaço demonstrado da história da disciplina de Relações Internacionais já abre espaço para tal ambiguidade.

⁴⁵ Salienta-se que os comitês citados definiram a versão da Carta das Nações Unidas apresentada aos 50 países durante aquele ano. Tal texto sofreu algumas alterações com o passar do tempo, uma vez que é conferido pelo Artigo 109 deste documento a previsão de processos para sua revisão (ONU, 1945, p. 60). Por conseguinte, somente com a decisão de dois terços da Assembleia Geral, concomitantemente com a aceitação dos nove membros do Conselho de Segurança, que poderá ser marcado uma reunião para a discussão de qualquer revisão (idem). Isto feito, a modificação deverá ser aprovada por dois terços da Assembleia Geral e, posteriormente, ratificada em um prazo estipulado (ONU, 1945, p. 60-61).

⁴⁶ Embora se reconheça a importância em expor quais os Estados contemplados com tal representação por essas 14 delegações, a fonte disponibilizada pelo site oficial da ONU omite tal dado. Encontra-se uma tarefa difícil, portanto, a análise de quais interesses foram resguardados, além de quais os grupos foram representados por esse comitê, que detinha como função a seleção de temas a serem discutidos.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/history-United-nations-charter/1945-san-francisco-conference/index.html>. Acessado em: 06/06/2018.

No entanto, é sabido que os interesses dos principais países vitoriosos da Segunda Guerra Mundial em relação a ONU já haviam sido discutidos. Reconhece que: "Os russos, portanto, propuseram, e os outros Estados principais aceitaram, uma fórmula baseada na experiência das grandes potências no Concerto Europeu" (WATSON, 2009, p. 290)⁴⁸. Isto posto, ainda que seja crítico a falta da universalidade da Organização em delimitar um número de delegações para a escolha de recomendações a serem discutidas com o restante dos membros, é ainda mais crítico que a atuação e o organograma já haviam sido planejados pelos quatro países vencedores da Segunda Guerra Mundial em 4 Conferências marcadas.

Diante dessas constatações, resolveu-se que a Carta das Nações Unidas ficaria dividida em quatro seções, cada uma sendo responsável uma comissão⁴⁹ diferente (ONU, 2018)⁵⁰. A primeira parte deste documento se encarrega dos objetivos gerais da Organização: as regras sobre as condutas dos membros, os propósitos principais, a composição dos órgãos e as questões de emendas da Carta (idem). No que concerne aos seus membros, é definido pelo Artigo 2 do documento, que seus participantes estão respaldados pelo princípio da igualdade entre todos e esses também devem adotar meios que não usem a força, ou a ameaça, para a solução de conflitos entre outros países.

Ademais, é descrito também que os Estados não pertencentes à Organização devem agir de acordo com tais princípios do documento, justificando tal norma devido à necessária manutenção da paz no Sistema Internacional (ONU, 1945, p. 6-7). Sendo assim, é válida aqui uma observação da atuação do discurso supracitado da "guerra perpétua", apresentado por Michel Foucault. A concepção de que existiria uma guerra perpétua entre os agentes promove o estabelecimento de normas, técnicas e um sistema de regras para se construir uma ordem (FOUCAULT, 2010, p. 47). É por meio do medo constante de uma futura batalha que se estabelece a lei, uma vez que não se deseja a inversão das posições entre os jogos de dominação (FOUCAULT, 2010, p. 45).

Em continuidade a exposição do documento fundacional, a admissão de novos membros é definida pelo Artigo 4, tendo que todos Estados "amantes da paz", que desejarem entrar para a Organização, deverão aceitar as obrigações contidas no documento. A entrada desses países dependerá de uma decisão da Assembleia Geral, entretanto, é necessário que haja

⁴⁸ No original, lê-se: "The Russians therefore proposed, and the other major states accepted, a formula based on the experience of the great powers in the Concert of Europe" (WATSON, 2009, p. 290).

⁴⁹ Novamente, a composição dessas comissões também é ocultada pelo site oficial da ONU. Se encontra ausente as informações de quais os grupos o compuseram e de quantos sujeitos era formado.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/history-united-nations-charter/1945-san-francisco-conference/index.html>. Acessado em: 06/06/2018.

uma recomendação do Conselho de Segurança⁵¹ para tal adesão (ONU, 1945, p. 8). Outrossim, qualquer membro que desrespeitar, de alguma maneira, as normas e as responsabilidades descritas pelo documento poderá ser expulso mediante a recomendação do Conselho de Segurança (ONU, 1945, p. 8). Desse modo, sob uma visão debaixo dos panos, é possível perceber a inadequação em descrever os membros respaldados pela igualdade dentro da Organização, visto que os entes que compõem o Conselho de Segurança já apresentam um controle maior e detém maiores responsabilidades em comparação com os membros da Assembleia Geral.

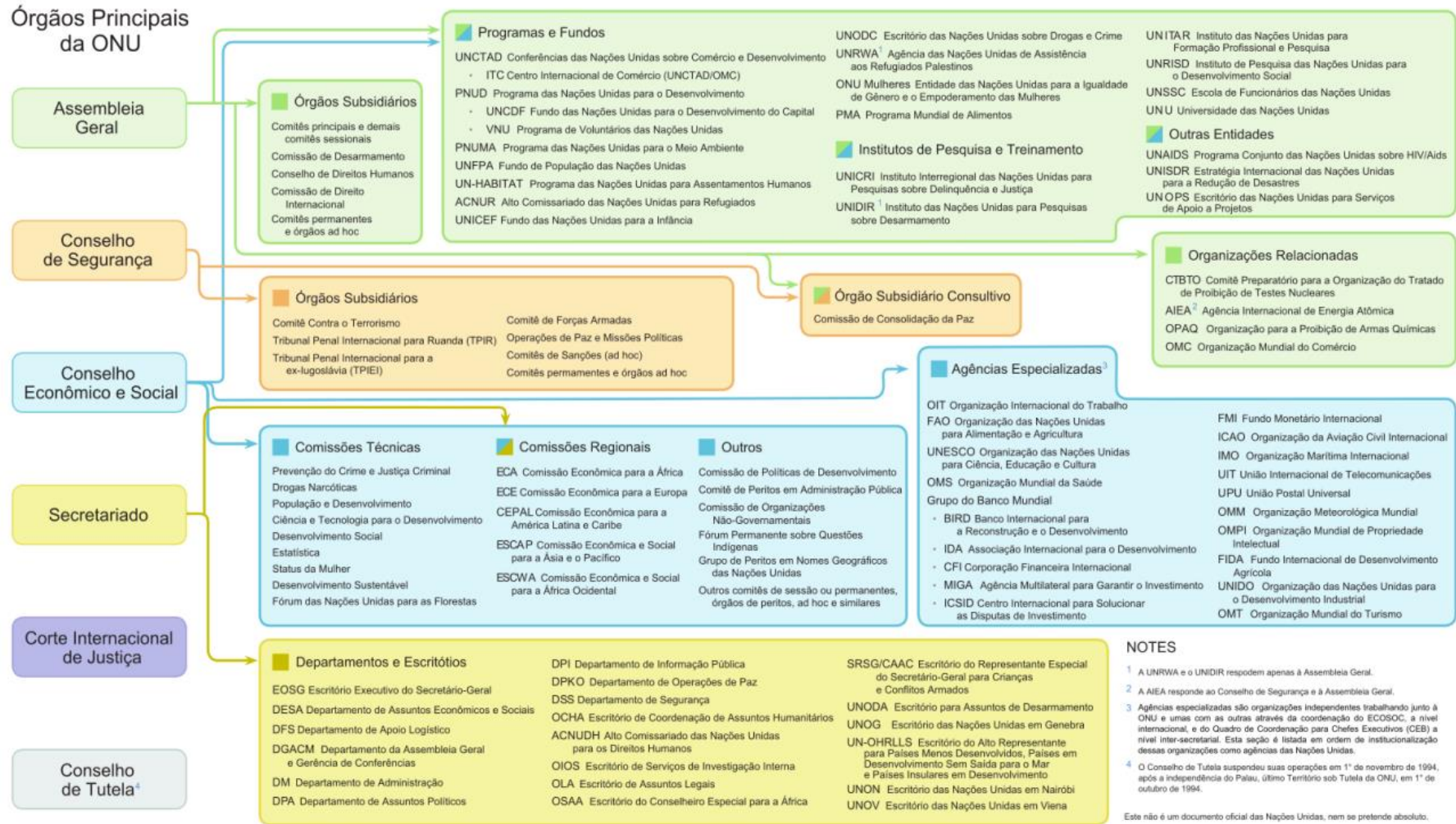
Nesse sentido, seguindo a ordem desta análise, é necessário abordar a composição dos seis principais órgãos dessa instituição, informação que é descrita pelo Artigo 7. Logo, é partir desse momento que entende-se a ONU como uma Organização que não funciona de modo coeso, pois suas tarefas e obrigações estão garantidas pela atuação de outros órgãos principais. Assim, a ONU, enquanto instituição, não possui um espaço para a realização de qualquer atuação prevista pela Carta, os órgãos principais são as entidades que praticam sua atividade no Sistema Internacional através de seu nome. Desse modo, as ações da ONU não são de fácil compreensão, é necessário o entendimento de cada órgão principal para a percepção de como tal decisão foi construída.

Ainda assim, cada órgão principal pode possuir órgãos subsidiários, programas e fundos, agências especializadas, comissões técnicas e departamentos e escritórios. Entretanto, não cabe dentro deste trabalho analisar todos os espaços que realizam as obrigações em nome dessa Organização. É necessário, portanto, implementar mais um outro recorte, pois a ênfase desta análise concentrará somente nos seis principais órgãos da instituição. O quadro 1 é uma tabela, disponível no site oficial das Nações Unidas no Brasil, informando o sistema ONU, contendo seu organograma completo.

Por conseguinte, como ilustrado no quadro 1, são criados os seguintes órgãos em seu documento fundacional: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, e a Corte Internacional de Justiça e um Secretariado (ONU, 1945, p. 9). A Assembleia Geral é construída para ser um espaço de encontro e discussão entre todos os membros da Organização, promovendo assim a cooperação internacional, este sendo um dos seus objetivos). Cada país terá direito a um voto, sendo que nenhum ente poderá ter um peso maior que outro dentro desse órgão (ONU, 1945, p. 10).

⁵¹ Tanto a Assembleia Geral, quanto o Conselho de Segurança, formam o organograma da Organização. Tais instituições serão explicadas com uma maior atenção em um outro momento, ainda nesta seção. É válido saber, por enquanto, que são dois órgãos principais da Organização.

Quadro 1: Organograma da Organização das Nações Unidas



NOTES

- ¹ A UNRWA e o UNIDIR respondem apenas à Assembleia Geral.
- ² A AIEA responde ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral.
- ³ Agências especializadas são organizações independentes trabalhando junto à ONU e umas com as outras através da coordenação do ECOSOC, a nível internacional, e do Quadro de Coordenação para Chefes Executivos (CEB) a nível inter-secretarial. Esta seção é listada em ordem de institucionalização dessas organizações como agências das Nações Unidas.
- ⁴ O Conselho de Tutela suspendeu suas operações em 1º de novembro de 1994, após a independência do Palau, último Território sob Tutela da ONU, em 1º de outubro de 1994.

Este não é um documento oficial das Nações Unidas, nem se pretende absoluto.

Publicado pelo Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI/2017-10-01/13) - abril de 2011

Por outro lado, caso haja um assunto que já tenha sido tratado pelo Conselho de Segurança, não será preciso que seja feita qualquer discussão e resolução pela Assembleia Geral. Logo as recomendações realizadas por aquele sobre uma controvérsia deverão ser respeitadas por este, sem a necessidade de uma reunião para a votação sobre o assunto deliberado pelo Conselho de Segurança. Nota-se aqui, de antemão, uma hierarquia entre os principais órgãos da ONU, por consequência, já se percebe, em pequenas doses, alguns traços de controle e dominação enraizados na estrutura dessa Organização Internacional.

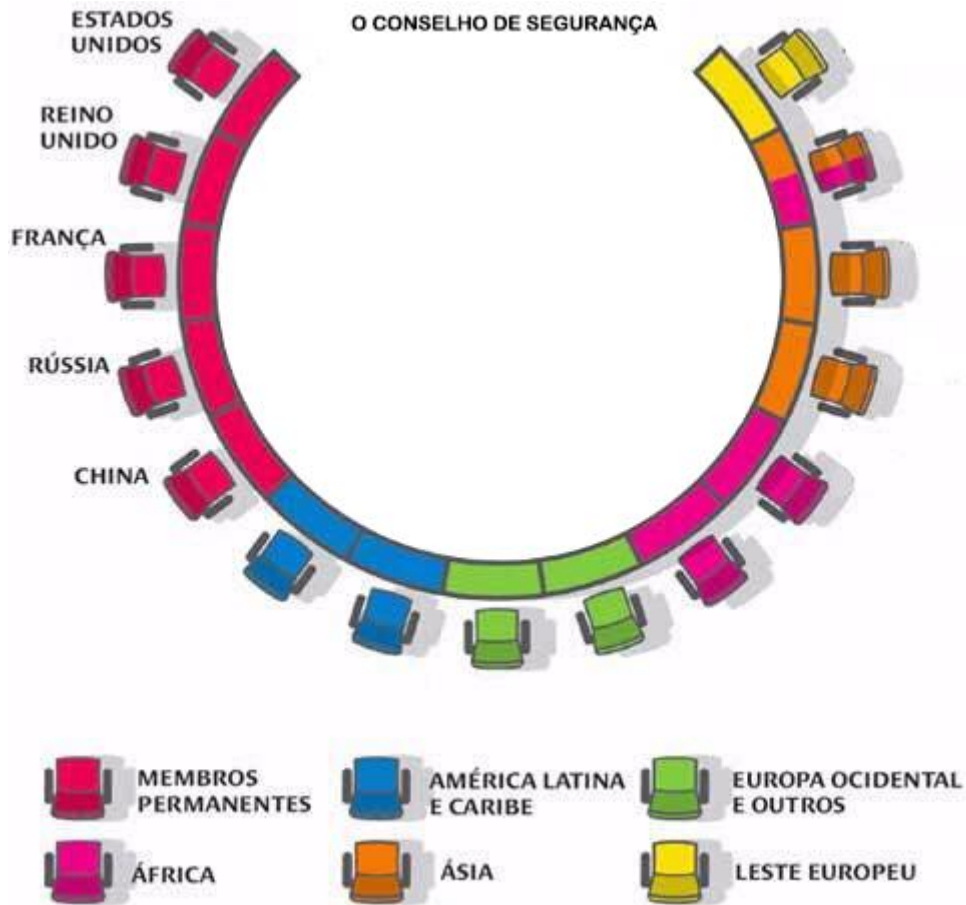
As reuniões desse órgão são planejadas anualmente, ou convocadas em motivos especiais pelo Secretário Geral, especificado de acordo com o Artigo 20 (ONU, 1945, p. 15). Como forma de deliberação, o Artigo 18 traz que cada membro tem o direito de um voto sobre a recomendação final produzida pelo encontro, sendo que somente com a maioria de dois terços dos membros presentes e votantes terá a conclusão de alguma resolução (ONU, 1945, p. 15-16). Para fins de financiamento, os custos de tal casa são respaldados pelos próprios membros, uma vez que seu orçamento também será proposto por tais delegações (ONU, 1945, p. 14).

Como último ponto a ser analisado da Assembleia Geral, mas não menos importante, embora a Carta das Nações Unidas contemple uma boa parte para a descrição do funcionamento desse órgão, é totalmente ausente a informação de como funciona as questões linguísticas dentro dessa casa. A ONU, através de seu documento fundacional, não se preocupa em delimitar como uma assembleia, que defende sua existência através de preceitos igualitários e universais para seus membros tão plurais, com diversidades culturais, religiosas e linguísticas, funcionará. Ora, a comunicação entre os membros é imprescindível ao funcionamento do órgão, assim, ausência dessa informação não se encaixa como um descuido, uma vez que é imprescindível o ato da fala para esse espaço. A escolha sobre o domínio da palavra será política. Observa-se, então, a primeira negligência perante o assunto.

Continuando a análise sobre o sistema ONU, apresenta-se outro órgão principal: o Conselho de Segurança. Esse é descrito inteiramente pelo Capítulo V do seu documento fundacional, apresentado como um órgão com "a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacional" (ONU, 1945, p. 18). Devido ao seu grau de importância, os Capítulos VI, VII, VIII e XII são responsáveis pelo consentimento de seus poderes de atuação. Tal órgão é formado por quinze membros, sendo que, dentre esses, cinco serão membros permanentes do conselho - a República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (atualmente, tal posto é representado pela Federação Russa), o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América - e os demais são assentos rotativos

de membros da ONU, eleitos pela Assembleia Geral por um período de dois anos (ONU, 1945, p. 17). A disposição dos assentos também pode ser lida na imagem 1.

Imagem 1: Disposição dos assentos do Conselho de Segurança



Fonte: Elaboração parcialmente editada retirada do site disponível em: <http://conosaba.blogspot.com/2016/03/onu-membros-do-conselho-de-seguranca.html>. Acessado em: 16/06/2018.

No que concerne os poderes de atuação do Conselho de Segurança, o Artigo 24 legitima toda a força de atuação coercitiva que a ONU poderá obter dentro do cenário internacional através de decisões desse órgão composto por unicamente 15 membros⁵². Isto posto, o Conselho de Segurança consegue ser o único órgão deliberativo dessa Organização Internacional, uma vez que a Carta não outorga a nenhum outro órgão o uso legítimo de ações

⁵² No entanto, nem sempre tal órgão foi segmentado de tal forma apresentada. Em 1963, a Assembleia Geral aprovou revisões a alguns artigos de sua Carta, modificando, assim, de onze para quinze membros do Conselho de Segurança. Consequentemente, passou-se de sete para nove votos necessários para que qualquer ação seja efetivada por tal organismo (ONU, 1945, p. 1).

no Sistema Internacional. Ora, o que são, então, as decisões tomadas pela Assembleia Geral ulteriormente expostas? Apesar da Assembleia Geral ser o único espaço que todos os membros podem possuir um voto, tal órgão é capaz apenas de realizar recomendações por meio de resoluções, não podendo atuar de modo coercitivo em nenhum dos casos (ONU, 1945, p. 18).

Assim, uma das funcionalidades do Conselho de Segurança, descrita especificamente no Capítulo VI, consiste em determinar soluções pacíficas de controvérsias em assuntos que ameaçam a paz e à segurança internacional (ONU, 1945, p. 22). O órgão tem como responsabilidade convidar as partes que estão em desacordo para acatarem "(...) procedimentos ou métodos de soluções apropriados (...)" (ONU, 1945, p. 23), procedimentos que são definidos por essa mesma casa. Ademais, o Capítulo VII confere ao Conselho não somente a possibilidade de realizar recomendações, mas sim uma ação de medidas para minar ameaças à paz e atos de agressão (ONU, 1945, p. 25). O Artigo 39 afirma que "(...) o Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas" (ONU, 1945, p. 25). Assim, a Carta confere ao órgão a capacidade de estabelecer quais são os eventos históricos que ameaçam a segurança internacional, podendo também atuar coercitivamente sobre tal acontecimento.

Ademais, o Artigo 42 confere ao Conselho de Segurança o uso de forças navais, aéreas ou marinhas para atuarem em ações que as julgarem necessárias (ONU, 1945, p. 26). As estratégias e as ações das forças armadas disponibilizadas serão comandadas, no entanto, somente pela ação da Comissão do Estado-Maior, esse que é composto somente por membros permanentes do Conselho de Segurança. Logo, apesar da existência de 15 membros dentro desse órgão, somente os cinco Estados permanentes estarão à frente do comando das forças armadas disponibilizadas por essa casa (ONU, 1945, p. 28-29). No entanto, caso seja definido pelo Conselho de Segurança a falta de necessidade em agir coercitivamente sobre um acontecimento, o Artigo 41 concede ao órgão o planejamento de medidas que poderão ser usadas para tornarem seus objetivos efetuados, convidando também a Assembleia Geral a atuar. Um exemplo de tais medidas seria a interrupção completa ou parcial das relações com o Estado gerador do impasse. (ONU, 1945, p. 26).

Destarte, o Conselho de Segurança possui a legitimidade em agir coercitivamente sobre assuntos de segurança internacional. No entanto, é ainda aberta uma oportunidade de atuação coercitiva e legítima realizada por qualquer Estado - ação que não precisa ser decidida pela votação do Conselho de Segurança - quando aqueles agirem em situações que exijam casos de legítima defesa (ONU, 1945, p. 30). Por conseguinte, a Carta das Nações Unidas ainda permite o direito aos Estados de usarem suas forças militares, porém falha em não apresenta

parâmetros para qualificar atos que podem ser justificados como legítima defesa ou não. O uso da violência, dependendo do contexto, ainda poderá ser exercido.

Por último, como forma de deliberação, a votação de todas as ações e recomendações do conselho é descrita pelo Artigo 27, em que cada membro da casa terá um voto, e as decisões serão tomadas apenas caso somados nove votos, não podendo haver nenhum veto dos cinco membros permanentes (ONU, 1945, p. 20). Assim, a Carta - planejada e estruturada pelos países reunidos durante as Conferências de Teerã, Moscou, Yalta e Potsdam - outorgam a apenas cinco países a autoridade em vetar ou aprovar qualquer decisão do único órgão deliberativo da Organização Internacional. Ademais, qualquer decisão deliberada pelo Conselho de Segurança será de obrigação da Assembleia Geral respeitá-la (ONU, 1945, p. 30), deixando assim um espaço hierárquico de decisões dentro dessa Organização Internacional.

Há uma informação, no entanto, que se encontra ausente na Carta. O funcionamento de como se desenvolverá as comunicações entre os membros desse Conselho é totalmente negligenciada, não há definições de qualquer língua oficial ou de trabalho para esse órgão. Em nenhum dos Artigos contidos em qualquer um dos Capítulos apresenta como funcionará a situação linguística dessas reuniões, estando, portanto, ausente novamente em outro órgão qualquer informação sobre esse impasse da comunicação.

Seguindo a leitura da Carta, o Conselho Econômico e Social é também outro órgão que conforma o organograma da ONU. Descrito a partir do Capítulo X, é apresentado um órgão composto por 54 membros das Nações Unidas, esses que deverão ser eleitos pela Assembleia Geral (ONU, 1945, p. 35). A Carta das Nações Unidas não confere a esse Conselho poderes coercitivos, tampouco ações práticas, como foi deliberado ao Conselho de Segurança. O objetivo do Conselho Econômico e Social, enquanto instituição, escrito pelo Artigo 62, consiste nos "estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos (...)" (ONU, 1945, p. 37). Tal órgão não possui um cronograma fixado pelo documento no que concerne a realizações de reuniões, sendo a critério da instituição planejar suas conferências, nesses encontros cada um dos 54 membros terá um voto para a elaboração de suas recomendações (ONU, 1945, p. 39).

É informado que o Conselho Econômico e Social recebe atributos, portanto, para o auxílio de informações tanto para a Assembleia Geral, quanto para o Conselho de Segurança, estando a critério desses dois órgãos a decisão de qual assunto for conveniente para a formulação de uma consulta. No entanto, embora seja conferido a esse órgão a responsabilidade em pesquisar e analisar sobre situações sociais, culturais e educacionais, além de questões que envolvem os Direitos Humanos, não é citado em nenhum momento a importância dos conflitos

linguísticos e a importância de um idioma como um Direito Humano inato a qualquer comunidade. A questão linguística não tem vez no documento da ONU de 1945⁵³. Ademais, se encontra ausente novamente a informação de línguas oficiais e de trabalho desse órgão, expondo uma despreocupação com qualquer situação linguística que esse Organismo Internacional poderá obter, como se o encontro entre as línguas e culturas fossem naturais, sem conflitos de entendimento.

O Secretariado compõe outro órgão principal das Nações Unidas. É comandado por um funcionário nomeado como Secretário Geral, decido através de uma votação da Assembleia Geral, porém com a recomendação necessária do Conselho de Segurança (ONU, 1945, p. 53). O cargo - descrito como o mais alto de toda a organização - será responsável por atuar nas reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e do Conselho de Tutela, escrevendo, dessa forma, relatórios anuais de seu trabalho (ONU, 1945, p. 54). É definido como um funcionário de caráter exclusivamente internacional e, portanto, não recebe influências de quaisquer Estados-membro. Suas instruções deverão ser respeitadas por qualquer órgão e qualquer país. (ONU, 1945, p. 54).

Ainda assim, de acordo com o site oficial da ONU responsável por apresentar tal órgão, o Secretário Geral é definido a partir dos seguintes termos: "El Secretario General es el símbolo de los ideales de las Naciones Unidas y el portavoz de los intereses de los pueblos del mundo, en particular los pobres y vulnerables" (ONU, 2018)⁵⁴. É de se perguntar, portanto, como que um único indivíduo, sendo esse nomeado através de uma sugestão única do Conselho de Segurança, consegue representar a padronização das vontades de todos os povos do mundo. Por conseguinte, aqui consta um grande exemplo da construção de verdades e narrativas através do discurso proferido pela Organização, em que a verdade sobre um fato é construída de tal maneira alcançando um status de não ser nem mais interrogada.

Outro exemplo de demonstração de importância da Organização no cenário internacional pode ser visto durante o Artigo 103. A Carta das Nações Unidas posiciona seu documento como sendo superior a qualquer outro acordo internacional (ONU, 1945, p. 56). Destarte, independentemente de qualquer situação posterior, as obrigações aqui descritas deverão ser respeitadas pelos Estados membros. Essa informação conduz, portanto, ao raciocínio de que a ONU estabeleceu um documento que exige aos seus membros o respeito de

⁵³ Aprovadas e normalizadas através do capítulo XVIII, as modificações à Carta das Nações Unidas aconteceram em 1965, 1968 e 1973. Em nenhuma dessas emendas, houve a inserção de qualquer informação sobre as normas e procedimentos linguísticos que estabelecerá a comunicação desta Organização Internacional.

⁵⁴ Para mais sobre o Secretariado das Nações Unidas, ver em: <https://www.un.org/sg/es/content/role-secretary-general>. Acessado em: 09/06/2018.

suas decisões em qualquer situação, mesmo quando esses forem participar de novos organismos internacionais. Assim, seu documento se torna base para aquela ordem internacional estabelecida, conseqüentemente, as decisões estabelecidas pela Conselho de Segurança, ou qualquer resolução estabelecida pela Assembleia Geral, deverão ser acatadas.

Seguindo a estrutura de seu organograma, a ONU apresenta em seu Capítulo XIII o Conselho de Tutela, um órgão formado pelos países que administram territórios tutelados⁵⁵, por países que conformam também o Conselho de Segurança e por países membros da Assembleia Geral, que são elegidos por este órgão, a fim de comporem o restante das vagas para garantirem a totalidade de membros (ONU, 1945, p. 48). Tal órgão possui funções de organizar visitas periódicas aos territórios tutelados, além de adotar as medidas de tutela sobre determinado território. Por exemplo: a formulação de informações sobre a região tutelada. Todas as suas pequenas funções existem como o objeto maior de garantir a autonomia e a independência desses territórios⁵⁶ (ONU, 1945, p. 49).

A situação linguística desse órgão se encontra mais uma vez ausente na Carta, escondendo como as reuniões, os trabalhos e o tratamento com a região tutelada irá ser realizado. Dessa forma, a ausência dessa informação dentro de um Conselho responsável por tutelar um território é bastante crítica, dado que as possibilidades de ocorrer desentendimentos linguísticos entre os profissionais do órgão com a comunidade são grandes. A ausência dessa informação é preocupante. Não ter uma base de lei para firmar tal relação poderá abrir caminhos, por exemplo, para uma nova imposição linguística durante o tratamento com essa região devido às relações de poder existentes entre o território tutelado e o Conselho de Tutela.

Por fim, o último órgão a compor o organograma da ONU consiste na Corte Internacional de Justiça, sendo a única a ter um regulamento interno anexo a esse documento inaugural (ONU, 1945, p. 51). É descrito que todos os membros a comporem as Nações Unidas, também estarão presentes naquele órgão. Por conseguinte, de acordo com o Artigo 94, todos os Estados membros devem, por responsabilidade da Carta, acatarem as decisões dessa Corte Internacional de Justiça (ONU, 1945, p. 51). Tal organismo não é descrito com muitos detalhes

⁵⁵ De acordo com as definições apresentadas pela Carta das Nações Unidas, por meio do Artigo 77, os territórios tutelados seriam aqueles "territórios atualmente sob mandato; territórios que possam ser separados de Estados inimigos em consequência da Segunda Guerra Mundial; e territórios voluntariamente colocados sob tal sistema por Estados responsáveis pela sua administração" (ONU, 1945, p. 44).

⁵⁶ Todos os territórios tutelados se tornaram independentes até o ano de 1994. As operações desse órgão foram formalmente suspensas pelo mesmo ano. Tal fato acabou modificando o regimento interno dessa instituição por não haver a necessidade de reuniões anuais, mas somente quando se julgar necessário (ONU, 2018). Assim, o Conselho de Tutela se encontra como um órgão que obteve suas operações suspensas após a data apresentada. Ver mais em: <http://www.un.org/es/sections/about-un/trusteeship-council/index.html>. Acessado em: 17/02/2018.

pelo documento inaugural da ONU, entretanto, seu regulamento interno já está como anexo. Novamente, durante os artigos que estabelecem o órgão na Carta das Nações Unidas, não há a determinação das questões linguísticas desse organismo, não definindo, previamente, como funcionará os julgamentos daquela Corte.

Terminado a composição dos órgãos principais das Nações Unidas, é preciso saber sobre o processo de ratificação de seu documento. É definido pelo Capítulo XIX que o documento entrará em vigor pelos países membros, quando estes ratificarem, de acordo com os métodos constitucionais de cada Estado (ONU, 1945, p. 60). No entanto, é necessário primeiro que todos os países que formam o Conselho de Segurança - a República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América - tenham ratificado seu documento (ONU, 1945, p.59-60). Demonstrando, assim, mais uma vez a importância e o peso desses países para o órgão internacional.

Além dessas informações, é dentro desse capítulo a única menção sobre uma das situações linguísticas da Organização. A primeira informação sobre tal assunto expõe que a Carta das Nações Unidas foi depositada nos arquivos do Governo dos Estados Unidos nas seguintes versões: chinês⁵⁷, francês, russo, inglês e espanhol. Essa informação já diz muito sobre a construção de conhecimento dentro da organização, visto que os países necessários para que o acordo entrasse em vigor, possuem a Carta em versões de seus idiomas oficiais em igualdade de fé.

Desse modo, nota-se que as línguas traduzidas para as versões oficiais do documento coincidem com as línguas oficiais que conformam os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, com exceção do espanhol, e que também coincidem com os Estados que formaram as Conferências realizadas durante a Segunda Guerra Mundial. Esse primeiro dado já demonstra um pouco sobre como funciona a situação linguística da Organização. Um documento de um órgão internacional, que se diz universal e que todos os membros estão em pé de igualdade uns com os outros, apresenta um favorecimento em determinação a alguns idiomas. Há uma escolha linguística dentro da ONU, resta saber o que conforma essa escolha.

⁵⁷ Embora seja informado o chinês como uma das línguas a compor o quadro de versões traduzidas oficiais da Carta das Nações Unidas, sabe-se que a definição de tal idioma não é compatível com a variedade linguística desse país. O Estado chinês reconhece cinquenta e cinco grupos minoritários localizados em seu território, esses apresentando também diferentes idiomas. Classificar um idioma como chinês não condiz com a realidade cultural desse espaço. Essa prática se apresenta como uma homogeneização das línguas desse país, além de evidenciar o tratamento homogeneizador da ONU referente a diversidade linguística desse território. Para mais informações sobre as minorias nacionais chinesas ver em: (ARIZAGA, 2007).

Por sua vez, o não estabelecimento de qualquer informação sobre a situação linguística da ONU durante o seu documento fundacional produz consequências em diversos âmbitos. Um desses resultados incide na ausência de uma política linguística coesa para os órgãos das Nações Unidas, cada órgão pode optar, dentro de seu estatuto interno, por uma política linguística diferente. Cada órgão pode estabelecer parâmetros diferentes para o entendimento do que seria suas línguas oficiais e de trabalho, termos que são posteriormente utilizados pela ONU para a classificação de seus idiomas. Destarte, a próxima seção se encarrega de expor o histórico do sistema linguístico de cada órgão principal, juntamente com a análise da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁵⁸.

2.2.1 O ESTATUTO DE CADA ÓRGÃO POR DEBAIXO DOS PANOS

A ONU estabelece, atualmente, seis idiomas oficiais e de trabalho para o funcionamento de suas atividades, que são: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês, russo⁵⁹. No entanto, tal informação traz alguns questionamentos para este trabalho. Ora, quando houve e qual órgão decidiu tal sistema linguístico? O que significam os termos línguas oficiais e línguas de trabalho? E, além disso, como não houve nenhuma regularização sobre como o sistema ONU estabeleceu suas atividades em seu documento fundacional, cada órgão poderá determinar, então, como se estabelecerá suas línguas oficiais e de trabalho?

Nesse sentido, tenta-se nesta seção buscar informações para tais questões. Em primeiro lugar, devido à ausência de regularizações dos idiomas oficiais da ONU, a Assembleia Geral se encarregou de nomear recomendações de quais seriam as possíveis línguas oficiais e de trabalho dos demais órgãos, ademais de estabelecer como funcionaria seu sistema linguístico interno. Dessa forma, a primeira escolha linguística de toda a Organização é encontrada na Resolução 2 (I)⁶⁰ da Assembleia Geral em 1946, em que se recomenda a seguinte configuração: "los idiomas oficiales en todos los órganos de las Naciones Unidas, aparte del Tribunal de

⁵⁸ O recorte analítico deste trabalho foi pensado com o intuito de expor o sistema linguístico da Organização das Nações Unidas. Nesse sentido, para a conclusão de tal objetivo, foi pensado em estabelecer uma análise somente com os seis principais órgãos que compõem o organograma desse fórum global. No entanto, observa-se que a UNESCO, apesar de ser uma agência especializada do Conselho Econômico e Social, é uma das únicas instituições que estabelece normas linguísticas diferentes das apresentadas pelos demais órgãos. Ademais disso, tal organismo já demonstrou também uma preocupação com a diversidade linguística do mundo.

⁵⁹ Nota-se, então, que as cinco línguas que foram utilizadas como versões traduzidas e oficiais da Carta das Nações Unidas se repetem na escolha de idiomas oficiais e de trabalho da Organização.

⁶⁰ Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/2\(i\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/2(i)). Acessado em: 22/02/2018.

Justicia Internacional, serán chino, francés, inglés, ruso y español; el inglés y el francés serán los idiomas de trabajo." (A/RES/2 (I), p. 9). Essa foi a primeira escolha linguística do fórum internacional.

No entanto, após 78 anos desse marco histórico, é visto que a ONU considera seis línguas oficiais da Organização: o árabe, o chinês, o inglês, o francês, o russo e o espanhol (ONU, 2018)⁶¹. Por outro lado, tal fonte não apresenta se há idiomas de trabalho ou não no fórum global. Esse dado, retirado do site oficial do organismo, é ambíguo, visto que não se responde o que é ser uma língua oficial deste organismo, nem ao menos responde em quais dos órgãos estabelece essa composição. Como não há um regulamento determinando as relações linguísticas desses espaços - porém, uma recomendação - não há como comprovar, e nem ao menos cobrar aos órgãos, tal informação citada pelo endereço eletrônico. Portanto, tal ausência acarreta a cada órgão estabelecer seus idiomas oficiais e de trabalho dentro de cada estatuto interno.

Expõe-se, então, os caminhos percorridos pelos principais órgãos descritos anteriormente, com o intuito de demonstrar a validade de tal recomendação, além do histórico linguístico desse organismo internacional. A Assembleia Geral, ainda na Resolução 2 (I), assegura que é de responsabilidade do Secretário Geral a instalação de todo equipamento para a interpretação aos outros idiomas de trabalho da Organização (A/RES/2 (I), p. 9). Tal Regulamento aprovado pela Assembleia Geral estabelece que o idioma pronunciado em uma das línguas de trabalho, será traduzido a outra língua de trabalho por responsabilidade desse fórum (A/RES/2 (I), p. 9). No entanto, os discursos pronunciados em um dos outros três idiomas oficiais, será somente traduzido para as duas línguas de trabalho (A/RES/2 (I), p. 9). Nota-se, então, uma distinção oculta entre as duas categorias de idiomas: os idiomas oficiais e os idiomas de trabalho.

Por outro lado, é assegurado o direito de qualquer membro se pronunciar em qualquer dos idiomas que não sejam os oficiais, contudo, é papel da própria delegação a responsabilidade em traduzir qualquer discurso ou ato escrito para um dos idiomas de trabalho (A/RES/2 (I), p. 9). As resoluções desse organismo serão publicadas em todos os idiomas oficiais, porém os diários serão publicados somente nos idiomas de trabalho (A/RES/2 (I), p. 9). Destarte, é apresentada a primeira referência ao tratamento de idiomas de toda a Organização Internacional, e desde essa Resolução, houve um grande caminho até a composição linguística atual encontrada no Estatuto da Assembleia Geral.

⁶¹ Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/about-un/official-languages/>. Acessado em: 22/02/2018.

Entre 1948 até 1973, houve adesões aos idiomas de trabalho da Organização, a primeira, em 1948, durante a Resolução 262 (III)⁶², em que se incorpora o espanhol⁶³; a segunda, em 1968, durante a Resolução 2479 (XXIII)⁶⁴, incorporando o russo; e a última, em 1973, durante a Resolução 3189 (XXVIII)⁶⁵, incorporando o chinês; e a Resolução 3190 (XXVIII)⁶⁶, incorporando o árabe. Ainda nesta última Resolução de 1973, é aderido também o árabe como um idioma oficial da Assembleia Geral, tomando nota que os Estados membros árabes custearam por três anos a consequência da mudança do estatuto interno do órgão⁶⁷.

O próximo passo histórico a compor o cenário linguístico da Assembleia Geral está definido pela Resolução 3355 (XXIX)⁶⁸, de 1974, em que a língua alemã também passa a ser usada para a tradução dos documentos oficiais, resoluções e decisões do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e da Assembleia Geral (A/RES/3355 (XXIX), p. 1). Não obstante, tal idioma não chega a receber o *status* nem como idioma de trabalho, nem como idioma oficial. A razão desse fato incide em quais sujeitos executarão tal política, os países de língua alemã, Áustria, República Democrática Alemã e República Federal da Alemanha⁶⁹, serão, de forma conjunta, os contribuintes sobre todos os gastos que tal ação demandar (A/RES/3355 (XXIX), p. 1). Dessa forma, a língua alemã não receberá os privilégios de uma língua oficial ou de trabalho da Organização, uma vez que a ONU não se responsabilizará sobre tais gastos. A Resolução supracitada somente enuncia: a preocupação de certos países de língua alemã pela tradução de documentos relevantes no cenário internacional; o reconhecimento da importância desses documentos para sua população; e falta de interesse

⁶² Disponível em : [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/262\(iii\)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/262(iii)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S). Acessado em: 23/02/2018.

⁶³ Observa-se que os seguintes países se posicionaram contra a essa primeira adesão: Austrália, Bélgica, Bielorrússia, Canadá, China, Checoslováquia, Dinamarca, França, Islândia, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Suécia, URSS, Reino Unido, EUA e ex-República Iugoslava da Macedônia. Os países que se posicionaram a favor consistem em: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Etiópia, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Irã, Líbano, Libéria, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Arábia Saudita, Síria, Turquia, Uruguai, Venezuela e Iêmen.

⁶⁴ Disponível em : [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2479%20\(XXIII\)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2479%20(XXIII)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S). Acessado em: 23/02/2018.

⁶⁵ Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/3190\(xxviii\)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/3190(xxviii)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S). Acessado em: 23/02/2018.

⁶⁶ Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/3190\(xxviii\)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/3190(xxviii)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S). Acessado em: 23/02/2018.

⁶⁷ **As forças internas por trás dessas mudanças serão discutidas no próximo capítulo.**

⁶⁸ Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/3355\(XXIX\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/3355(XXIX)). Acessado em: 06/03/2018.

⁶⁹ Observa-se que a República Democrática Alemã e a República Federal da Alemanha constituem, atualmente, um mesmo país: a República Federal da Alemanha.

da Organização em adequar mais uma língua em seu corpo linguístico oficial ou de trabalho (A/RES/3355 (XXIX), p. 1).

Logo, as entidades responsáveis pela execução do funcionamento paritário dessas seis línguas - com exclusão do alemão - dentro da Assembleia Geral são de responsabilidade da Secretaria (ONU, 2016, p. 15). Durante o capítulo VII, do estatuto da Assembleia Geral⁷⁰, é estabelecido pelo Artigo 47 que: "La Secretaría recibirá, traducirá, imprimirá y distribuirá los documentos, informes y resoluciones de la Asamblea General, sus comisiones y sus órganos; interpretará a otros idiomas los discursos pronunciados en las sesiones." (ONU, 2016, p. 15). Assim, é finalizada a composição linguística do principal órgão das Nações Unidas, a Assembleia Geral, um espaço que se diz universal e de encontro de diferentes culturas com uma estrutura linguística cristalizada por processos históricos em seis idiomas oficiais e de trabalho. No entanto, resta saber como a Secretaria realiza seu papel designado. Dessa maneira, é através do Departamento para a Assembleia Geral e Gestão de Conferências (DGACM), um dos departamentos da Secretaria, que o órgão atua sobre as obrigações perante o funcionamento pleno das seis línguas em todas as reuniões das Nações Unidas, incluindo suas sedes fora do continente americano, responsável também pelo funcionamento das reuniões e das documentações oficiais daquele órgão.

Em continuidade a isso, o Conselho de Segurança é outro órgão que, atualmente, possui a mesma estrutura linguística que a Assembleia Geral, definida pelo Artigo 41 de seu estatuto interno⁷¹ (S/96, 1983, p. 9). Da mesma forma, os discursos pronunciados em um desses seis idiomas, serão interpretados aos outros cinco idiomas. Ainda assim, cada Estado membro obtém o direito de se pronunciar na língua que for de seu interesse, sendo que os custos de todo o trabalho de tradução e impressão dos documentos deverá ser de responsabilidade de tal membro (S/96, 1983, p. 9). As Resoluções e demais documentos também serão publicadas somente nos seis idiomas oficiais e de trabalho do Conselho de Segurança (S/96, 1983, p. 10).

Não obstante, tal composição não se originou dessa forma em junho de 1946, inicialmente, foram adotados somente cinco idiomas oficiais - russo, chinês, espanhol, francês e inglês - e dois desses como idiomas de trabalho - inglês e francês (S/96, 1946, p. 8)⁷². Em seguida, foi a vez dos idiomas espanhol e russo receberem o *status* de idiomas de trabalho, presente na Resolução de 263 de 1969 (S/263, 1969, p. 1)⁷³. Tal modificação foi uma

⁷⁰ Disponível em : <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/520/rev.18>. Acessado em: 23/02/2018.

⁷¹ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/96/Rev.7>. Acessado em: 23/02/2018.

⁷² Disponível em : http://research.un.org/ld.php?content_id=5088604. Acessado em: 26/02/2018.

⁷³ Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=s/res/263\(1969\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=s/res/263(1969)). Acessado em: 26/02/2018.

consequência de uma recomendação anterior vinda da Assembleia Geral. O mesmo processo ocorreu também com a adesão do chinês como língua de trabalho, porém em janeiro de 1974⁷⁴, e, por último, com o árabe em 1982⁷⁵, esse recebendo a categoria de idioma oficial e de trabalho ao mesmo tempo.

Esses são os únicos órgãos principais que estabelecem uma similaridade sobre o cenário linguístico de seu regimento interno. O Conselho Econômico e Social, por sua vez, estabelece como língua oficial o árabe, o chinês, o russo, o inglês, o francês e o espanhol; e como língua de trabalho somente o espanhol, o francês e o inglês (E/5715/Rev. 2)⁷⁶. Sua única modificação ao documento atual perante a questão linguística se deu em abril de 1982, aderindo o árabe como um idioma oficial (E/1982/82, p. 48)⁷⁷. Assim, as diferenças entre uma categoria e outra se encontram na produção de documentos, dado que embora as resoluções e outras decisões oficiais do órgão sejam interpretadas em todas as seis línguas, as atas somente serão publicadas nos três idiomas de trabalho (E/1982/82, p. 13). Como já informado, a secretaria também é responsável pela tradução e distribuição de todos documentos oficiais do órgão (E/1982/82, p. 11).

Em contrapartida, uma agência subsidiada ao Conselho Econômico e Social, a UNESCO⁷⁸, estabelece como línguas oficiais os seguintes idiomas: árabe, chinês, espanhol, francês, hindi, inglês, italiano, português e russo. Em seu estatuto consta que qualquer Estado membro poderá solicitar o emprego de seu idioma com o *status* de língua oficial dentro desse organismo (UNESCO, 2018, p. 46)⁷⁹. Porém, as línguas de trabalho são compostas somente por aquelas seis línguas oficiais da ONU (UNESCO, 2018 p. 45), estabelecendo, assim, distinções entre o emprego de cada idioma. É identificado que todos os documentos de trabalho serão interpretados para as seis línguas de trabalho, em contrapartida, o emprego das línguas oficiais são utilizadas somente para a tradução da Constituição de tal organismo (UNESCO, 2018, p.46).

⁷⁴ Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=s/11192. Acessado em: 26/02/2018.

⁷⁵ Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/528\(1982\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/528(1982)). Acessado em: 26/02/2018.

⁷⁶ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=E/5715/Rev.2> Acessado em: 26/02/2018.

⁷⁷ Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/1982/82. Acessado em: 26/02/2018.

⁷⁸ De acordo com a própria agência, a UNESCO, fundada em 16 de novembro de 1945, tem como objetivo procurar o diálogo entre as civilizações para a construção da paz através da cultura, ciência e educação. Sua missão é definida da seguinte forma: "contribuir a la consolidación de la paz, la erradicación de la pobreza, el desarrollo sostenible y el diálogo intercultural mediante la educación, las ciencias, la cultura, la comunicación y la información." (UNESCO, 2009, p. 3). Ver mais site oficial da UNESCO: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001473/147330s.pdf>. Acessado em: 10/06/2018.

⁷⁹ Disponível em : http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=48895&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acessado em: 27/02/2018.

Ainda assim, é oferecido o direito à qualquer delegação traduzir um documento da UNESCO para o idioma de sua preferência, sendo que deverá proporcionar os recursos necessários à tal ação⁸⁰ (UNESCO, 2018, p. 45-46). Uma última informação sobre o cenário linguístico desse órgão consiste na alternativa de promover uma Conferência em um idioma diferente, nesse caso a localidade de tal reunião deverá ter esse idioma como língua oficial de seu Estado (UNESCO, 2018, p. 45).

Em seguida, o Secretariado é outro órgão com uma composição linguística diferente daquela recomendada pela Assembleia Geral. Embora reconheça as seis línguas oficiais da Organização como também sendo seus idiomas oficiais do órgão, as línguas de trabalho da Secretaria, todavia, se limitam somente entre o inglês e o francês (ONU, 2018)⁸¹. Por conseguinte, o órgão que contém o mais alto cargo de toda a ONU, aquele que é também responsável por outro departamento, o DGACM, encarregado pela interpretação e distribuição dos documentos- isto é, pela manutenção do suposto multilinguismo da Organização - não executa a igualdade e o equilíbrio entre todos os idiomas oficiais descritos pela ONU.

Sobre outro órgão, a Corte Internacional de Justiça consiste na instituição com menos diversidade linguística, tendo essa conservado seu sistema linguístico intacto desde sua criação. De acordo com o capítulo III de seu estatuto, as únicas línguas oficiais serão o francês e o inglês⁸², sendo assim, reserva-se o direito de que o processo jurídico seja proferido em francês ou em inglês, como as partes preferirem (ONU, 1945, p. 79)⁸³. Todavia, é direito de cada parte usar a língua que mais for de seu agrado, apesar da sentença da Corte ainda ser expressada em um dos dois idiomas oficiais (ONU, 1945, p. 79). Dessa forma, aqui se encontra outro exemplo da crítica situação linguística da Organização Internacional, que embora tenha afirmado que seus idiomas oficiais serão as seis línguas listadas, há ainda organismos que não incorporaram tal definição. Ou ainda, mesmo que um órgão tenha tais idiomas listados com o status de oficial, seus idiomas de trabalho seguem com disparidades.

Como conclusão, com o intuito de sintetizar as informações analisadas por esta seção, apresentamos duas tabelas e um gráfico. A Tabela 1 evidencia as línguas oficiais e de trabalho utilizadas por cada órgão e agência analisados anteriormente. Em seguida, a Tabela 2

⁸⁰ A mesma situação de arcar com os custos se repete no emprego de qualquer outra língua, que não for um idioma de trabalho, na pronúncia do discurso de qualquer membro.

⁸¹ Disponível em: <https://www.un.org/sg/es/multilingualism/index.shtml>. Acessado em: 27/02/2018.

⁸² Não há nenhuma referência sobre a existência de línguas de trabalho para este órgão. Nesse aspecto, o estatuto interno da Corte Internacional de Justiça somente reconhece a categoria de idioma oficial para o uso de suas atividades.

⁸³ Disponível em : <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acessada em: 26/02/2018.

expõe, então, a quantidade de vezes somadas que cada idioma foi empregado durante a escolha linguística de tais organismos. Tais dados são aplicados para a conformação do Gráfico 1, que evidencia a porcentagem da soma da representatividade que cada língua possui nesses espaços. No entanto, é importante notar que tais dados revelam apenas a aplicação de cada língua dentro do sistema de regras e normas da ONU, assim, não é possível ler, através do gráfico, a quantidade e a empregabilidade que cada idioma possui durante a rotina desses organismos.

Tabela 1: Sistema Linguístico das Nações Unidas

Órgão	Idiomas Oficiais	Idiomas de Trabalho
Assembleia Geral	A, C, E, F, I, R	A, C, E, F, I, R
Conselho de Segurança	A, C, E, F, I, R	A, C, E, F, I, R
Conselho Econômico e Social	A, C, E, F, I, R	E, F, I
Secretariado	A, C, E, F, I, R	F, I
Corte Internacional de Justiça	F, I	_____
Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura	A, C, E, F, H, I, IT, P, R,	A, C, E, F, I, R

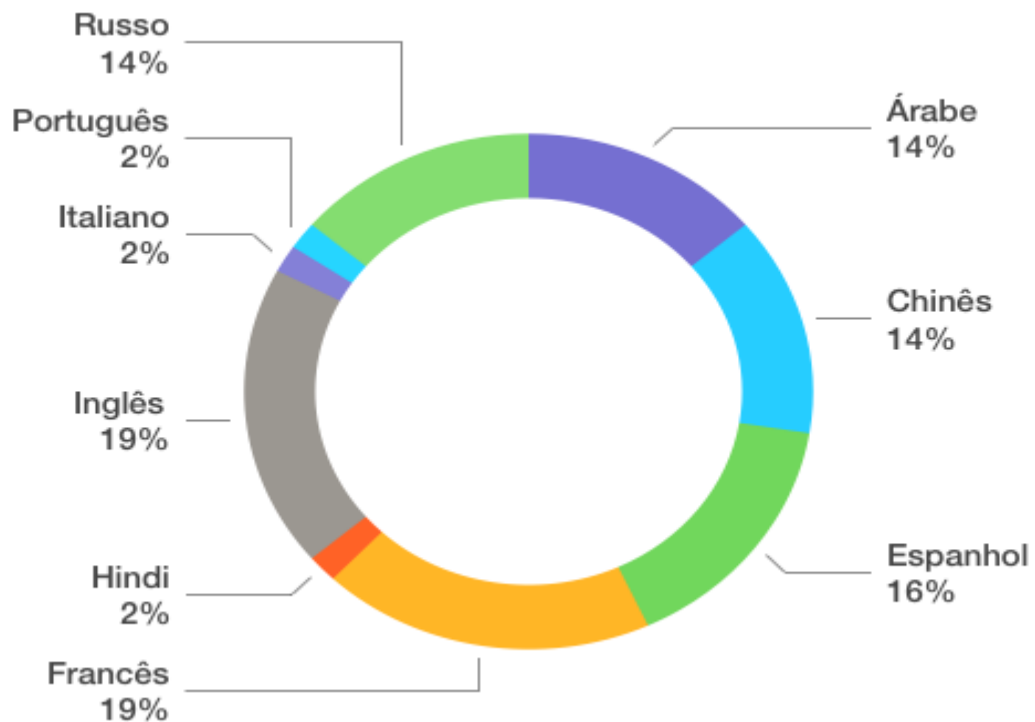
Legenda: A: Árabe; C: Chinês; E: Espanhol; F: Francês; H: Hindi; I: Inglês; IT: Italiano; P: Português; R: Russo.
Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos de Estatutos Internos de cada organismo analisado.

Tabela 2: A Participação de Idiomas no Sistema Linguístico das Nações Unidas

Idiomas	Quantidade de vezes utilizados em idiomas oficiais ou de trabalho
Árabe	8
Chinês	8
Espanhol	9
Francês	11
Hindi	1
Inglês	11
Italiano	1
Português	1
Russo	8

Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos de Estatutos Internos de cada organismo analisado.

Gráfico 1: A porcentagem da utilização de cada idioma no sistema linguístico dos Estatutos Internos observados.



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos de Estatutos Internos de cada organismo analisado.

Por fim, verifica-se, em todos os seis órgãos principais da ONU, que os membros possuem o direito de se pronunciarem em um outro idioma diferente daqueles listados como oficiais ou de trabalho por cada órgão. Nesse sentido, o membro, que optar pelo exercício de tal direito, terá como sua obrigação arcar com todas as responsabilidades e custos de interpretação e produção de documentos e discursos. Logo, após o conhecimento de tais informações sobre o sistema linguístico da ONU, observa-se que essa instituição - construída com o objetivo de concretizar um espaço de encontro para membros com o interesse em manter a paz, a segurança internacional e a cooperação entre os Estados (ONU, 1945, p. 5-6) - não garante a universalidade e a representatividade linguística para seus membros.

Assim, nem todos possuem o mesmo direito de fala. Existem Estados-membros que são favorecidos pela escolha linguística dessa instituição, uma vez que as relações de comunicação são estabelecidas por normas e regras em que alguns falantes são beneficiados por tal política. São disparidades encontradas debaixo dos panos, escondidas entre as categorias de idiomas de trabalho e oficial, que constroem relações de dominação entre grupos linguísticos diferentes. Desse modo, é evidente as observações realizadas durante a primeira seção deste

capítulo, pois a Carta das Nações Unidas é coberta por um medo de uma batalha permanente entre seus adversários. É visto a construção de procedimentos técnicos e racionais para manter as relações de dominação entre os grupos, sendo que uma dessas se comporta dentro da escolha linguística dessa Organização Internacional.

2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Com base no que foi apresentado ao longo deste capítulo, destaca-se que a construção da ONU, enquanto Organização Internacional, pode ser observada a partir de influências de diferentes processos históricos genuinamente europeus. Por conseguinte, entende-se que suas atuações e formas de organizar as relações internacionais reflete a realidade de experiências desse continente. Para além dessa análise, e a partir de uma abordagem foucaultiana de tais eventos históricos, é observado a repercussão de um discurso histórico que irá auxiliar na conformação desse fórum global. A concepção de que existiria uma "guerra perpétua" traz como consequência a necessidade de se criar um sistema de regras e técnicas para obter a conservação de relações de poder entre os grupos.

Logo, a lei não consiste em um sinônimo de pacificação ou regulação da ordem, uma vez que dentro dessa ordem ainda continua exercendo uma batalha incessante (FOUCAULT, 2010, p. 43). Em seguida, este capítulo tratou, portanto, de observar os diferentes sistemas de regras que foram arquitetados durante a construção desse organismo internacional, procurando compreender se seu sistema linguístico também condizia com tais técnicas. Desse modo, percebe-se a ausência de qualquer política linguística durante a Carta das Nações Unidas para estabelecer como as comunicações desse fórum internacional iriam efetuar. A falta de um componente essencial para a conformação de um espaço de diálogo pode ser analisada como uma das diferentes dinâmicas de poder estabelecidas na Carta por debaixo dos panos.

Em suma, compreende-se que cada Estados-membro concorda em assumir o compromisso de adesão à essa instituição sem a convicção de que terá sua voz garantida de interpretação por esse espaço. Outrossim, devido à essa ausência de políticas linguísticas, criam-se brechas para que cada órgão principal, órgãos subsidiados, agências especializadas e departamentos possam escolher um sistema linguístico próprio. Desse modo, conclui-se que a informação da Organização possuir seis idiomas oficiais não condiz com a realidade analisada por este capítulo, uma vez que não há a implementação de uma política coesa para toda a

instituição internacional. Em cada espaço é intitulado regras linguísticas específicas, construindo um fórum internacional com difíceis e confusas capacidades de pronunciamento.

3 O CONTROLE DA PALAVRA NA ONU

As observações ressaltadas durante o capítulo anterior permitiram conhecer a atual disposição linguística dos órgãos e agências analisados (especificamente, os seis principais órgãos e a UNESCO), uma vez que tal cenário linguístico consiste em um resultado de reconhecimento de idiomas em distintas etapas históricas. No entanto, essa análise envolveu somente os documentos oficiais disponibilizados por cada órgão em respeito a tais sistemas de regras, conseqüentemente, não é possível conhecer a prática linguística em cada órgão ou agência analisando somente tais fontes. Os documentos oficiais evidenciam o sistema de regras instituído para o funcionamento desses espaços, porém não a sua prática linguística.

Dessa forma, mesmo já evidenciado relações de dominação linguística através de documentos que formalizam esse sistema de regras, é preciso avançar, ainda mais, para outras fontes a fim de investigar como se estabelecem as trocas linguísticas neste espaço internacional. Por conseguinte, divide-se este capítulo em três seções. A primeira seção tem como intuito apresentar a construção ao tratamento dos idiomas da Assembleia Geral, uma vez que tal organismo formula recomendações para os demais órgãos. Assim, devido a importância e a representatividade desse espaço, propõe-se uma análise qualitativa de seus documentos oficiais que estabelecem e definem seu ambiente linguístico, com o intuito de identificar como o órgão reconhece seu ambiente de trocas linguísticas.

Posto isso, como uma maneira de acrescentar uma análise que procura transcender os documentos oficiais disponibilizados, a segunda seção elabora uma leitura sobre o conteúdo produzido oficialmente pela ONU, referente aos seus idiomas oficiais, mas que recebem uma propagação maior de suas informações. Pretende-se identificar as mensagens atreladas em diferentes meios oficiais de propagação de conteúdos sobre o cenário linguístico da Organização. É analisado o site oficial da ONU sobre os seus idiomas oficiais, além de um vídeo vinculado a tal página referente ao multilinguismo dessa instituição. Identifica-se a construção de um discurso atrelado nas fontes analisadas, pois as mensagens vistas empenham-se em elaborar uma marca sobre a Organização e sua atuação.

Em seguida, com o desejo de identificar como são estabelecidas as trocas linguísticas nos ambientes que tiveram suas políticas linguísticas apresentadas por este trabalho, a terceira seção expõe uma análise qualitativa sobre os relatos de diferentes locutores que vivenciaram, em algum momento, tais locais. Como modo de observar tais relações de comunicação e de dominação linguística, é adicionado uma leitura sobre os relatos de representantes de Estados-membros contidos em um vídeo disponibilizado pela ONU, além de

três entrevistas realizadas por este trabalho. Em suma, a busca pela compreensão de trocas linguísticas dessa Organização, conduziu a observações sobre diferentes relações de dominação entre os sujeitos a partir da prática da fala.

3.1 O MULTILINGUISMO NA ASSEMBLEIA GERAL

A partir do objetivo de estabelecer uma compreensão da prática linguística dentro dos espaços dos órgãos da ONU, insere-se a análise das relações entre a história do reconhecimento de idiomas oficiais e de trabalho da Assembleia Geral e a definição da prática do uso dessas línguas. Dessa forma, um recorte analítico foi estabelecido nesta seção, uma vez que somente será analisado um dos órgãos principais da Organização Internacional. Tendo o conhecimento da quantidade de órgãos, agências e departamentos da ONU, a leitura sobre todos esses espaços não caberia dentro deste trabalho, conseqüentemente, optou-se pela análise da Assembleia Geral devido a possibilidade dessa realizar recomendações aos demais organismos da ONU.

Nesse sentido, é preciso compreender alguns conceitos por trás do ambiente linguístico da Assembleia Geral. Em primeiro, a própria prática do multilinguismo há de ser definida. De acordo com o informe da Dependência Comum de Inspeção (DCI), especificamente o JIU/REP/2011/4⁸⁴, tal prática ocorre sempre em um espaço quando os sujeitos, que não utilizam de um mesmo idioma para suas comunicações, resolvem por comum acordo utilizar o tratamento de mais de um idioma (JIU/REP/2011/4, 2012, p. 2). Assim, o termo é posto da seguinte maneira: "En las Naciones Unidas, el multilingüismo se refiere al uso, con equidad y paridad, de sus idiomas oficiales y sus idiomas de trabajo." (idem). Esse mesmo informe também diz sobre a importância de tal prática: "La preservación del multilingüismo institucional en las organizaciones internacionales sirve para promover la comunicación internacional, la comprensión, la participación y la inclusión." (JIU/REP/2011/4, 2012, p. 4).

Por outro lado, não há como estudar o histórico do multilinguismo sem antes entender também o que está por trás das duas categorias linguísticas que conformam o organograma dessa Organização Internacional. É exposto, portanto, as categorias: "idiomas oficiais" e "idiomas de trabalho". Logo, o que compõe uma língua oficial das Nações Unidas? E, o que compõe uma língua oficial e de trabalho da Assembleia Geral? Novamente, a ausência

⁸⁴ Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/724628/files/A_67_78-ES.pdf. Acessado em: 05/03/2018.

de uma Política Linguística única e com clareza para todo o organograma da Organização, em seu documento fundacional, dificulta na prontidão da resposta desses questionamentos.

Em 1946, por meio da resolução 2 (I) da Assembleia Geral, há a primeira referência sobre o contexto linguístico da ONU. É informado - como exposto na seção anterior - uma recomendação para as línguas oficiais de todos os organismos da instituição, com exceção do Tribunal Internacional de Justiça, e a definição de sistema linguístico da Assembleia Geral. Por outro lado, apesar das especificações referente à interpretação de documentos e pronunciamentos referindo às categorias de idiomas, não há uma política pontual sobre o que configura cada *status* idiomático em toda a organização.

A partir disso, é aberta a possibilidade de cada órgão produzir suas principais regras perante o que concerne a um idioma oficial e a um idioma de trabalho. Há, portanto, diferentes interpretações em cada espaço desse organismo internacional. A carência dessa política já é também reconhecida pelos próprios organismos dessa instituição, como é demonstrado no Documento da Assembleia Geral 32/237⁸⁵, produzido com o auxílio da inspeção realizado pelo DCI⁸⁶, em que, desde 1977, não conseguiram determinar com clareza a distinção entre as duas categorias mencionadas (A/32/237, 1977, p. 5). Assim, tal informação é descrita pelo documento da seguinte maneira:

O quadro é, portanto, muito variado, tanto mais que as regras que governam o uso de idiomas muitas vezes diferem de um órgão para outro dentro de uma única organização. Geralmente, faz-se uma distinção entre línguas "oficiais" e "de trabalho", mas nem sempre é assim e, mesmo quando a distinção existe, não tem uma base jurídica clara e, como nas Nações Unidas, tornou-se obscura ao longo dos anos (A/32/237, 1977, p. 6)⁸⁷.

Desse modo, o simples conceito de "idioma oficial" e de "idioma de trabalho" não é relacionado a nenhum significado de imediato. Tais denominações não implicam legalmente em nenhuma interpretação. Por conclusão, a falta de precisão sobre as Políticas Linguísticas que conduzem o funcionamento da Organização esconde ainda mais a realidade de comunicação desse espaço, ocultando, assim, as relações de poder existentes entre cada grupo

⁸⁵ Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/660422/files/A_32_237-EN.pdf. Acessado em: 03/03/2018.

⁸⁶ A Dependência Comum de Inspeção é um organismo criado pela Resolução da Assembleia Geral (A/RES/31/192), com a finalidade de investigar os assuntos que refletem no funcionamento do trabalho dessa Organização Internacional (A/RES/31/192, 1976, p. 2). Ver mais no seguinte endereço eletrônico: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/31/192>. Acessado em: 02/03/2018.

⁸⁷ No original, o texto se encontra da seguinte forma: "The picture is thus very varied, the more so since the rules governing the use of languages often differ from one organ to another within a single organization. A distinction is usually made between "official" and "working" languages, but this is not always so and even when the distinction exists, it has no clear legal basis and, as in the United Nations, has become blurred over the years." (A/32/237, 1977, p. 6).

de locutores. É visto, durante o mesmo documento 32/237, os seguintes dados sobre as diferenças no tratamento linguístico:

As organizações abrangidas por este estudo foram solicitadas a declarar em que línguas a documentação produzida por elas foi originalmente redigida e que proporção do total foi contabilizada por cada idioma. As respostas deixam claro que, em todas as 14 organizações questionadas [...], a grande maioria dos documentos é redigida em inglês. O francês vem em segundo lugar, mas excede 10 por cento apenas em IMCO (10,5 por cento), o Escritório das Nações Unidas em Genebra (20 por cento), ITU (24,5 por cento) e UNESCO (29 por cento). Outras línguas representam apenas proporções muito pequenas da documentação produzida dentro das organizações. Novamente, com exceção da UPU (e talvez da UNESCO), o inglês é a língua na qual é conduzido a maior parte do dia-a-dia dessas secretarias (A/32/277, 1977, p. 9)⁸⁸.

Assim, ademais da imprecisão entre o que compete a cada uma das categorias linguísticas mencionadas, há também o tratamento desigual entre os idiomas oficiais e de trabalho de cada espaço. Posto isto, percebe-se que há um caminho de luta para a equidade de direitos que cada um desses seis idiomas possui dentro desse organismo, pois, embora a própria Assembleia Geral reconheça a equidade entre os seus seis idiomas oficiais, é visto o uso desequilibrado desses idiomas em diversos âmbitos.

Nesse sentido, seguindo o recorte analítico desta seção, a Assembleia Geral, espaço de encontro de todos os Estados-membros da Organização, é denominado pelo seu estatuto como um fórum de participação paritária e representativa de seus entes (ONU, 1945, p. 10). Assim, esse órgão reconhece atualmente que a adoção do multilinguismo consiste no passo para a representação da diversidade cultural dentro de sua comunidade (JIU/REP/2011/2, 2012, p. 9)⁸⁹. Com isso, o fortalecimento de tal postura, perante a situação linguística, se desenvolveu por meio de diferentes processos históricos dentro do órgão, dado que somente em 1995, com a Resolução 50/11, que o termo multilinguismo foi, pela primeira vez, usado para caracterizar esse espaço.

Assegurando tal informação, é definido, de acordo com o informe JIU/REP/2011/4, que "la adopción de un mandato sobre el multilingüismo fue el resultado de la evolución natural y

⁸⁸ No original, lê-se: "The organizations covered by this study were asked to state in what languages the documentation produced by them was originally drafted and what proportion of the total was accounted for by each language. The replies make it clear that, in all the 14 organizations questioned [...], the great majority of documents are drafted in English. French comes second, but exceeds 10 per cent only in IMCO (10.5 per cent), the United Nations Office at Geneva (20 per cent), ITU (24.5 per cent) and UNESCO (29 per cent). Other languages account for only very small proportions of the documentation produced within organizations. Again with the exception of UPU (and perhaps UNESCO), English is the language in which most of the day-ta-day business of secretariats is conducted (A/32/277, 1977, p. 9)."

⁸⁹ Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/724628/files/A_67_78-ES.pdf. Acessado em: 05/03/2018.

el constante reconocimiento de la importancia de la diversidad de idiomas como vehículo para representar la diversidad cultural en la comunidad del sistema de la ONU." (ONU, 2011, p. 4). Assim, inclui aqui uma leitura referente a história da admissão e da consciência desse termo. Sabe-se que o vocábulo multilinguismo é utilizado em diferentes situações para diferentes interpretações, por conseguinte, qual seria o significado de multilinguismo para a Assembleia Geral?

O histórico do tratamento linguístico inicia, então, na primeira Resolução - já indicada por este trabalho - sobre idiomas da Assembleia Geral e da ONU, em 1946, a 2(I)⁹⁰. Nesse registro, há a determinação de que todos os documentos importantes e as resoluções sejam traduzidos aos idiomas oficiais da Assembleia Geral (A/RES/2(I), 1946, p. 1). Esse é o primeiro marco ao passo do tratamento paritário aos idiomas oficiais. Em continuidade a essa posição, em 1966, é indicado através da Resolução 2241 B (XXI)⁹¹ o início da importância ao encontro de distintas línguas ao órgão referido. É estabelecido um pequeno e indefeso pedido para o tratamento equitativo desses idiomas oficiais, mais precisamente escrito da seguinte forma:

Pide al Secretario General que estudie los métodos que convendría emplear para que se aplique un criterio más equitativo en el uso de los idiomas de trabajo de la Organización y para que establezca un mejor equilibrio entre esos idiomas en la contratación, en todos los niveles y particularmente en los niveles superiores, del personal de la Secretaría, y que en sus futuros informes dé cuenta de sus conclusiones sobre esta cuestión. (A/RES/2241 (XXI), p. 2).

Isso demonstra, por debaixo dos panos, que há uma disparidade entre os idiomas do órgão, além também do esquecimento perante o financiamento para que ocorra o serviço de interpretação e documentação como garantido pela Resolução 2 (I). Ademais disso, o trecho permite observar que a adesão das línguas oficiais e de trabalho da Assembleia Geral foram acompanhadas sem alguma Política Linguística conjunta, uma vez que há a necessidade demonstrada de estabelecer estudos de métodos de planejamento para a efetivação do uso equitativo e paritário dos idiomas. É inserido uma ordem e um sistema linguístico sem um planejamento dessa decisão.

⁹⁰ Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/2\(i\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/2(i)). Acessado em: 22/02/2018.

⁹¹ Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/2241\(XXI\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/2241(XXI)). Acessado em: 06/03/2018.

Em seguida, em 1968, com a Resolução 2480 B (XXIII)⁹², é definido diferentes estratégias com o intuito de avançar para a igualdade de tratamento entre os idiomas da Organização. Tal Resolução apresenta, então, um planejamento para a implementação de tal sistema linguístico proposto. É visto um pedido ao Secretário Geral para o fortalecimento do programa de formação linguística do quadro de trabalhadores da Organização Internacional, para que tais empregados tenham o domínio de mais outra língua de trabalho⁹³ (A/RES/2480 (XXIII), 1968, p. 1). E, como incentivo a esse aprendizado, é definido que os próximos funcionários da Organização deverão, no mínimo, ter o domínio de um dos idiomas de trabalho da Secretaria ou da Assembleia Geral (A/RES/2480 (XXIII), 1968, p. 1).

Ademais, é acertado também que um empregado somente terá a chance de ascender profissionalmente caso venha a dominar um segundo idioma da Organização⁹⁴. (A/RES/2480 (XXIII), 1968, p. 2). Portanto, através da decisão em capacitar os funcionários em prol do uso desses idiomas, é instaurado, institucionalmente, mais um meio de propagação dessas línguas. Ter o *status* de língua de trabalho, ou língua oficial, da Assembleia Geral significa também, a partir desse momento, que os funcionários desse organismo serão obrigados a dominarem pelo menos um desses idiomas, mesmo que esses não sejam seus meios de comunicação maternos.

Por conseguinte, agora é a vez do Documento produzido pela Assembleia Geral, juntamente com o auxílio do DCI - registro esse já usado pelo trabalho em um outro momento - do ano de 1977. O Documento de número 32/237 é realizado com o intuito de estudar o bom funcionamento da Organização, esse no que diz respeito à prática dos idiomas oficiais e de trabalho. O estudo é dividido em três partes: (1) uma análise sobre os serviços de idiomas na ONU; (2) uma análise sobre o financiamento e a administração dos custos da aplicação de tais serviços; (3) e, por fim, possíveis medidas para reduzir o custo de tal serviço (A/32/237, 1997, p. 1). Portanto, o objetivo final do Documento reside na tentativa de amenizar o orçamento em relação ao sistema linguístico, comprovando que:

Além das despesas que podem ser diretamente atribuídas a eles, os serviços de idiomas representam uma proporção dos custos gerais gerais do suporte da organização e de outros serviços comuns. [...] Uma das maiores agências estima, com base em um estudo especial, que os custos indiretos de seus serviços de reuniões totalizam aproximadamente 19% dos custos diretos. [...] uma das menores agências estima que, se tivesse apenas uma língua de trabalho em vez de cinco, seu orçamento regular total seria de apenas 30 ou 40% do que é atualmente como resultado da eliminação de todos

⁹² Ver mais no seguinte endereço eletrônico: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/2480\(XXIII\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/2480(XXIII)). Acessado em: 06/03/2018.

⁹³ Nota-se que, ainda durante o ano de 1968, apenas o espanhol e o russo foram aderidos com o *status* de idiomas de trabalho da Assembleia Geral.

⁹⁴ A Resolução não define se é necessário que seja um idioma de trabalho ou um idioma oficial; assim como também não define o Órgão referente a esses idiomas, se é a Secretaria Geral, ou a Assembleia Geral.

os custos de idiomas, diretos e indiretos. [...] Entretanto, tudo o que se pode dizer é que, tendo em conta o número relativamente grande de funcionários envolvidos, os custos indiretos dos serviços linguísticos representam claramente uma proporção substancial dos custos totais. (A/32/237, 1977, p. 11-12)⁹⁵.

É preciso relacionar que tal estudo vem posteriormente a adesão de mais um novo idioma ao quadro de idiomas oficiais da Assembleia Geral, o árabe, em 1973. Por consequência, o documento também demonstra o aumento do orçamento para tal decisão: "Em um relatório sobre as implicações administrativas e financeiras da implementação [...], o Secretário-Geral estimou o custo proposto para o serviço do novo idioma, no biênio de 1974-1975, em aproximadamente 5,6 milhões."⁹⁶ (A/32/237, 1997, p. 16). Em suma, o documento demonstra com exatidão a sua preocupação com o grande volume do orçamento necessário para a adesão da língua árabe, sem mencionar a importância dessa língua para a Assembleia Geral (A/32/237, 1997, p. 17).

Por outro lado, dez anos após esse documento, vê-se que a Resolução 42/207 C⁹⁷ a preocupação com a execução de um tratamento igualitário em relação a todos os idiomas oficiais e de trabalho da Assembleia Geral. Lê-se um outro posicionamento sobre a situação linguística, tendo em vista que se reconhece: a importância de uma diversidade de idiomas por ser uma forma de melhor compreensão entre todos os Estados-Membros da Organização, e, embora seja realmente apertado o orçamento do órgão, a necessidade para o cumprimento das normas afirmadas pela paridade dos idiomas (A/RES/42/207, 1987, p. 2). Em suma, tal Resolução alerta que a prestação de serviços de tradução, interpretação e documentação passa por momentos de dificuldades para o cumprimento de todo seu papel, conseqüentemente, pede ao secretário a execução de todos os serviços essenciais a elaboração de reuniões e encontros (A/RES/42/207, 1987, p. 2).

Em seguida a essa nova consciência sobre a importância da diversidade linguística dentro desse espaço, a Resolução 42/207 foi importante por proporcionar uma base legítima a

⁹⁵ No original, lê-se: "In addition to expenditures which can be directly attributed to them, language services account for a proportion of the general overhead costs of the organizations support and other common services. [...] One of the larger agencies estimates, on the basis of a special study, that the indirect costs of its meetings services total approximately 19 per cent of the direct costs. [...] one of the smaller agencies estimates that, if it had only one working language instead of five, its total regular budget would be only 30 or 40 percent of what it is at present as a result of the elimination of all language costs, both direct and indirect. [...] Meanwhile, all that can be said is that, in view of the relatively large number of staff involved, the indirect costs of language services clearly account for a substantial proportion of the total costs" (A/32/237, 1997, p. 11-12).

⁹⁶ O trecho se encontra da seguinte forma no original: "In a report on the administrative and financial implications of implementing [...], the Secretary-General estimated the cost of the proposed new language service in the 1974-1975 biennium at approximately 5.6 million." (A/32/237, 1997, p. 16).

⁹⁷ Ver mais no seguinte endereço eletrônico: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/42/207>. Acessado em: 07/03/2018.

fim de exigir o princípio de um tratamento igual aos idiomas oficiais da ONU. Tanto que, em 1983, a Resolução 48/222⁹⁸ exige um informe analítico do Secretário Geral sobre a demora da publicação e da distribuição de documentos em todas as línguas da Organização, expondo a falha da execução sobre o sistema linguístico da Assembleia Geral, esse que propôs o tratamento paritário entre seis idiomas oficiais e de trabalho (A/RES/48/222, 1983, p. 3). Ainda assim, devido a esse tratamento desigual sobre os idiomas, houve um pedido formal elaborado por 46 países, compostos majoritariamente por Estados francófonos, pedindo a adesão sobre o tema dos idiomas oficiais e de trabalho do órgão na agenda de trabalho desse organismo⁹⁹.

Logo, já com todo esse histórico do cenário linguístico da Organização - ora sendo limitado pelo orçamento da Secretaria Geral e seus Departamentos, ora sendo fortalecido pelo reconhecimento da importância linguística à diversidade da ONU e para a melhor compreensão de encontros - chega-se a um dos principais marcos da Assembleia Geral em relação ao tema. A Resolução 50/11¹⁰⁰, de 1995, institui pela primeira vez o termo multilinguismo com o intuito de denominar o espaço daquela casa¹⁰¹. Tal documento determina que cada Estado-membro possui o direito de fazer se compreender e compreender os demais dentro de uma das seis línguas oficiais¹⁰² (A/RES/50/11, 1995, p. 1).

⁹⁸ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/48/222>. Acessado em: 07/03/2018.

⁹⁹ O documento elaborado no ano de 1995 foi enviado pelos seguintes países: Bélgica, Burundi, Cabo Verde, Djibouti, Egito, França, Grécia, Guiné-Bissau, Marrocos, Maurício, Mônaco, Níger, Portugal, Romênia, Senegal, Togo, Túnez, Vietnam (A/50/147, 1995). Documento disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/224/45/pdf/N9522445.pdf?OpenElement>. Acessado em: 20/06/2018.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/50/11>. Acessado em: 07/03/2018.

¹⁰¹ Pode-se conferir a posição de alguns países perante tal marco teórico dentro da Assembleia Geral através do voto de cada Estado-membro. Votos a favor: Afeganistão, Albânia, Alemanha, Andorra, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Armênia, Austrália, Áustria, Bahrein, Bielorrússia, Bélgica, Benin, Bolívia, Brasil, Bulgária, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camboja, Camarões, Canadá, Chade, Cazaquistão, China, Chipre, Colômbia, Congo, Costa Rica, Costa do Marfim, Cuba, Dinamarca, Djibouti, Dominica, Equador, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Espanha, Federação Russa, França, Gabão, Grécia, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Hungria, Índia, Irlanda, Itália, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Liechtenstein, Luxemburgo, Madagascar, Mali, Malta, Marrocos, Maurício, Mauritânia, México, Mônaco, Moçambique, Myanmar, Nicarágua, Níger, Omã, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Qatar, Síria, República Checa, Laos, República de Moldova, Tanzânia, Romênia, Ruanda, San Marino, Senegal, Seychelles, Sudão, Suécia, Togo, Tunés, Ucrânia, Uruguai, Venezuela, Vietnam, Yemen, Zaire. Votos Contra: Azerbaijão, Bangladesh, Butão, Bósnia e Herzegovina, Botswana, Brunei Darussalam, Eritreia, Estados Unidos da América, Etiópia, Ex-República Iugoslava de Macedônia, Fiji, Filipinas, Geórgia, Indonésia, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Israel, Jamaica, Japão, Quênia, Lesoto, Namíbia, Nigéria, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, República da Coreia, Samoa, São Vicente, Sri Lanka, Suriname, Swazilândia, Tailândia, Turquia e Zâmbia. Abstenções: África do Sul, Bahamas, Barbados, Belize, Croácia, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Gâmbia, Gana, Granada, Guiana, Irã, Islândia, Letônia, Malásia, Maldivas, Micronésia, Mongólia, Nepal, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Santa Lúcia, Singapura, Trindade e Tobago, Uganda. Assim, esta pesquisa procurou evidenciar o resultado desta votação em vista do significado histórico em que essa possui ao fortalecer a política de um tratamento paritário aos seis idiomas da Assembleia Geral.

¹⁰² A partir das informações da Resolução 50/11, é possível perceber, de maneira oculta, a falta de um tratamento paritário entre os seis idiomas oficiais e de trabalho da Assembleia Geral. Vê-se que tal documento, ao apresentar

Dessa forma, o documento vem assegurar um regime linguístico paritário para todos os órgãos (A/RES/50/11, 1995, p. 1). Destaca-se também uma reclamação sobre a atual situação linguística da Secretaria Geral, essa que é responsável por conduzir todos os trâmites envolvendo o multilinguismo na Assembleia Geral, mas que atua somente com o inglês e o francês como idiomas de trabalho (A/RES/50/11, 1995, p. 2). Aponta a importância dos funcionários em ter a fluência em mais de um idioma oficial da Organização, sendo que cada funcionário somente poderá ser efetivado caso venha a dominar um dos idiomas de trabalho da Secretaria, e mais outro idioma oficial do Órgão que for a vir trabalhar (A/RES/50/11, 1995, p. 2).

Outrossim, com o intuito de sustentar tal requisito, é disponibilizado pela própria ONU o ensino desses idiomas, como é conferido no seguinte trecho: "Destaca también la necesidad de asegurar recursos humanos y financieros suficientes para la enseñanza a todos los niveles, de los idiomas oficiales y de los idiomas de trabajo de la Secretaría." (A/RES/50/11, 1995, p. 2). Por fim, a Resolução alerta que é um direito de todos os governos, além de todos os setores da sociedade civil, ter o acesso de todos os documentos, arquivos e bancos de dados do órgão, esses, entretanto, disponíveis apenas nos idiomas oficiais da Organização (A/RES/50/11, 1995, p. 2). Não se questiona, portanto, se todos os membros da Assembleia Geral compreenderão tais documentos, somente há a tentativa de garantir o acesso simultâneo a esses idiomas.

Outra questão também decidida por essa mesma Resolução de 1995 consiste no mandato instaurado sobre o multilinguismo dentro do programa a ser discutido pela Assembleia Geral. Assim, a cada dois anos o órgão referido deverá elaborar Resoluções sobre sua prática linguística. Por conseguinte, em razão da Resolução 50/11, o Secretário Geral executa um informe de número 52/577¹⁰³, no ano de 1997. É reiterada a importância de todos os funcionários terem o domínio em mais de uma língua de trabalho da Secretaria e, por consequência, também é garantido os recursos suficientes para o ensino de idiomas em todas as sedes da ONU (A/52/577, 1997, p. 1). A importância do multilinguismo também é destacada, sendo considerada pelo Secretário Geral como uma grande ponte à promoção da diversidade linguística e da cultura da Organização, garantindo o respeito à diversidade dessa instituição (A/52/577, 1997, p. 2). Em relação a disponibilização dos documentos, é ressaltado que

a necessidade em assegurar legalmente o uso de qualquer um dos seis idiomas, demonstra que, previamente, o serviço de interpretação não era garantido de prontidão para as relações de comunicação entre seus membros.

¹⁰³

Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/306/11/pdf/N9730611.pdf?OpenElement>. Acessado em: 18/06/2018.

nenhuma Resolução ou Informe será publicado sem ter antes as outras versões traduzidas em seus seis idiomas oficiais da Assembleia Geral (A/52/577 1997, p. 4). Por fim, se conclui que:

Como se señala anteriormente, la Secretaría ha seguido una política de promoción continua de la enseñanza y utilización de los idiomas oficiales e idiomas de trabajo de la Organización en todas sus actividades. En atención a la resolución 50/11 de la Asamblea General, se han redoblado los esfuerzos encaminados a ese fin para que la promoción del multilingüismo siga siendo un objetivo primordial de la Organización. (A/52/577, 1997, p. 5).

Após essa etapa, se encontra a Resolução 54/64¹⁰⁴, em que a Assembleia Geral demanda ao Secretário Geral a criação de um coordenador que responderá sobre as questões do multilinguismo da Organização, assim como também a criação de um programa provisional acerca desse tema (A/54/64, 2000, p. 1).

Em suma, conclui-se até aqui que possuir o *status* de uma língua oficial ou de trabalho da Assembleia Geral garante a promoção desse idioma em um dos principais espaços de encontro e de diálogo do sistema internacional. Ademais, percebe-se, até aqui, que a concepção de multilinguismo dessa Organização se limita na utilização paritária em um mesmo ambiente somente com as seis línguas oficiais e de trabalho do órgão, estando ausente qualquer informação ou posicionamento sobre as demais línguas faladas por outras comunidades. Sendo assim, o direito de se fazer compreender e compreender os demais diz respeito apenas a utilização dos seis idiomas oficiais da Assembleia Geral.

Em contrapartida, esse fórum global, sem nenhuma justificativa ou anúncio informativo, modifica a sua interpretação sobre o termo multilinguismo. A Resolução 56/262¹⁰⁵, do ano de 2002, indica a seguinte postura:

Reconociendo que las Naciones Unidas propugnan el multilingüismo como un medio de promover, proteger y preservar la diversidad de idiomas y culturas en todo el mundo; reconociendo también que un multilingüismo auténtico promueve la unidad en la diversidad y la concordia internacional (A/56/262, 2002, p. 1).

Logo, somente durante ano de 2002 é exposto a preocupação da Organização Internacional em estabelecer um multilinguismo para fora de seu âmbito institucional. É reconhecida, então, a importância não somente das seis línguas oficiais da Assembleia Geral,

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/54/64>. Acessado em: 07/03/2018.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/56/262>. Acessado em: 07/03/2018.

como também pelos demais idiomas pronunciados por outras comunidades. Nesse sentido, vê-se que o órgão estabelece, pela primeira vez, um pronunciamento em relação às outras línguas de grupos minoritários:

(...) le informe [por el Secretario General] las medidas que pueden tomar los Estados Miembros y la organizaciones internacionales en el marco del sistema de las Naciones Unidas para fortalecer la protección, promoción y preservación de todos los idiomas, particularmente los hablados por personas pertenecientes a minorías lingüísticas y los que se encuentran en peligro de extinción. (A/56/262, 2002, p. 1).

Portanto, é modificada a posição dessa instituição em relação à concepção de um multilinguismo, não obstante, embora seja um passo a mais na conquista dos direitos linguísticos, não se vê nenhum trabalho realizado para que tal posicionamento seja cumprido. Assim, a Resolução 56/262 consiste no primeiro marco dentro da Assembleia Geral a considerar a importância de outros idiomas para conservar a diversidade¹⁰⁶ e a cooperação internacional (A/56/262, 2002, p. 1), entretanto, vê-se novamente a ausência de qualquer planejamento para a instauração dessa proteção.

A próxima Resolução, essa de número 59/309¹⁰⁷, de 2005, além de reiterar todas as questões da Resolução de 2002 elencada, garante a paridade total dos idiomas na produção do conteúdo transmitido nos endereços eletrônicos oficiais das Nações Unidas (A/59/309, 2005, p. 1). E, por fim, é visto uma medida com o intuito de assegurar a nova concepção de multilinguismo - essa que abrange a promoção, a proteção e preservação das línguas em todo o mundo - se expõe o trabalho realizado pelo Centro de Informação das Nações Unidas, esse que também pode ser regional, em traduzir alguns documentos importantes para outros idiomas além dos oficiais e de trabalho da Assembleia Geral (A/59/309, 2005, p. 2). Desse modo, a Assembleia Geral reconhece que, embora seja importante a paridade no tratamento dos seus seis idiomas oficiais, suas ações e seus documentos não chegam a uma grande parcela da população mundial, tendo como uma das principais barreiras o idioma.

Um adendo a leitura do documento, observam-se distintos tratamentos dado ao termo multilinguismo, visto que em um momento se utilizam o termo para se referirem ao

¹⁰⁶ É importante notificar que um outro órgão subsidiário da ONU, a UNESCO, auxiliou, em 1996, na produção da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Tal documento sinaliza a importância da garantia de direitos linguísticos a fim de corrigir os diferentes *status* ocupados por cada idiomas. Logo, a declaração procura estabelecer um fim do desequilíbrio linguístico exercido por diferentes comunidades, assegurando direitos à comunidades linguísticas em minoria. Para ver mais sobre a Declaração dos Direitos Linguísticos, ler em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acessado em: 18/06/2018.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/59/309>. Acessado em: 08/03/2018.

tratamento igualitário entre os seis idiomas, e somente em um ponto específico da Resolução 59/309 se utilizam em cima da temática de todas as línguas existentes. Desse modo, não há uma concordância, novamente, entre os termos usados pela Assembleia Geral em definição de seu sistema linguístico.

Em seguida, tiveram as Resoluções da Assembleia Geral 63/306¹⁰⁸ e 65/311¹⁰⁹, respectivamente de 2009 e de 2011, reafirmando o empenho do trabalho da Secretaria Geral e do Departamento de Informação Pública pelo esforço em garantir o pleno multilinguismo - esse que ora é utilizado em respeito às seis línguas oficiais da Organização e ora às duas línguas de trabalho da Secretaria, no entanto, em nenhum momento é utilizado como forma de garantir a proteção e promoção de outras línguas - da Instituição. Não há nenhuma ação nova a ser informada, por outro lado, ambas Resoluções são importantes por assegurar o tema em voga aos serviços prestados e abrirem espaço para o informe sobre a prática do multilinguismo, esse realizado pela Dependência Comum de Inspeção, o JIU/REP/2011/4¹¹⁰.

O Documento, de título "El multilingüismo en las organizaciones del sistema de las Naciones Unidas: estado de aplicación", é um trabalho de inspeção com o objetivo de avaliar o estado de aplicação em relação ao serviço e uso de idiomas em 25 órgãos do sistema ONU. Nesse sentido, a análise do documento inclui a leitura sobre os serviços de conferências, de tradução, de interpretação, de contratação, de ensino de idiomas, da extensão e da informação pública. Logo, o estudo apresentado teve como finalidade formular recomendações para uma prática linguística cada vez mais paritária (A/67/78, 2011, p. 17). A inspeção dos órgãos foi realizada entre o ano de 2010 e de 2011, sendo assim, a Assembleia Geral é computada de acordo com o trabalho dentro da própria Organização das Nações Unidas, não sendo visto como um órgão separadamente.

Por conseguinte, o documento aponta a questão - antes já apresentada - sobre os diferentes significados do termo multilinguismo, sendo que em uso geral é definido como "un medio de preservar la diversidad cultural mediante la promoción del uso de diferentes idiomas" (A/67/78, 2011, p. 20). Sobre outra perspectiva, para a ONU, é da seguinte forma: "en las Naciones Unidas, el multilingüismo se refiere al uso, con equidad y paridad, de sus idiomas oficiales y sus idiomas de trabajo" (A/67/78, 2011, p. 18). Logo, se considera somente os seis idiomas oficiais e de trabalho como um estado de aplicação do multilinguismo,

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/63/306>. Acessado em: 08/03/2018.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/65/311>. Acessado em: 08/03/2018.

¹¹⁰ Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/724628/files/A_67_78-ES.pdf. Acessado em: 05/03/2018.

consequentemente, tal inspeção observa somente a utilização dessas línguas, e não se atenta com nenhuma outra situação.

Em continuidade ao documento, percebemos um dos grandes erros da organização: a falta de uma política linguística única para a ONU. Nem todos os órgãos estabelecem políticas claras sobre suas relações de comunicação em seu ambiente de trabalho até o momento da execução desta pesquisa acadêmica. Assim, lê-se que:

A pesar de las encomiables acciones especiales llevadas a cabo por el DPI para mejorar algunas esferas concretas, como la extensión, los sitios web y las asociaciones lingüísticas, no ha habido ningún plan estratégico que abarque a todas las entidades de las Naciones Unidas para la aplicación del multilingüismo. (A/67/78, 2011, p. 23).

Desse modo, uma das consequências desse descuido abrange também a questão da denominação de línguas de trabalho e línguas oficiais - já discutida anteriormente - sendo até possível de ser encontrado a terminologia "idiomas de trabalho oficiais." (A/67/78, 2011, p. 23). O documento expõe claramente que não se sabe ao certo os critérios para a classificação de um idioma oficial ou de trabalho da Organização. Vê-se da seguinte maneira pelo parágrafo 62:

La falta de un entendimiento común acerca de los criterios para que un idioma pueda ser elegido como idioma oficial o de trabajo, y las diferencias entre ambas categorías, no ayudan a definir políticas públicas claras en materia de multilingüismo. Además, la situación actual de los idiomas en las Naciones Unidas no refleja los cambios geopolíticos, socioeconómicos y demográficos que han ocurrido en el mundo desde que el árabe se añadiera como sexto idioma oficial de las Naciones Unidas, hace casi 40 años, en 1973. En este sentido, existe una brecha - una disonancia - entre el compromiso de preservar la diversidad cultural de conformidad con la Convención de la UNESCO sobre este tema y su conversión efectiva en una mayor promoción del multilingüismo en el sistema de las Naciones Unidas. (A/67/78, 2011, p. 31).

Portanto, como recomendação a todas essas questões, é decidido que em cada órgão se designe um alto cargo como coordenador das questões sobre o multilinguismo (A/67/78, 2011, p. 22). Ademais, é posto como recomendação perante o termo de língua oficial e língua de trabalho a seguinte medida: "elaborar una interpretación común de las diferencias entre los conceptos de idiomas 'oficiales' y 'de trabajo' como base coherente para una mejor coordinación del uso de los idiomas y la promoción del multilingüismo en todo el sistema ONU" (A/67/78, 2011, p. 25).

Em continuidade ao documento, percebe-se em pequenas nuances que a força que o tema vem sendo debatido pela ONU é fruto de uma luta entre os próprios países que compõem as seis línguas. Os grupos interessados na posição do idioma francês é um dos exemplos desse

caso mostrado pelo texto (A/67/78, 2011, p. 28). Lê-se que foi criado por uma associação de jornalistas franceses um "Observatório das Línguas" com o intuito de observar a prática de tal idioma nesse espaço de encontro internacional (A/67/78, 2011, p. 28). Assim, há interesses que já são percebidos por trás desses movimentos, assim como também quando alguns grupos demonstram a tentativa de aderir uma nova língua ao *status* de língua oficial. Por exemplo, os representantes de comunidades linguísticas alemã, portuguesa e bengali já apresentaram propostas de adesão a um novo idioma, porém sem grandes resultados (A/67/78, 2011, p. 29).

Em suma, é claro o ponto de vista de que há uma incongruência entre diferentes categorias e termos dentro dos órgãos da ONU. Existem temas que ainda não são divulgados durante os documentos, uma vez que não se tem o conhecimento de quais seriam os critérios para uma língua ser considerada como idioma oficial ou de trabalho de qualquer órgão da Organização. Assim como também, não se tem a divulgação do andamento dos projetos de adesão de outros idiomas da Assembleia Geral. Por fim, há uma dubiedade entre os significados de uma promoção do multilinguismo, se seriam uma política de fortalecimento igualitário entre os seis idiomas da Assembleia Geral, ou uma promoção em conformidade com a Convenção da UNESCO¹¹¹ sobre o multilinguismo.

Neste aspecto, em continuidade ao tema desta seção, a próxima Resolução a tratar sobre o sistema linguístico da Organização é do ano de 2013, de número 67/292¹¹². No entanto, observa-se que algumas recomendações do último informe da DCI ainda não foram atendidas. A utilização do termo multilinguismo é um desses exemplos: no texto de 2013 ainda não se mostra claro qual a interpretação a ser feita sobre tal vocábulo. Ora se reconhece o multilinguismo como a utilização somente das seis línguas oficiais da Organização, ora se reconhece a importância de garantir o fortalecimento de outras línguas (A/67/292, 2013, p. 2). Assim, a proposta em aplicar uma política em favor ao multilinguismo na ONU se torna dúbia quando esta não especifica o conceito de tal termo em suas Resoluções, prejudicando as ações que deveriam ser tomadas perante o tema.

Por fim, há ainda duas Resoluções que compõem o histórico sobre o tema retratado dentro da Assembleia Geral, a Resolução 69/324¹¹³ e 71/328¹¹⁴, respectivamente de 2015 e de 2017. Os dois documentos apresentam um formato diferente do que aquele encontrado durante

¹¹¹ A UNESCO aprovou a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Proteções Culturais no ano de 2005, e foi acolhida pela Assembleia Geral durante a Resolução 63/306. Naquele documento é declarado a promoção e a proteção de todas as expressões culturais do mundo, para que tenham um espaço seguro de diálogo e expressões culturais (UNESCO, 2005, p. 3).

¹¹² Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/67/292>. Acessado em: 11/03/2018.

¹¹³ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/69/324>. Acessado em: 11/03/2018.

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/71/328>. Acessado em: 11/03/2018.

as últimas Resoluções sobre o tema, dado que são segmentados por temas importantes, o que pode vir a auxiliar em uma melhor compreensão de seus objetivos. As duas resoluções também incluem um novo tópico: "oficinas sobre el terreno, operaciones de mantenimiento de la paz y actividades de consolidación de la paz" (A/69/234, 2015, p. 9), em que destacam a possibilidade e o esforço, sempre que for possível, em tentar traduzir a assistência técnica, o material de capacitação da ONU e o conteúdo do endereço eletrônico oficial da Organização para o idioma local da operação de paz (A/69/234, 2015, p. 9).

Em suma, nesta seção, procurou-se abordar como o tema da prática linguística era abordada dentro da Assembleia Geral, esse sendo o órgão de maior representatividade dentro do sistema ONU, dotado, entretanto, de nenhum poder deliberativo, somente com a autoridade de produção de recomendações. Por conseguinte, é observado, durante essa trajetória exposta, a tentativa de uma construção de verdades através da elaboração de um discurso dentro de documentos oficiais do órgão. Tal discurso, que também será abordado durante as seguintes seções, é entendido como a produção de um imaginário de que a Assembleia Geral representaria para a ONU um dos espaços de maior representatividade e tratamento paritário entre os Estados-membros devido ao reconhecimento de seis línguas diferentes. É a construção de um regime de verdade que legitima a atuação dessa Organização Internacional.

Dessa forma, insere-se a perspectiva foucaultiana em que as relações de poder passam pelas ações através dos sistemas de regras e técnicas desenvolvidas (FOUCAULT, 1979, p. 175). Uma vez entendido que o poder está atrelado em diferentes instituições e ações (FOUCAULT, 2010, p. 210), em que aquele permeia em todo o cenário social construindo operações de dominação através do controle de um saber (FOUCAULT, 1979, p. 13), viu-se que o ambiente da Assembleia Geral está carregado de jogos de dominação através de seu sistema linguístico. Seu espaço está longe de ser representativo e universal, como se é construído através de seus documentos.

Quando seu cenário linguístico é observado, encontra-se um espaço limitado e ausente de políticas linguísticas claras para seu funcionamento. Existe a conformação concomitante de um sistema de regras e um regime de verdade, em que um se apoia no outro como modo de existência. Esta primeira seção permite evidenciar o início de uma construção de um regime de verdade instaurado em seus documentos oficiais, esse que empenha-se a elaborar a concepção de um espaço representativo a todos seus Estados-membros. Entretanto, opera-se, concomitantemente, um sistema de regras que impõe ações de dominação de uma comunidade linguística em relação a outra, contradizendo o discurso evidenciado. Há relações

de força entre grupos de locutores diferentes (BOURDIEU, 2008, p. 23), conformando, portanto, um mercado linguístico dentro desse fórum global.

3.2 A CONSTRUÇÃO E A PROMOÇÃO DA MARCA ONU

Encerrado a análise sobre o tratamento linguístico realizado pela Assembleia Geral, a segunda seção deste capítulo concentra-se em inserir uma investigação que possa transcender os documentos oficiais escritos e disponibilizados pelos organismos já estudados, com o intuito de observar a construção de uma marca sobre a ONU. Nesse aspecto, é necessário buscar fontes que essa Organização disponibiliza em meios de fácil acesso e que possuem uma propagação maior. Desvincula-se, portanto, daquela leitura sobre os documentos oficiais, Resoluções, Estatutos Internos e o Documento Fundacional, para estabelecer um recorte analítico com fontes que projetam o fórum internacional e que garantem alcançar um número maior de pessoas. É proposto, então, a análise de um vídeo produzido institucionalmente através do Departamento de Informação Pública¹¹⁵, esse disponibilizado pelo site oficial das Nações Unidas referente aos seus idiomas oficiais. Além disso, observa-se o conteúdo vinculado à essa página virtual, uma vez que se propõe analisar a construção da imagem dessa Organização.

Assim, antes de iniciar tais análises, cabe ressaltar que por marca da ONU esta presente monografia entende uma concepção fabricada e propagada em diferentes meios com o intuito de cristalizar uma imagem sobre seu funcionamento. Verifica-se, portanto, a criação de uma marca institucional, pois o que se procura vender aqui seria a imagem de um organismo. A partir disso, encaminha-se para a análise do conteúdo audiovisual disponibilizado pelo site oficial da ONU. Esse expõe uma compilação de gravações entre diferentes grupos de falantes atuando dentro e fora dos espaços institucionais do fórum. Denominado como "Un mundo, muchos idiomas", o vídeo¹¹⁶, que contém somente sua versão oficial nos seis idiomas oficiais e de trabalho da Assembleia Geral, é um conteúdo inserido no site oficial da ONU¹¹⁷, dentro de uma página que concerne aos idiomas oficiais da Organização. Vê-se na imagem 2 uma captura de tela de um momento do vídeo, evidenciando uma ilustração de diferentes indivíduos compondo um mesmo ambiente. Ao trazer essa imagem, o vídeo auxilia na cristalização de

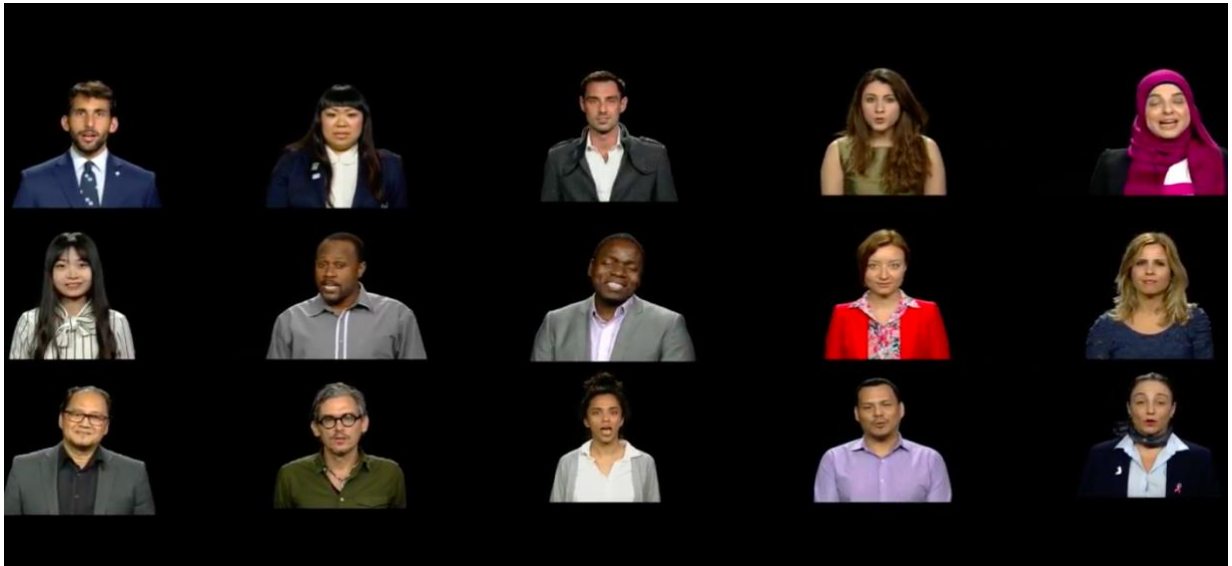
¹¹⁵ O Departamento de Informação Pública consiste em um departamento subsidiado pelo órgão do Secretariado.

¹¹⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=7&v=snsIAVXrWF8. Acessado em: 18/06/2018.

¹¹⁷ Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/about-un/official-languages/index.html>. Acessado em: 18/06/2018.

uma concepção representativa e de reconhecimento aos diferentes idiomas expostos, como se todas aquelas vozes estivessem asseguradas dentro daquela Organização.

Imagem 2: Captura de tela do vídeo "un mundo, muchos idiomas".



Fonte disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=7&v=snsIAVXrWF8. Acessado em: 18/06/2018.

Em seguida, é acrescentado ao conteúdo audiovisual uma série de gravações de espaços de trabalho do sistema ONU. É representado uma reunião da Assembleia Geral; uma sala dos funcionários responsáveis pelas traduções e interpretações dos encontros; um pronunciamento do atual Secretário Geral da Organização¹¹⁸ falando em diferentes idiomas; ações ao redor do globo evidenciando distintos trabalhos do fórum global; e, em todas as cenas, a utilização de diversos idiomas, incluindo aqueles que não são considerados idiomas oficiais ou de trabalho da Assembleia Geral. O vídeo insere ainda a composição de diferentes legendas para o conteúdo evidenciado, essas que são de suma importância para a construção de sua mensagem. Por conseguinte, o conteúdo audiovisual expõe o seguinte texto:

El multilingüismo. Un principio fundacional de las Naciones Unidas. Un valor básico de la Organización. Facilitador de la diplomacia multilateral. El multilingüismo contribuye para la paz y la seguridad mundiales. Promotor de la justicia y los derechos humanos. Una clave para no dejar nadie atrás. Integrar el multilingüismo en todas las actividades. Las Naciones Unidas, uniendo las voces, uniendo las personas. (ONU, 2017).

¹¹⁸ O atual Secretário Geral da ONU - o mais alto cargo da Organização - é ocupado pelo português António Guterres desde janeiro de 2017. Como parte das obrigações intituladas aos órgãos principais da ONU, António foi eleito pela Assembleia Geral, porém com uma recomendação necessária do Conselho de Segurança. Para mais informações sobre seu trabalho, ver em: <https://www.un.org/sg/es>. Acessado em: 19/06/2018.

Nesse aspecto, a união das imagens em movimentos com tais trechos supracitados constroem a mensagem que o vídeo, elaborado pela ONU, produz. Em primeiro, percebe-se que essa mensagem está intimamente ligada à elaboração de uma marca sobre o multilinguismo como elemento inerente à essa Organização Internacional. A concepção vinculada é de que o termo multilinguismo seria um valor básico para o fórum global, compondo, dessa forma, um princípio fundacional dessa instituição¹¹⁹. Não obstante, de acordo com as análises realizadas entre o capítulo dois e a última seção deste terceiro capítulo, é sabido que nem sempre o termo multilinguismo foi reconhecido pela própria instituição como termo de indicação ao seu ambiente linguístico.

Sabe-se que a primeira vez que a palavra multilinguismo é utilizada pela Assembleia Geral, com a finalidade de compor a classificação sobre seu espaço, ocorreu somente com a Resolução 50/11, do ano de 1995 (A/50/11, 1995). Outrossim, a Carta das Nações Unidas, seu documento fundacional, não contém qualquer capítulo concernente ao tema analisado. A única alusão aos idiomas refere-se a tradução do documento em versões de igualdade jurídica para os cinco idiomas ali indicados (ONU, 1945, p. 60). Por conseguinte, estabelecer o multilinguismo - independente de qual for sua interpretação - como um princípio fundacional e, além disso, como um valor básico desse fórum, não condiz com as políticas e as práticas da Organização Internacional observadas desde 1945 por esta pesquisa.

A relevância sobre o tema para essa instituição foi algo construído por meio do trabalho de inúmeras resoluções pela Assembleia Geral, ainda assim, tal órgão principal não responde por todos as instituições relacionadas às Nações Unidas. Logo, o vídeo, ao apresentar a ONU como uma instituição que considera o multilinguismo um princípio básico de seu funcionamento, aborda que todo seu organograma segue tais concepções. Entretanto, observou-se que nem mesmo os principais órgãos da Organização Internacional estabelecem uma política única e clara sobre seu sistema linguístico.

Em seguida, o segundo tema a ser analisado consiste na definição do próprio termo multilinguismo. Como já foi observado por este trabalho, as resoluções da Assembleia Geral perante o tema não apresentam uma concordância em relação ao uso de tal vocábulo. Ora em

¹¹⁹ Novamente, o termo é utilizado sem a identificação oficial de seu significado. Entretanto, ainda nota-se que o conceito do termo utilizado pela Organização, durante o vídeo, refere-se ao reconhecimento e a existência de diferentes idiomas coexistindo em um mesmo mundo. O título desse vídeo - "un mundo, muchos idiomas" - reforça ainda mais essa concepção, logo, o termo, para o vídeo, representa uma diversidade linguística. Por outro lado, não há nenhuma alusão no vídeo à outra interpretação do vocábulo utilizada em algumas resoluções da Assembleia Geral (o multilinguismo como um fortalecimento do espaço de encontro das seis línguas oficiais e de trabalho do órgão).

alguns documentos, o termo faz referência ao tratamento paritário entre os seis idiomas oficiais e de trabalho do órgão, ora é referência sobre a promoção, a proteção e a preservação das línguas em todo o mundo. A resposta, então, sobre o que compõe de fato o multilinguismo para o vídeo - e, conseqüentemente, para a ONU - permanece ausente, estabelecendo somente uma visão vaga sobre a concepção do termo como "um mundo, muitos idiomas", expressão que leva o título do vídeo. O multilinguismo tal como um termo que reconhece a existência de diferentes idiomas, e os respeita.

O terceiro tema analisado, e que também auxilia na construção da marca sobre a Organização Internacional em prol de um ambiente linguístico diversificado e representativo, concerne à gravação do pronunciamento do atual Secretário das Nações Unidas, António Guterres, exposto durante o vídeo. O mais alto cargo da Organização ocupa uma posição essencial à mensagem do vídeo, uma vez que realiza um pronunciamento em quatro idiomas diferentes, sendo esses: o inglês, o espanhol, o francês e o português. Dessa maneira, contribui para o ideário de que os funcionários desse fórum global possuem a capacidade de se pronunciar em diferentes idiomas. Sustenta-se, então, um ambiente em que as práticas linguísticas ocorreriam sem tantos desentendimentos, visto a grande possibilidade dessa equipe em se comunicar em diferentes idiomas¹²⁰.

Ademais, mostra-se importante evidenciar o conteúdo do seu rápido pronunciamento: "como podemos ajudar as milhões de pessoas presas em conflitos e que sofrem enormemente em guerras que parecem não ter fim?" (ONU, 2017). Sua fala reflete o tema em que o conteúdo do videoclipe abordará nos próximos segundos: o multilinguismo como princípio contribuinte da paz e da segurança mundial. Logo, as legendas apresentadas posteriormente - "promotor de la justicia y los Derechos Humanos"; "una clave para no dejar a nadie atrás"; "facilitador de la diplomacia multilateral" - juntamente com as imagens de trabalhos da ONU fora de seus espaços institucionais, corroboram ainda mais para a criação de uma marca da ONU mantenedora da paz e da segurança mundial através dos valores do multilinguismo instaurado por esse vídeo.

Nesse aspecto, o conteúdo audiovisual fabrica a concepção da existência de uma Organização que sempre considerou o multilinguismo como um valor básico para a execução de seus propósitos, uma vez que se diz que tal reconhecimento auxilia na colaboração dos objetivos fundacionais desse fórum global. Ora, reconhecendo a interpretação realizada sobre

¹²⁰ Somente com a análise deste conteúdo audiovisual, não se conhece ainda a veracidade da concepção elaborada pelo discurso dessa promoção visual da ONU. Por conseguinte, a informação sobre a capacidade linguística dos demais funcionários dessa instituição será também analisada pelo outro vídeo nesta seção.

o termo para o vídeo, é certo que a diversidade linguística e o respeito às diversas comunidades contribuem para a solução de conflitos sem a utilização de uma força armada, tanto que os problemas de comunicação seriam resolvidos sem o impedimento de uma falsa compreensão. O vídeo, por outro lado, elabora uma marca sobre a Organização de que essa sempre atuou através do reconhecimento em diversas línguas.

Desse modo, esta pesquisa demonstrou que não há uma referência histórica sobre a atuação da ONU por meio desse multilinguismo nem dentro da Carta das Nações Unidas, nem dentro dos estatutos internos dos principais órgãos dessa instituição e em qualquer histórico de resoluções aprovadas pela Assembleia Geral. Nota-se que não há nenhuma alusão sobre uma atuação atrelada ao multilinguismo como fator essencial para a execução de qualquer plano de ação dos órgãos analisados. Assim, vê-se, por exemplo, que a Carta das Nações Unidas indica como seus propósitos o seguinte trecho:

(1) Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz; (2) Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; (3) Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; (4) Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns (ONU, 1945, p. 5).

Nesse sentido, uma menção aos idiomas é vista durante o propósito listado de número 3. Entretanto, o texto expõe que a ONU procura promover e estimular os Direitos Humanos, reconhecendo todos os seres humanos e suas liberdades, sem a distinção de sua língua. Difere-se, em conclusão, de uma atuação organizacional, como é elaborado pelo vídeo, por meio da diversidade linguística para a promoção da paz e da segurança internacional. A ideia de que a ONU procura garantir e implementar suas ações através de uma atuação multilingue não se encontra em seus documentos, é uma marca construída por esse veículo.

Por conseguinte, seguindo uma abordagem foucaultiana sobre essas observações, nota-se que há uma tentativa de uma construção de um saber sobre a Organização. Há um discurso específico propagado pelo vídeo, uma vez que o discurso seriam as falas de determinadas pessoas que se proliferam indefinidamente e que se tornam uma reverberação de uma verdade (FOUCAULT, 1996, p. 8). Como exposto no capítulo 1, os discursos podem ser

organizados e redistribuídos por procedimentos que auxiliam nos exercícios de um poder em andamento (FOUCAULT, 1996, p. 8). Com base nesse pensamento, é identificado dois discursos, dentro do conteúdo audiovisual, que legitimam a atuação desse fórum global.

Em primeiro, o discurso da guerra perpétua se faz presente em todo o vídeo, esse mesmo discurso explorado pelo capítulo 2, que legitimou a criação dessa Organização Internacional e sua ação ao longo dos anos. As mensagens compartilhadas demonstram a ocorrência de conflitos infundáveis, formulando, dessa forma, um discurso sobre a necessidade de sua atuação enquanto instituição. Em segundo, outro discurso apresentado refere-se a formação de uma ideologia sobre a ONU, em que aquela estabelece a diversidade linguística tanto como um valor básico de seu funcionamento institucional, quanto como uma importância da atuação multilingue em prol da realização de seus propósitos. Propaga-se que essa instituição seria o local de encontro de diversas línguas, reconhecendo e respeitando a existência de cada uma. Em suma, elabora uma imagem de que a ONU funciona através de uma diversidade linguística.

Em continuação com a proposta desta seção, o site oficial da ONU também é considerado como uma fonte de maior visibilidade e propagação de conteúdo, essencial para a vinculação de um discurso. Desse modo, também se propõe aqui observar a página oficial da instituição referente aos seus idiomas oficiais¹²¹ - essa que apresenta o vídeo analisado anteriormente - com o intuito de expor outras fontes que asseguram a construção de uma marca sobre uma Organização multilingue e representativa. Por conseguinte, o veículo eletrônico, disponibilizado em versões traduzidas para as seis línguas oficiais da Organização, é dividido pelo seguintes temas da página: "Idiomas oficiales; Interpretación y Traducción; El multilingüismo; Historia de los idiomas oficiales; Programa de Promoción de Universidades; La ONU como empleadora; Los días conmemorativos de los idiomas" (ONU, 2018).

O primeiro tema é responsável por apresentar as línguas oficiais da Organização aos seus leitores. Sendo assim, é exposto o seguinte trecho informativo:

Los Estados Miembros tienen distintos puntos de vista y suelen hablar en diferentes idiomas, por ese motivo la Organización ha adoptado seis lenguas oficiales: el árabe, el chino, el inglés, el francés, el ruso y el español. La correcta interpretación y traducción de estas seis lenguas, tanto de forma hablada como escrita, tiene un gran valor para el trabajo de la Organización, porque es precisamente lo que permite la comunicación clara y concisa en los asuntos de importancia mundial. (ONU, 2018).

¹²¹ Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/about-un/official-languages/index.html>. Acessado em: 25/06/2018.

Esse conteúdo, portanto, permite interpretar que a razão pela adoção dos seis idiomas oficiais da Organização ocorreu como resultado de uma necessidade dos Estados-membros em pronunciarem seus diferentes pontos de vistas. Entretanto, observou-se, durante o capítulo 2 e a primeira seção deste capítulo, que não há em nenhum documento oficial uma garantia para tal informação, tendo em vista que não se tem o conhecimento sobre quais seriam os critérios necessários para a oficialização de um idioma ao *status* de língua oficial ou de trabalho. Assim, o texto demonstra uma relação entre as línguas oficiais e a demanda pela necessidade de pronunciamento de seus Estados-membros, porém, os documentos analisados não reconhecem que tais idiomas foram eleitos devido à essa comparação.

O trecho ainda evidencia que com tal escolha linguística os Estados-membros estabelecem uma comunicação clara e concisa em seu ambiente institucional (ONU, 2018). Por consequência, essa afirmação refere-se a elaboração de uma troca linguística sem a ocorrência de nenhum desentendimento linguístico ou barreira de algum locutor para se pronunciar. Sendo assim, propaga-se um conteúdo informacional de que as comunicações existentes dentro do ambiente organizacional da ONU são conduzidas de maneira a representar todos os desejos comunicativos de seus membros, em que as seis línguas oficiais elegidas conseguem assegurar de forma concisa e clara todas as trocas linguísticas ocorridas nesse espaço. Percebe-se, então, já em um primeiro momento, que o site oficial auxilia na propagação e legitimação dos discursos formulados pelo vídeo anterior "un mundo, muchos idiomas".

Em seguida, para o tema "Interpretação y Traducción", é escrito algumas regras já apresentadas pelos estatutos internos dos órgãos analisados por este trabalho durante o capítulo dois. Por exemplo, a possibilidade de algum membro em se pronunciar em uma língua não oficial da Organização, assumindo, entretanto, a responsabilidade de arcar com seus custos de tradução e interpretação (ONU, 2018). Essa informação, ausente de qualquer leitura crítica sobre tais trocas linguísticas, evidencia um direito de comunicação dos Estados-membros, construindo uma imagem de um espaço com a possibilidade de encontro de diversas línguas. O requisito seria, portanto, o pagamento do custo relacionado ao trabalho de expor seu ponto de vista a outros membros.

O próximo tópico é direcionado ao tema do multilinguismo, em que após um texto informativo sobre o assunto, é vinculado o vídeo "un mundo, muchos idiomas". Por conseguinte, através do trecho explicativo, é visto uma definição para o termo feito pela Organização, em que

El multilingüismo permite la comunicación entre los diversos Estados Miembros, con lenguas y culturas diferentes, en las salas de reuniones y los pasillos de nuestras sedes y oficinas. Al promover la tolerancia, el multilingüismo garantiza una mayor participación de todos los Estados Miembros en el trabajo que desempeñan dentro de la Organización, así como una mayor eficacia, mejores resultados y una mayor participación. (...). (ONU, 2018, grifo do autor).

Dessa maneira, embora o termo não tenha sido definido durante o vídeo, dificultando uma interpretação correta para sua utilização, a sua categorização ocorre a partir do trecho selecionado. O multilinguismo é indicado como uma dinâmica de comunicação estabelecida entre línguas e culturas diferentes, auxiliando em uma promoção em respeito à essa diversidade e em uma maior participação e representatividade de outros Estados-membros. Insere-se também que tal dinâmica é realizada tanto em reuniões oficiais dos órgãos, quanto dentro dos ambientes institucionais, demonstrado através do exemplo dos escritórios e corredores da ONU.

Portanto, devido a tantas interpretações e usos distintos de um mesmo termo pela Organização em diferentes situações observadas ao longo deste trabalho, se torna extremamente complexa a interpretação do termo. A palavra multilinguismo já foi utilizada pela ONU para conceituar diferentes dinâmica de comunicação, contudo, a interpretação incorporada em seu site oficial sobre suas línguas oficiais revela a construção de uma marca que tal instituição deseja propagar. O trecho elabora uma mensagem de que a ONU possui um espaço de trocas linguísticas através de uma comunicação entre diversos idiomas. Tal instituição seria um espaço de tolerância e encontro cultural, em que a participação das línguas dos Estados-membros traria uma representatividade maior.

Dessa maneira, essa mensagem consiste, novamente, no mesmo discurso encontrado no vídeo "un mundo, muchos idiomas", de que a ONU funciona institucionalmente e atua através de diversos idiomas, formando um espaço multilingue e representativo. Após isso, é informado outros temas dentro do site oficial, tais como um texto sobre os profissionais contratados para o desempenho de funções de tradução e interpretação, um *link* para mais conhecimentos sobre a história dos idiomas oficiais e outro trecho sobre os dias comemorativos dos idiomas. Este último, embora o título de seu texto explicativo esteja escrito "los días conmemorativos de los idiomas", é informado uma política da Organização para a comemoração apenas dos seis idiomas oficiais dessa instituição.

Tal política é uma atividade promovida pelo Departamento de Informação Pública, em que essa instituição programa um dia especial a cada um dos seis idiomas oficiais da Organização. Seu propósito consiste em "celebrar el multilingüismo y la diversidad cultural,

así como promover el uso equitativo de las seis lenguas en la Organización. Además, tienen el objetivo de aumentar la concienciación y el respeto por la historia, la cultura y los de cada una de las seis leguas (...)." (ONU, 2018). Por conseguinte, novamente o termo multilinguismo é utilizado com uma outra denotação, uma vez que tal política abrange somente os seis idiomas oficiais da ONU. Ademais disso, essa atividade demonstra um importante instrumento de promoção e divulgação dessas línguas.

Em síntese, essa seção se mostrou eficiente por atender ao desejo de estabelecer uma análise que transcendesse os documentos oficiais já analisados em outras partes desta pesquisa para observar a construção de um discurso de maior visibilidade. O conteúdo evidenciado por primeiro, o vídeo, procura construir uma marca de uma Organização que carrega o multilinguismo em suas ações, assim, esse interpreta o multilinguismo como um termo garantidor do respeito e da representatividade de diversos idiomas coexistindo em um mesmo ambiente. Observou-se a propagação de dois discursos que garantem e legitimam o fórum global, o discurso da guerra perpétua e o discurso de um ambiente linguisticamente diversificado e representativo. Este último, portanto, cristaliza uma marca sobre a Organização.

Somando a isso, percebe-se uma continuação deste discurso no site oficial sobre a questão dos idiomas oficiais. É trazida a concepção de um espaço que contém trocas linguísticas concisas e claras e que ainda integra uma grande diversidade de idiomas em seu ambiente, promovendo o respeito e a representatividade. Ademais, é demonstrado as línguas oficiais da ONU, vinculando a uma idealização de que a Organização responde por todas as suas atividades. Ora, a ONU é uma instituição internacional que funciona por meio de diferentes órgãos, secretarias, departamentos e agências. A propagação de uma língua oficial da Organização conduz ao entendimento de que todo seu organograma estabelece tal política linguística, contudo, é demonstrado pelo capítulo 2 a ausência sobre o tema em seu documento fundacional e, conseqüentemente, a transferência dessa tarefa para cada organismo. Nesse aspecto, o site oficial ao propagar uma mensagem e uma marca sobre a ONU, oculta seu organograma e seu sistema de funcionamento.

Sendo assim, compreendendo os discursos vinculados em tais fontes analisadas, observa-se que a formação de uma mensagem com verdades impostas é também uma forma de disseminação de poder. Quando a ONU vincula em seu site oficial referente a seus idiomas oficiais e de trabalho tal vídeo e tal texto, é visto, então, a propagação de uma marca através de regimes de verdades instaurados. Os grupos que controlam tais sistemas de construções de saberes, controlam a obtenção de uma verdade (FOUCAULT, 1979, p. 12). O poder é também

exercido através desses mecanismos analisados, uma vez que a Organização propaga uma imagem institucional e cria uma marca.

Ainda assim, reconhecendo os estudos de Bourdieu apresentados no capítulo 1 e a análise sobre o sistema linguístico da ONU demonstrado pelo capítulo 2, o vídeo desperta questionamentos para esta pesquisa sobre a existência de um mercado linguístico dentro da Organização. Ora, um local de encontro de inúmeras línguas em um mesmo espaço conforma uma busca por um "capital simbólico" entre os distintos grupos de poder (BOURDIEU, 1989, p. 11), uma vez que as trocas linguísticas refletem disposições de força entre os locutores e os grupos receptores (BOURDIEU, 2008, p. 23). Dessa maneira, há, nesse ambiente institucional, uma economia de trocas simbólicas, em que os atos de comunicação são também relações de disputa entre os locutores. Entretanto, o discurso construído acerca do multilinguismo institucional e representativo, exposto no vídeo e no texto, parece esconder tal realidade descrita pelo autor.

3.3 O MERCADO LINGUÍSTICO DA ONU

Seguindo a análise desta pesquisa, a terceira seção deste capítulo busca compreender as trocas linguísticas estabelecidas dentro dos espaços dessa Organização, utilizando dos postulados de Bourdieu apresentados no decorrer do capítulo um. Assim, devido ao questionamento gerado durante a seção anterior, propõe-se aqui a concepção do mercado linguístico desse fórum global, para verificar a veracidade do discurso - aquele que atribui à ONU um local de diversidade linguística e representatividade - encontrado no vídeo e no site oficial da Organização. Esta seção tenta analisar se as trocas linguísticas são efetuadas de maneira clara e concisa, como é vinculado pelo site oficial.

No entanto, essa pesquisa se depara com algumas limitações de fontes para essa análise proposta. Em primeiro, como é sabido, a ONU distribui suas atividades através de um extenso organograma, sendo que todas suas atuações são cumpridas por tais organismos. Por conseguinte, a proposta de analisar as trocas linguísticas dessa Organização Internacional engloba todos esses espaços. Essa é uma tarefa que exige, portanto, o depoimento de todos os funcionários e equipes de trabalho dos diversos organismos que compõem tal organograma. Logo, as limitações relatadas se referem ao acesso e a quantidade de tais testemunhas.

Assim, não cabe dentro deste trabalho o relato de toda a equipe de trabalho da ONU, sendo necessário analisar somente alguns ambientes específicos que vivenciam as escolhas

linguísticas descritas pelo capítulo dois. Por esse modo, um caminho encontrado por esta pesquisa consiste na análise de algumas entrevistas específicas de equipes que atuam/atuaram em alguns desses espaços. A partir disso, é apresentado um vídeo produzido institucionalmente através do Programa de Comunicação e de Idiomas das Nações Unidas¹²². Embora seja um vídeo produzido por uma instituição da ONU, esse conteúdo audiovisual expõe a opinião de funcionários e representantes de Estados-membros que frequentam/frequentaram os espaços dessa instituição e que conseguem expor sobre seus desafios comunicativos vivenciados.

Após isso, como uma forma de complementar a leitura sobre o cenário linguístico desses espaços, soma-se a análise de três entrevistas realizadas por esta pesquisa. Com o intuito de encontrar uma perspectiva de falantes que possuem uma língua materna não reconhecida nem como língua oficial e nem como língua de trabalho, é delimitado, então, a leitura de entrevistas somente com indivíduos brasileiros que trabalham/trabalharam para algum órgão da ONU. Foram realizadas três entrevistas, sendo essas de dois funcionários que atuaram em uma missão brasileira junto à ONU, sede em Nova Iorque, para a Assembleia Geral, e mais um funcionário do escritório para assuntos de desarmamento das Nações Unidas (UNODA)¹²³, sede em Viena. Desse modo, os entrevistados compartilham alguns pontos em comum: todos possuem uma graduação em um ensino superior; todos possuem o domínio em, pelo menos, uma das línguas oficiais e de trabalho do órgão ou escritório em que trabalharam¹²⁴.

Destarte, seguindo para o conteúdo a ser abordado, o vídeo¹²⁵, denominado como "Inglês nas Nações Unidas: os desafios de uma língua em comum"¹²⁶, expõe as observações e perspectivas sobre os desafios linguísticos nos ambientes de trabalho de diferentes funcionários da sede da Assembleia Geral, localizada em Nova Iorque, além de alguns representantes de Estados-membros que atuam nesse ambiente. Produzido institucionalmente através do Programa de Comunicação e de Idiomas das Nações Unidas, traz os pontos e vista de indivíduos vindos da Turquia, Togo, Bolívia, República Democrática do Congo, Costa do Marfim,

¹²² O Programa de Comunicação e de Idiomas das Nações Unidas (tradução nossa para: The Language and Communications Programme at the United Nations) baseia-se no programa institucional dessa Organização para a implementação do ensino de línguas aos funcionários desse organismo internacional. Tal programa já foi indicado durante a seção anterior deste capítulo ao abordar algumas das políticas linguísticas em prol do tratamento igualitário aos seis idiomas oficiais e de trabalho da Assembleia Geral.

¹²³ A UNODA consiste em um escritório para os assuntos de desarmamento integrado dentro do Secretariado, um dos seis órgãos principais. Seu objetivo concentra-se na formulação de normas para o desarme e o conduto de armas de fogo, atuando em diferentes iniciativas e regimes internacionais. Por ser um escritório de responsabilidade do Secretariado, a UNODA tem como língua oficial o árabe, o chinês, o espanhol, o francês, o inglês e o russo, e como língua de trabalho somente o inglês e o francês.

¹²⁴ Essa última característica em comum também é um dado exigido pela ONU para qualquer funcionário que venha a atuar em alguns de seus espaços institucionais.

¹²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZTZAKKvir7E>. Acessado em: 28/06/2018.

¹²⁶ No original: "English at the United Nations: the challenges of one common language" (ONU, 2018).

México, EUA, Burundi e Holanda. Tais sujeitos - que também podem ser visualizados na imagem 3 - são entrevistados a partir de questões que envolvem o uso do inglês naquele ambiente de trabalho, por consequência, cada entrevistado terá suas considerações únicas vindas dos desafios linguísticos cotidianos em se pronunciar através do idioma inglês.

Imagem 3: Captura de tela do vídeo "English at the United Nations: the challenges of one common language".



Fonte disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZTZAKKvir7E>. Acessado em: 23/06/2018.

É importante salientar, antes de qualquer avanço analítico, que a única versão encontrada por esta pesquisa deste conteúdo está somente disponibilizada em inglês e com legenda para esse mesmo idioma. Assim, embora os entrevistados consigam se pronunciar em um dos outros idiomas oficiais e de trabalho da ONU, toda a comunicação filmada é realizada em inglês. Não é informado se essa é uma escolha dos produtores do vídeo, ou dos próprios entrevistados, uma vez que esses poderiam falar em qualquer outro idioma desse ambiente institucional categorizado como multilingue por outros documentos oficiais da Assembleia Geral.

Isto posto, o vídeo não apresenta as questões que foram selecionadas pelo entrevistador, o conteúdo apresentado é somente separado didaticamente em 3 temas distintos: "Vimos de diferentes países; Algumas vezes nos deparamos com desafios; Nós conseguimos

superar os desafios em conjunto"¹²⁷ (ONU, 2013). Dessa forma, é possível perceber algumas práticas desse ambiente institucional relatados pelos entrevistados, como as diversas variedades do inglês encontradas. O tema é relatado apenas pelos anglófonos e pelo entrevistado holandês, percebendo que tais variações são identificadas mais pelo ponto de vista de falantes que já dominam esse idioma. Vê-se que o ambiente da ONU é categorizado como um espaço internacional devido a quantidade de sotaques em inglês ali encontrado.

Por conseguinte, tal relato manifesta a concepção do sujeito em que um local internacional seria aquele que diversos falantes de outros idiomas utilizam o inglês como um idioma comum para se comunicar. Sendo assim, observa-se, com esta enunciação, que as práticas linguísticas da ONU são conduzidas em uma grande parte através do inglês. Em seguida, já sobre um outro tema, é exposto algumas questões relativas à especificidade do ambiente de trabalho dessa Organização Internacional. O holandês destaca os diferentes vocabulários específicos que se utilizam durante sua rotina de trabalho e que não se ouvem em outros lugares. São conteúdos especificamente técnicos, como as diversas siglas usadas para identificar os organismos que funcionam em nome da ONU e alguns termos peculiares usados em reuniões de temas específicos.

O próximo tema a ser analisado derruba o mito construído pelo primeiro vídeo exposto neste capítulo, esse de que a equipe que conduz os trabalhos do fórum internacional seria capaz de se comunicar em diferentes idiomas¹²⁸. No entanto, os depoimentos das representantes¹²⁹ da Bolívia e Turquia expõem suas dificuldades em se pronunciarem e compreenderem os demais colegas em reuniões de trabalho quando são conduzidas em inglês. Vê-se o seguinte depoimento:

Quando comecei a trabalhar aqui em Nova Iorque, eu não sabia uma palavra em inglês (...). Antes de iniciar o encontro, eu apresento um parágrafo, mas na reunião eu tenho que explicar minha posição. Eu disse ao meu amigo, 'por favor, faça-o para mim'. Eles disseram, 'não posso, eu sou de outro país. Você tem que falar como uma boliviana' (ONU, 2013)¹³⁰.

¹²⁷ No original: "We come from many different countries; We sometimes faces challenges; We can overcome the challenges together". (ONU, 2013).

¹²⁸ Esse é um dos pontos que auxiliam na construção do discurso propagado pelo primeiro vídeo, a existência de um ambiente linguístico diversificado e representativo.

¹²⁹ É interessante destacar que não há nenhuma norma linguística recomendada pela Assembleia Geral para a capacidade dos representantes de Estados-membros se pronunciarem em um outro idioma oficial ou de trabalho desse organismo. A exigência estabelecida é referente à contratação de funcionários desse órgão, uma vez que os funcionários desse espaço só são contratados caso venham a ter o domínio em pelo menos uma das línguas oficiais e de trabalho da Assembleia Geral (A/RES/2480 (XXIII), 1968, p. 1).

¹³⁰ No original: "When I started working here in New York, I didn't know any world of English (...). Before the meeting, I present a paragraph, but in the meeting, I have to explain my position. I said to my friend: 'please, do for me'. They said, 'I can't, I'm from another country, you have to speak as Bolivia.'" (ONU, 2013).

Desse modo, é evidente o desconforto da diplomata em se pronunciar pelo idioma identificado. Há a ocorrência de trocas linguísticas em que alguns grupos são beneficiados por meio da escolha linguística realizada, ademais, é evidente que essa gostaria de ter adotado um outro idioma para sua reunião. Sendo assim, percebe-se que apesar de seu idioma materno - o espanhol - ser considerado como uma língua oficial e de trabalho da Organização, a representante boliviana não é atendida por serviços de tradução e interpretação a todos os momentos. Isto posto, mesmo que de acordo com o estatuto interno da Assembleia Geral, há ocasiões em que a diplomata se sentiu no dever de conduzir uma interlocução em inglês, um idioma ao qual essa não se sentia totalmente confortável para expressar seus pontos de vista.

Tal situação não é somente presenciada por essa diplomata, um outro representante, vindo de Togo, esclarece uma outra disparidade entre os idiomas desse espaço, contido na seguinte frase: "em alguns debates, o primeiro relatório que temos é em inglês, antes de o traduzirmos para o francês. E, em alguns momentos, não temos muito tempo, temos que, então, lidar com a leitura em inglês."¹³¹ (ONU, 2013). Por conseguinte, nota-se nesse, e em outros comentários, uma hierarquia já entre os seis idiomas oficiais e de trabalho da Assembleia Geral, privilegiando a utilização de um único idioma em relação ao uso em conjunto de todas as seis línguas reconhecidas.

Ademais, uma outra situação também é informada pelo vídeo, uma funcionária, respondendo em nome da delegação mexicana, expressa sua opinião sobre a utilização do inglês em reuniões de trabalho da seguinte maneira "Tentamos ser respeitosos. E tentamos usar frases e expressões padronizadas"¹³² (ONU, 2013). Com isso, compreende-se a ausência de um domínio sobre o inglês relatado por ela, tendo que optar por estabelecer uma comunicação através de frases e expressões padronizadas. Conclui-se que seu pensamento e seus argumentos não serão totalmente defendidos, estabelecendo, assim, trocas linguísticas em que diferentes grupos estarão privilegiados por uma escolha linguística. Portanto, é observado, nesse vídeo, uma outra visão sobre o espaço institucional da ONU, uma visão vinda de uma perspectiva de seus funcionários entrevistados.

Em continuação à proposta desta seção, insere-se a análise das entrevistas realizadas por este autor. Tais entrevistas foram elaboradas através do preenchimento de um

¹³¹ No original: "For some debates, the first report we have is in english, before we translate it into french. And sometimes we don't have much time, so you have to deal with reading it in english." (ONU, 2013).

¹³² No original: "We try to be respectful. And we try to use standard phrasing and expressions" (ONU, 2013).

questionário no *Google Forms*, que visa uma leitura qualitativa sobre as perspectivas vivenciadas de indivíduos brasileiros que atuam/atuaram em algum espaço institucional da ONU. Por conseguinte, é tido como material de análise dois relatos de funcionários que atuaram na Assembleia Geral da ONU¹³³, por meio de uma missão permanente do Brasil na ONU, e mais outro relato de um brasileiro que atuou na UNODA, escritório integrado do Secretariado da ONU. O roteiro das perguntas utilizadas se encontra no apêndice A deste trabalho, assim como também as entrevistas transcritas.

Primeiro, é identificado, pelos três entrevistados, o inglês como a língua mais utilizada em seus ambientes de trabalho. Como justificativa, o funcionário da UNODA escreveu que "em nosso escritório, todo o trabalho e comunicação eram realizados em inglês, seja relatórios, e-mails, reuniões ou comunicações no dia-a-dia" (ENTREVISTADO 2, 2018). Sendo assim, embora o brasileiro esteja em um ambiente que apenas duas línguas eram reconhecidas como línguas de trabalho, o inglês e o francês, era nítida a utilização não paritária desses idiomas. Já para os dois brasileiros atuantes na Assembleia Geral, é conferido os seguintes relatos:

o inglês é falado a todo momento na ONU em Nova Iorque. Mesmo entre diplomatas latino-americanos falantes de espanhol, por vezes, em razão do ambiente da Organização e das negociações, o inglês é o idioma mais utilizado. Acredito que o segundo idioma mais utilizado seja o francês, pois, mesmo nas instalações da sede da ONU em Nova Iorque, todas as informações e indicações de lugares estão em inglês e em francês. (ENTREVISTADO 3, 2018).

Logo, é relatado que os espaços da Assembleia Geral apresentam uma disparidade em seu cenário linguístico, mesmo após as diferentes resoluções mostradas por este capítulo referente ao uso do seu sistema linguístico e o reconhecimento da importância de um tratamento igualitário aos seis idiomas oficiais e de trabalho do órgão. Há uma utilização institucional de duas línguas em detrimento de outras, desfazendo, então, o discurso de um ambiente linguisticamente diversificado e representativo, construído pelo vídeo "un mundo, muchos idiomas".

Em contrapartida, ao serem questionados sobre qual o idioma eles mais utilizam em seus ambientes de trabalho, os dois brasileiros, que atuaram na missão permanente do Brasil na ONU, responderam o português (mesmo esse idioma não sendo reconhecido como língua oficial ou de trabalho do organismo em que atuaram, a Assembleia Geral). Tal resposta foi

¹³³ Por opção desta pesquisa, será garantido o anonimato dos entrevistados. Logo, os brasileiros que atuaram na missão permanente do Brasil na ONU serão identificados como Entrevistado 1 e Entrevistado 3. O outro brasileiro que trabalhou para a UNODA será identificado como Entrevistado 2.

explicada devido ao grande número de diplomatas, oficiais de chancelaria e assistentes de chancelaria brasileiros que trabalharam em conjunto com os entrevistados (ENTREVISTADO 3, 2018). Todavia, foi esclarecido - e validando o resultado da questão anterior - que durante as atividades realizadas pelo órgão, o idioma mais pronunciado era o inglês (idem). Outrossim, o inglês foi o idioma mais utilizado pelo entrevistado que atuou em Viena.

Seguindo para outra questão, apenas um, dos três entrevistados, relatou ter sofrido algum desentendimento linguístico durante sua experiência em algum espaço da ONU. Assim, o entrevistado 1 escreveu da seguinte forma: "acredito que alguns desentendimentos linguísticos ocorriam em reuniões com termos e siglas específicos que eu não possuía conhecimento anterior. Alguns desentendimentos também ocorriam quando a outra parte possuía inglês nativo e, portanto, falava mais rápido." (ENTREVISTADO 1, 2018). Por conseguinte, o brasileiro menciona algumas questões já relatadas pelos entrevistados do vídeo "Inglês nas Nações Unidas: os desafios de uma língua em comum", uma vez que o representante holandês destaca os diferentes vocabulários específicos de sua rotina de trabalho.

Ainda assim, o entrevistado 1 evidencia uma prática linguística que demonstra uma posição privilegiada de outros falantes, pois sabendo do uso majoritário do inglês nesse local, os locutores nativos desse idioma podem sair favorecidos em uma comunicação por não se preocupam em traduzir sua fala e interpretar a mensagem do outro. Dilema sofrido pelo brasileiro entrevistado. No entanto, os outros dois brasileiros negaram ter presenciado qualquer desentendimento linguístico. Lê-se que "Todos eram fluentes, ou possuíam um nível avançado, do idioma de trabalho (inglês). Além do mais, as reuniões oficiais e conferências possuíam tradução simultânea a outros idiomas, o que evitava qualquer desentendimento linguístico" (ENTREVISTADO 2).

Por consequência, o entrevistado 2 demonstra sua satisfação com a atual escolha linguística de seu ambiente de trabalho. É interessante notar que tal relato deve ser interpretado conhecendo a política linguística¹³⁴, recomendada por uma resolução da Assembleia Geral, de contratação de novos funcionários para os espaços da Assembleia Geral e da Secretaria (A/RES/2480 (XXIII), 1968, p. 1). Por esse modo, vê-se a razão de todos os funcionários de

¹³⁴ Tal política linguística, já apresentada por este trabalho durante a primeira seção deste capítulo 3, evidencia as normas de contratação de novos funcionários como modo de incentivar o tratamento igualitário entre os seis idiomas oficiais da Assembleia Geral e do Secretariado. É recomendado a elaboração de uma norma para futuras contratações de funcionários desses órgãos, em que tais empregados deverão ter o domínio de, pelo menos, uma das línguas oficiais estabelecidas pelo seu ambiente de trabalho (A/RES/2480 (XXIII), 1968, p. 1).

um escritório do Secretariado possuir um nível avançado de um idioma de trabalho, além da satisfação com a tradução simultânea aos outros idiomas¹³⁵.

No entanto, ao analisar a resposta do entrevistado 2 em uma outra pergunta é verificado a disparidade entre as posições dos sujeitos que atuam em seu ambiente de trabalho. O brasileiro nega que todos da sua equipe de trabalho da UNODA detenham das mesmas condições e facilidades de se pronunciar em algum diálogo, justificando que "Por diversos momentos alguns de meus colegas demonstravam ter menor facilidade de diálogo por utilizarem um idioma que não era sua língua materna." (ENTREVISTADO 2, 2018). Assim, as trocas linguísticas desse ambiente apresentam sujeitos com posições distintas, em que um grupo de locutores possui uma vantagem em relação a outros grupos, estabelecendo, portanto, relações de poder dentro desse mercado linguístico.

Em seguida, questiona-se se os entrevistados considerariam ter uma comunicação melhor com sua língua materna, sendo essa reconhecida em seu ambiente de trabalho como língua oficial ou de trabalho. Os entrevistados 1 e 3, esses que atuaram na missão permanente do Brasil na ONU responderam que sim, identificado também o uso majoritário do português em suas rotinas de trabalho. Por outro lado, o entrevistado 2 optou pelo não, justificando da seguinte forma:

Em um primeiro momento eu responderia que sim, visto que o uso da língua materna permitiria que eu tenha maior facilidade na produção de documentos e em reuniões, etc. Porém, opto por responder que não pelo fato de que acredito que a introdução do português como uma língua reconhecida em meu ambiente de trabalho não alteraria o modus operandi do escritório/organização. Mesmo com a possibilidade de introdução da minha língua materna, a maioria das reuniões que participo/participava além dos documentos que eu necessitava produzir continuariam a ser em inglês, ou seja, não haveria uma comunicação melhor mesmo com o reconhecimento da minha língua materna em meu ambiente de trabalho (ENTREVISTADO 2, 2018).

Como consequência de seu comentário, é possível observar diferentes práticas linguísticas de seu ambiente de trabalho, além da aplicação das políticas linguísticas instituídas para esse espaço. Em primeiro, o brasileiro opta por responder não devido a sua perspectiva em observar que sua rotina de trabalho não iria ser modificada pela adesão de seu idioma materno. As reuniões e os documentos necessários para seu trabalho ainda continuariam utilizando o inglês como forma de comunicação, e não o uso paritário entre os seis idiomas oficiais com a tradução simultânea de pronunciamentos e documentos, como é assegurado pelo estatuto interno do Secretariado.

¹³⁵ Embora não seja mencionado pelo entrevistado 2, o Secretariado somente provém a tradução simultânea aos seus seis idiomas oficiais.

Desse modo, tal relato demonstra que, mesmo embora seja reconhecido seis idiomas oficiais e dois idiomas de trabalho para o seu escritório, a língua mais utilizada, em diálogos e documentos, para conduzir seus trabalhos é o inglês. Logo, a política de um tratamento paritário entre os seis idiomas, apresentada e defendida pelas resoluções da Assembleia Geral, não conseguem atingir resultados eficientes. Em suma, é importante reconhecer que não seria somente a adesão de uma nova língua que viria a modificar o uso exagerado do inglês, uma vez que a utilização paritária de línguas em ambientes plurilingues se conquista com um planejamento linguístico e com a prática de diferentes atitudes para tal objetivo.

Não obstante, o reconhecimento de um idioma em uma Organização Internacional de suma importância e atuação no cenário internacional traria igualdades de direitos linguísticos e reconhecimento para outros falantes. Nesse aspecto, através do vídeo analisado e da leitura qualitativa dessas respostas, enxerga-se a existência de grupos que se beneficiam dessa rotina de trabalho, uma vez que a comunicação é conduzida majoritariamente em inglês. Tal grupo exerce um poder sobre os demais falantes, pois controlam com mais facilidade a elocução de palavras por não apresentarem barreiras em se pronunciarem ou se fazerem entender para outros colegas de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia procurou compreender o sistema linguístico da ONU e a relação entre suas práticas linguísticas com as normas de comunicação e interpretação estabelecidas. Nesse sentido, os três capítulos buscaram responder os diferentes objetivos específicos, sendo esses tinham o intuito de proporcionar a construção da análise e dos resultados obtidos para a verificação da hipótese desta pesquisa. Por conseguinte, obtém-se algumas conclusões finais e caminhos para novas pesquisas referente ao tema.

No entanto, antes de apresentar tais conclusões, cabe ainda ressaltar que este trabalho, assim como também as futuras propostas de pesquisas em relação ao tema, se inserem em um quadro de pesquisas no campo de Relações Internacionais ainda muito limitado e preso em temas tradicionais à disciplina. Desse modo, esta monografia eleva o número de trabalhos com a temática apresentada para esse campo acadêmico, contribuindo para a visibilidade de tais temas e enriquecendo essa base teórica. Espera-se que este trabalho inspire e influencie outros pesquisadores, possibilitando uma maior visão do campo de estudos de Relações Internacionais.

Isto posto, como visto durante o capítulo dois, é possível considerar que o sistema de regras, arquitetado e legalizado pela Carta das Nações Unidas, reflete a repercussão de um discurso histórico que auxiliou na legitimação das relações de dominação contidas no documento. Como as relações de dominação estruturadas por este documento fundacional, entende-se a disposição dos principais órgãos criados pelo documento. A atuação do uso da violência é legitimada apenas em um órgão principal, o Conselho de Segurança, esse tendo cinco membros permanentes (China, EUA, França, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Rússia) e com o consenso necessário de cada um desses para qualquer decisão do organismo. Percebe-se uma hierarquia entre os órgãos da ONU.

A partir disso, compreende-se que os sistemas de pacificação ou regulação de uma ordem construídos - que também foram demonstrados por esta pesquisa - se estruturam através do "discurso da guerra perpétua", pois sabendo que há a ocorrência de disputas ininterruptas em todos os contextos históricos, é criado um sistema de regras e técnicas como forma de assegurar as posições de relações de poder existentes (FOUCAULT, 2010, p. 43). O anseio de uma possível modificação dessas posições reflete na pacificação conformada por uma lei (idem).

Ademais, também como uma forma de dominação e exercício de um poder, o documento assinado pelos países, que legitimou a criação dessa Organização Internacional, não

contém nenhuma alusão a qualquer referência sobre o tratamento de idiomas dentro desse espaço institucional. É ausente qualquer política ou planejamento linguístico, evidenciando que os Estados-membros concordaram em aderir a um espaço de encontro internacional sem a informação prévia de como se estabeleceria as relações de comunicação e a garantia da interpretação de seu pronunciamento. Como consequência, as trocas linguísticas seriam estruturadas e asseguradas por um sistema linguístico instituído após o conhecimento da adesão desses atores.

Assim, devido à ausência de uma política linguística única para toda a Organização Internacional, observou-se a conformação de diferentes ordenamentos linguísticos. Cada organismo dentro ONU pode construir seu sistema linguístico. Desse modo, dentre os órgãos analisados pelo capítulo dois, conclui-se que o inglês e o francês são os idiomas mais reconhecidos pelas escolhas linguísticas desses organismos, representando uma porcentagem de participação no sistema linguístico de 19%, em seguida do espanhol com 16% (esse dado pode ser relacionado com a história do reconhecimento do idioma aos órgãos das Nações Unidas, sendo a terceira língua garantida com o status de idioma oficial da Assembleia Geral das Nações Unidas).

Em síntese, percebe-se que a informação trazida pela Organização, e demonstrada pelo capítulo dois, de que essa possui seis idiomas oficiais, não condiz com a realidade analisada por esta presente monografia. Não há uma implementação de uma política linguística coesa para toda a instituição internacional. Nesse sentido, ter o *status* de língua oficial da ONU não corresponde a nenhum significado de imediato, tendo em vista a diversidade de sistemas linguísticos encontrados. Em um momento posterior, durante o capítulo três, também foi evidenciado algumas informações divulgadas pela Organização sobre seu sistema linguístico.

Desse modo, os meios de informação, que recebem uma propagação maior de seus conteúdos, apresentam uma imagem desse fórum global que diverge de outros contextos observados durante esta monografia. Conclui-se que a ONU procura viabilizar a construção de uma marca sobre seu funcionamento, essa contendo um discurso de uma Organização Internacional multilingue e representativa. Através das análises das fontes estudadas, notou-se a propagação de diferentes conteúdos que procuram sintetizar esse fórum global através desses conceitos. Assim, é possível verificar um posicionamento da ONU ao tentar vender um discurso sobre seu funcionamento linguístico.

No entanto, contestando o conteúdo do discurso propagado pela instituição, são analisados os relatos de diferentes sujeitos que presenciaram as práticas linguísticas em diversos espaços institucionais dessa Organização. Assim, as experiências de tais falantes narram um

espaço de encontro de diferentes línguas, entretanto, nem todas podem ser utilizadas a todo o momento. São descritos desentendimentos linguísticos, desconfortos e barreiras para se pronunciar e a utilização majoritária de um idioma. Desse modo, de acordo com Bourdieu, os instrumentos de conhecimento e de comunicação contribuem para a formação de um sentido do mundo social e para a reprodução de uma ordem social, essa vinculada aos símbolos reproduzidos pelo uso de um idioma em comum (BOURDIEU, 1989, p. 10). Logo, as produções simbólicas acabam sendo utilizadas também como instrumentos de dominação (idem). Em relação ao tema, Foucault descreve um controle realizado por técnicas e tecnologias diferentes para sustentar as diversas formas de dominação entre as relações de sujeitos (FOUCAULT, 2010, p. 47). O reconhecimento de tais idiomas oficiais e de trabalho desses organismos foram instituídos a partir de uma resolução tida como justa, foram admitidos como institucional para estabelecer uma ordem.

Sendo assim, por meio do estabelecimento do discurso da "guerra perpétua", percebe-se que essa verdade conquistada pela ordem, assim como as regras instauradas pela justiça, foram elementos necessários para se evitar um outro conflito (FOUCAULT, 2010, p. 46). Percebe-se, então, o exercício de mecanismos de exclusão através da aplicação de um desejo sobre o poder (FOUCAULT, 1996, p. 19) para que não se modifique as posições de autoridade entre os grupos. São os diferentes poderes que atuam sobre a produção de discursos, em que nem todos possuem o direito da fala, nem todos são sempre ouvidos e nem todos recebem o mesmo conhecimento (uma vez que os documentos traduzidos pela ONU são produzidos primeiro, como verificado nas entrevistas, em inglês) (FOUCAULT, 1996, p. 16-17).

Verifica-se, portanto, uma procura pela integração através de uma linguagem dominante (idem), essa sendo representada pelo inglês. A cultura que se diz promover a união, conduz também formas de segregações e desaparecimento de outras formas de se comunicar. (BOURDIEU, 1989, p. 11). É relatado que o ambiente institucional da Assembleia Geral e da UNODA configuram um mercado linguístico, em que diferentes estilos linguísticos disputam o maior controle sobre um poder simbólico, esse que é utilizado como um instrumento de dominação. Essa seção expõe que o idioma inglês consiste no estilo linguístico dominante dentro do mercado linguístico daquele ambiente institucional apresentado. As disposições do poder simbólico são controladas por tais locutores, que realizam uma violência simbólica (uma dominação de um grupo linguístico sobre o outro).

Finalmente, constata-se a veracidade da hipótese formulada, uma vez que o ato da fala compõe uma das diferentes técnicas utilizadas pela ONU com o intuito de manter suas

relações de poder e de controle de um grupo sob outros. O sistema linguístico da ONU é formulado através de diferentes interesses, em que por meio das categorias linguísticas de idiomas oficiais e idiomas de trabalho, se escondem relações de dominação e controle. Ademais, as práticas linguísticas observadas dentro desses espaços confirmam que nem todos conseguem falar e nem todos são sempre interpretados. Há um controle sob as palavras, conseqüentemente, há uma busca pela dominação de um capital simbólico, sendo praticadas, então, violências simbólicas com diferentes grupos de locutores.

Cabe agora ressaltar possíveis projetos de novas investigações que surgiram com as conclusões aqui apresentadas. Em primeiro lugar, por não ser o objetivo desta monografia trazer novas política linguísticas que viessem a reformular tais espaços, houve um crescimento de uma aspiração em encontrar diferentes saídas para tal contexto analisado. Em seguida, em continuidade com as perspectivas teóricas abordadas nesta pesquisa, destaca-se uma investigação sobre o ordenamento linguístico e práticas linguística para a atuação da ONU em alguma de suas missões de paz estabelecidas. Ademais, pode-se desenvolver também uma futura análise sobre os diferentes significados e interpretações da palavra multilinguismo para essa Organização Internacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A. REFERÊNCIAS DE DOCUMENTOS

MOSCOW CONFERENCE OF FOREIGN SECRETARIES, 1943. Disponível em: <https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000003-0816.pdf>. Acessado em: 12/02/2016.

NAÇÕES UNIDAS, Organização (ONU). **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945.

_____. Informe do Departamento Comum de Inspeção 2011/14. 2012. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/724628/files/A_67_78-ES.pdf. Acessado em: 12/06/2018.

_____. Regulamento da Assembleia Geral das Nações Unidas 520. 2016. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/520/rev.18>. Acessado em: 23/02/2018.

_____. Regulamento do Conselho de Segurança 96, Rev. 7. 1983. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/96/Rev.7>. Acessado em: 21/02/2018.

_____. Regulamento do Conselho Econômico e Social 5715, Rev. 2. 1992. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=E/5715/Rev.2>. Acessado em: 30/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 2 (I) de 1 de fevereiro de 1946. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/2\(i\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/2(i)). Acessada em: 18/06/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 262 (III) de 11 de dezembro de 1948. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/262\(iii\)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/262(iii)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S). Acessado em: 22/02/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 2479 (XXIII) de 21 de dezembro de 1978. Disponível em:

[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2479%20\(XXIII\)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2479%20(XXIII)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S). Acessado em: 28/02/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 3189 (XXVIII) de 18 de dezembro de 1973. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/3190\(xxviii\)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/3190(xxviii)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S). Acessado em: 23/02/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 3190 (XXVIII) de 18 de dezembro de 1973. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/3190\(xxviii\)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/3190(xxviii)&referer=http://ask.un.org/faq/14463&Lang=S). Acessado em: 23/02/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 3355 (XXIX) de 18 de dezembro de 1974. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/3355\(XXIX\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/3355(XXIX)). Acessado em: 23/02/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 32/237 de 11 de outubro de 1977. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/660422/files/A_32_237-EN.pdf. Acessado em: 03/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 2241 (XXI) de 20 de dezembro de 1966. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/2241\(XXI\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/2241(XXI)). Acessado em: 03/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 2480 (XXIII) de 21 de dezembro de 1968. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/2480\(XXIII\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/2480(XXIII)). Acessado em: 23/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 42/207 de 11 de dezembro de 1987. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/42/207>. Acessado em: 23/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 48/222 de 1 de março de 1994. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/48/222>. Acessado em: 23/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 50/11 de 15 de novembro de 1995. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/50/11>. Acessado em: 23/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 52/577 de 6 de novembro de 1997. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/306/11/pdf/N9730611.pdf?OpenElement>. Acessado em: 23/04/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 54/64 de 21 de janeiro de 2000. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/54/64>. Acessado em: 23/04/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 56/262, 2002. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/56/262%E2%80%A6>. Acessado em: 07/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 59/309 de 6 de julho de 2005. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/59/309>. Acessado em: 07/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 63/306 de 30 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/63/306>. Acessado em: 08/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 65/311 de 25 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/65/311>. Acessado em: 03/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 67/292 de 29 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/67/292>. Acessado em: 04/03/2018.

_____. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 69/324 de 21 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/69/324>. Acessado em: 04/03/2018.

_____. Resolução do Conselho Econômico e Social 1982/82, 1982. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/1982/82. Acessado em: 30/03/2018.

_____. Resolução do Conselho de Segurança 263 de 24 de janeiro de 1969. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=s/res/263\(1969\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=s/res/263(1969)). Acessado em: 24/03/2018.

_____. Resolução do Conselho de Segurança 263 de 15 de janeiro de 1974. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=s/11192. Acessado em: 24/03/2018.

_____. Resolução do Conselho de Segurança 263 de 21 de dezembro de 1982. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/528\(1982\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/528(1982)). Acessado em: 24/03/2018.

B. DEMAIS REFERÊNCIAS

ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ASHLEY, R.; WALKER, R. B. J. Introduction: speaking the language of exile: dissident taught in international studies. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 3, p. 259-268, 1990.

ARAÚJO, M. P. A.. A Ordem Mundial de Vestfália. In: Alexander Zhebit. (Org.). **Ordens e Pacis**: abordagem comparativa das relações internacionais. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, v., p. 71-78.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ARIZAGA, Mara Lisa. **Las minorías nacionales de China: el desafío de la integración, y la paradoja de la autonomía controlada**. Beijing: Universidad Alcalá de Henares, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. trad. **Fernando Tomaz**. Rio de Janeiro, 1989.

_____. WACQUANT, Loïc. La lógica de los campos. **Respuestas por una antropología reflexiva**, p. 63-78, 1995.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**; prefácio Sergio Miceli. - 2. ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. **Tradução Flávio Lira**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CASTRO, Thales. **Conselho de Segurança da ONU: Unipolaridade, Consenso e Tendências**. Curitiba: Jaruá, 2011.

CERVO, Amado Luiz. 2. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). **Relações internacionais: dois séculos de história**. Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética, v. 1, p. 59, 2001.

SILVA, André Luiz Reis da. A nova ordem europeia no século XIX: os efeitos da dupla revolução na história contemporânea. **Ciências & Letras**, n. 47, 2011.

DEVETAK, R. Postmodernism. In: BURCHILL, SCOTT, et al. **Theories of International Relations**. New York: Palgrave, 2005. p. 161-187.

DUROSELLE, J.B. **A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1976.

EDKINS, J. Poststructuralism. In: GRIFFITHS, Martin (Ed.). **International relations theory for the twenty-first century: an introduction**. Routledge, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. v. 2.

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Univeristária, 1977.

_____. **Power/Knowledge Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977**. New York: Pantheon Books, 1980.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da Lourua na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Microfísica do poder**; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 15, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976); Tradução Maria Emantina Galvão. – 2. Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FREIRE, L. G. (2008a). **O Impacto de Westphalia na Montagem de uma Nova Ordem na Política Mundial**. ILSA International Conference. Belo Horizonte.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O sexto membro permanente**: o Brasil ea criação da ONU. Contraponto, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Unesp, 1991.

GIDDENS, A.; PIERSON, C. **Conversas com Anthony Giddens**: o sentido da modernidade. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GRIFFITHS, Martin (Ed.). **International relations theory for the twenty-first century: an introduction**. Routledge, 2007.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea; TABAK, Jana. **Organizações internacionais: história e práticas**. Elsevier Brasil, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 97-118, 1995.

_____. **A era das revoluções**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

KISSINGER, H. **Ordem Mundial**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1962.

KURKI, Milja e WIGHT, Colin. **International Relations and Social Science**. In: Dunne, Tim; Kurki, Milja; Smith, Steve. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. 3.^a edição ed. Oxford: Oxford University Press.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 236-254, 1989.

LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MITRANY, David. The functional approach to world organization. **International Affairs**, v. 24, n. 3, p. 350-363, 1948.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NAÇÕES UNIDAS, Organização (ONU). **Un mundo, muchos idiomas**. 2017. (1m30s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=7&v=snsIAVXrWF8. Acessado em: 19/06/2018.

_____. **English at the United Nations: the challenges of one common language.** 2013 (3m45s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZTZAKKvir7E>. Acessado em: 23/06/2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.** Editora Vozes Limitada, 2010.

RESENDE, Erica Simone Almeida. Richard Ashley: o crítico subversivo e dissidente das Relações Internacionais. In: MEDEREIRO, M. A. ; LIMA, M. C. ; VILLA, R. D.; REIS, R. R.. (Org). **Teóricos das Relações Internacionais.** 1ed. São Paulo: Hucitec, v. 1, 2012.

RESENDE, Erica Simone Almeida. A crítica pós-moderna/pós- estruturalista nas relações internacionais. SENHORAS, E. M.; CAMARGO, J. F. (Orgs). Coleção Relações Internacionais, vol. 2. 2011.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst Otto (Ed.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial.** UnB, 2000.

SMITH, Steve. Positivism and Beyond. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. **International theory: positivism and beyond.** New York: Cambridge University Press, 1996. p. 11-44.

SODUPE, Kepa. *La Teoría de Las Relaciones Internacionales a Comienzos Del Siglo XXI.* Editora Universidade do País Basco, 2003.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 5-17, 1997.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa e seu eco.** Estudos Avançados, n. 6, v. 3, 1989.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little.** Routledge, 2009.

APÊNDICES

APÊNCIDE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS UTILIZADAS PELAS ENTREVISTAS

1) Para qual órgão/departamento/programa/escritório da ONU você atuou ou ainda realiza atividades?

2) De acordo com sua experiência, qual língua seria considerada como a mais utilizada em seu ambiente de trabalho na ONU?

- a) Inglês
- b) Francês
- c) Chinês
- d) Russo
- e) Espanhol
- f) Árabe
- h) Português
- i) Outro

(Justifique sua resposta)

3) De acordo com sua experiência, qual língua você mais utilizou/utiliza em sua rotina de trabalho?

- a) Inglês
- b) Francês
- c) Chinês
- d) Russo
- e) Espanhol
- f) Árabe
- h) Português
- i) Outro

(Justifique sua resposta)

4) Em algum momento do seu trabalho, você se sentiu no dever de se pronunciar em algum outro idioma do qual não gostaria?

- a) Sim
- b) Não

(Justifique sua resposta)

5) Durante sua rotina de trabalho, você já presenciou algum tipo de desentendimento linguístico?

- a) Sim
- b) Não

(Justifique sua resposta)

6) Em relação aos idiomas oficiais reconhecidos em seu ambiente de trabalho, você já se sentiu prejudicado por alguma escolha linguística em um diálogo durante seu expediente? Qual seria a frequência dessas situações?

(Respostas dadas em uma escala de 1 a 5, sendo 1 raramente e 5 muito frequente)

7) Durante seu trabalho na ONU, você já presenciou dificuldades e barreiras para se comunicar ou entender um outro falante? Qual seria a frequência dessas dificuldades?
(Respostas dadas em uma escala de 1 a 5, sendo 1 raramente e 5 muito frequente)

8) Pensando assim, de acordo com as línguas oficiais reconhecidas pelo seu ambiente de trabalho, você considera que todos de sua equipe de trabalho possuem/possuíam as mesmas condições e facilidades de se pronunciar em algum diálogo?
a) Sim
b) Não

(Justifique sua resposta)

9) De acordo com sua experiência, você consideraria que haveria uma comunicação melhor se sua língua materna fosse reconhecida pelo seu ambiente de trabalho?
a) Sim
b) Não

(Justifique sua resposta)

10) Você está satisfeito com a política linguística elaborada pelo seu ambiente de trabalho?
a) Sim
b) Não

(Justifique sua resposta)

11) Você teria uma sugestão de uma ação/ política que poderia ser implementada em seu ambiente de trabalho para melhorar as comunicações existentes?
a) Sim
b) Não

(Justifique sua resposta)

APÊNDICE B - ENTREVISTAS ANALISADAS

Entrevista conduzida com o Entrevistado 1

1) Para qual órgão/departamento/programa/escritório da ONU você atuou ou ainda realiza atividades?

Resposta: Missão Permanente do Brasil pra ONU.

2) De acordo com sua experiência, qual língua seria considerada como a mais utilizada em seu ambiente de trabalho na ONU?

Resposta: Inglês

Justificativa: Na minha experiência, o inglês era a língua mais utilizada nas reuniões dentro da ONU. Pessoas de países cuja língua principal era outra também recorriam ao inglês, talvez por ser mais "universal". A maioria dos eventos também eram em inglês, apesar de muitos contarem com tradução simultânea para as outras línguas principais do sistema Nações Unidas.

3) De acordo com sua experiência, qual língua você mais utilizou/utiliza em sua rotina de trabalho?

Resposta: Português

Justificativa: Como minha experiência foi na Missão brasileira, onde a maior parte da equipe era brasileira, a rotina de trabalho entre chefes, estagiários e outros funcionários geralmente se dava em português.

4) Em algum momento do seu trabalho, você se sentiu no dever de se pronunciar em algum outro idioma do qual não gostaria?

Resposta: Não

5) Durante sua rotina de trabalho, você já presenciou algum tipo de desentendimento linguístico?

Resposta: Sim

Justificativa: Acredito que alguns desentendimentos ocorriam em reuniões com termos e siglas específicos que eu não possuía conhecimento anterior. Alguns desentendimentos também ocorriam quando a outra parte era possuía inglês nativo e portanto falava mais rápido.

6) Em relação aos idiomas oficiais reconhecidos em seu ambiente de trabalho, você já se sentiu prejudicado por alguma escolha linguística em um diálogo durante seu expediente? Qual seria a frequência dessas situações?

Resposta: 2

7) Durante seu trabalho na ONU, você já presenciou dificuldades e barreiras para se comunicar ou entender um outro falante? Qual seria a frequência dessas dificuldades?

Resposta: 2

8) Pensando assim, de acordo com as línguas oficiais reconhecidas pelo seu ambiente de trabalho, você considera que todos de sua equipe de trabalho possuem/possuíam as mesmas condições e facilidades de se pronunciar em algum diálogo?

Resposta: Não

Justificativa: Acredito que os membros da equipe possuíam diferentes níveis de conhecimento sobre a língua inglesa, o que poderia facilitar ou dificultar o diálogo.

9) De acordo com sua experiência, você consideraria que haveria uma comunicação melhor se sua língua materna fosse reconhecida pelo seu ambiente de trabalho?

Resposta: Sim

Justificativa: Com certeza facilitaria caso o português fosse uma dos idiomas oficiais da ONU. Pessoas cuja língua materna era uma das oficiais podiam acompanhar diversas reuniões com tradução simultânea.

10) Você está satisfeito com a política linguística elaborada pelo seu ambiente de trabalho?

Resposta: Sim

Justificativa: Em parte sim, pela minha experiência ter sido metade português (escritório) e metade inglês (ONU). Se fosse totalmente uma língua estrangeira talvez teria mais dificuldades.

11) Você teria uma sugestão de uma ação/ política que poderia ser implementada em seu ambiente de trabalho para melhorar as comunicações existentes?

Resposta: Sim

Justificativa: Treinamentos com termos específicos utilizados na ONU e em reuniões de temas relevantes, principalmente em inglês.

Entrevista conduzida com o Entrevistado 2

1) Para qual órgão/departamento/programa/escritório da ONU você atuou ou ainda realiza atividades?

Resposta: United Nations Office for Disarmament Affairs.

2) De acordo com sua experiência, qual língua seria considerada como a mais utilizada em seu ambiente de trabalho na ONU?

Resposta: Inglês

Justifique sua resposta: Em nosso escritório todo o trabalho e comunicação eram realizados em inglês, seja relatórios, e-mails, reuniões ou comunicação no dia a dia.

3) De acordo com sua experiência, qual língua você mais utilizou/utiliza em sua rotina de trabalho?

Resposta: Inglês

4) Em algum momento do seu trabalho, você se sentiu no dever de se pronunciar em algum outro idioma do qual não gostaria?

Resposta: Não

5) Durante sua rotina de trabalho, você já presenciou algum tipo de desentendimento linguístico?

Resposta: Não

Justificativa: Todos eram fluentes, ou possuíam um nível avançado, do idioma de trabalho (inglês). Além do mais, as reuniões oficiais e conferências possuíam tradução simultânea a outros idiomas, o que evitava qualquer desentendimento linguístico.

6) Em relação aos idiomas oficiais reconhecidos em seu ambiente de trabalho, você já se sentiu prejudicado por alguma escolha linguística em um diálogo durante seu expediente? Qual seria a frequência dessas situações?

Resposta: 1

7) Durante seu trabalho na ONU, você já presenciou dificuldades e barreiras para se comunicar ou entender um outro falante? Qual seria a frequência dessas dificuldades?

Resposta: 1

8) Pensando assim, de acordo com as línguas oficiais reconhecidas pelo seu ambiente de trabalho, você considera que todos de sua equipe de trabalho possuem/possuíam as mesmas condições e facilidades de se pronunciar em algum diálogo?

Resposta: Não

Justificativa: Por diversos momentos alguns de meus colegas demonstravam ter menor facilidade de diálogo por utilizarem um idioma que não era sua língua materna.

9) De acordo com sua experiência, você consideraria que haveria uma comunicação melhor se sua língua materna fosse reconhecida pelo seu ambiente de trabalho?

Resposta: Não

Justificativa: Em um primeiro momento eu responderia que sim, visto que o uso da língua materna permitiria que eu tenha maior facilidade na produção de documentos e em reuniões, etc. Porém, opto por responder que não pelo fato de que acredito que a introdução do português como uma língua reconhecida em meu ambiente de trabalho não alteraria o *modus operandi* do escritório/organização. Mesmo com a possibilidade de introdução da minha língua materna, a maioria das reuniões que participo/participava além dos documentos que eu necessitava produzir continuariam a ser em inglês, ou seja, não haveria uma comunicação melhor mesmo com o reconhecimento da minha língua materna em meu ambiente de trabalho.

10) Você está satisfeito com a política linguística elaborada pelo seu ambiente de trabalho?

Resposta: Sim

Justificativa: Acredito que a possibilidade de em uma conferência alguém poder se expressar em 6 diferentes idiomas é bastante satisfatório e abrangente. Vejo que da mesma forma a adoção de uma língua padrão para o trabalho no dia a dia, no caso do meu escritório o inglês, é necessário para que haja uma base linguística de trabalho. Além do mais, a organização oferece cursos de idiomas para que os funcionários possam se sentir a vontade com a adoção de uma língua de trabalho diferente de suas línguas maternas. Em um primeiro momento eu seria contra a inclusão de qualquer outra língua a mais no rol de línguas oficiais da organização, devido aos altos custos que isso geraria com serviços adicionais de tradução.

11) Você teria uma sugestão de uma ação/ política que poderia ser implementada em seu ambiente de trabalho para melhorar as comunicações existentes?

Resposta: Não

Justificativa: Vejo que o modelo atual é satisfatório e abrangente.

Entrevista conduzida com o Entrevistado 3

1) Para qual órgão/departamento/programa/escritório da ONU você atuou ou ainda realiza atividades?

Resposta: Missão Permanente do Brasil pra ONU.

2) De acordo com sua experiência, qual língua seria considerada como a mais utilizada em seu ambiente de trabalho na ONU?

Resposta: Inglês

Justifique sua resposta: O inglês é falado a todo momento, na ONU, em NY. Mesmo entre diplomatas latino-americanos falantes de espanhol, por vezes, em razão do ambiente na organização e das negociações, o inglês é o idioma utilizado. Acredito que o segundo idioma mais utilizado seja o francês, pois, mesmo nas instalações da sede da ONU, em NY, todas as informações e indicações de lugares estão em inglês e em francês.

3) De acordo com sua experiência, qual língua você mais utilizou/utiliza em sua rotina de trabalho?

Resposta: Português

Justificativa: Trabalhei na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, onde a grande maioria dos funcionários são diplomatas, oficiais de chancelaria e assistentes de chancelaria brasileiros e, por isso, na missão, empregávamos o português diariamente. Em nossas atividades na ONU, contudo, utilizávamos, majoritariamente, o inglês.

4) Em algum momento do seu trabalho, você se sentiu no dever de se pronunciar em algum outro idioma do qual não gostaria?

Resposta: Sim

Justificativa: Conheço o francês, mas não tenho tanta fluência no idioma, como tenho no inglês. Recepcionando autoridades que falavam apenas francês, precisei utilizar o idioma.

5) Durante sua rotina de trabalho, você já presenciou algum tipo de desentendimento linguístico?

Resposta: Não

6) Em relação aos idiomas oficiais reconhecidos em seu ambiente de trabalho, você já se sentiu prejudicado por alguma escolha linguística em um diálogo durante seu expediente? Qual seria a frequência dessas situações?

Resposta: 1

7) Durante seu trabalho na ONU, você já presenciou dificuldades e barreiras para se comunicar ou entender um outro falante? Qual seria a frequência dessas dificuldades?

Resposta: 3

8) Pensando assim, de acordo com as línguas oficiais reconhecidas pelo seu ambiente de trabalho, você considera que todos de sua equipe de trabalho possuem/possuíam as mesmas condições e facilidades de se pronunciar em algum diálogo?

Resposta: Sim

9) De acordo com sua experiência, você consideraria que haveria uma comunicação melhor se sua língua materna fosse reconhecida pelo seu ambiente de trabalho?

Resposta: Sim

Justificativa: Em meu trabalho cotidiano, empregava o português, mas acredito que o reconhecimento do português como idioma oficial na ONU seria interessante em momentos de falas de autoridades brasileiras, pois as autoridades que viajavam para eventos nem sempre falavam inglês ou algum dos demais idiomas oficiais da ONU.

10) Você está satisfeito com a política linguística elaborada pelo seu ambiente de trabalho?

Resposta: Não

Justificativa: Em meu trabalho cotidiano, empregava o português, mas acredito que o reconhecimento do português como idioma oficial na ONU seria interessante em momentos de falas de autoridades brasileiras, pois as autoridades que viajavam para eventos nem sempre falavam inglês ou algum dos demais idiomas oficiais da ONU.

11) Você teria uma sugestão de uma ação/ política que poderia ser implementada em seu ambiente de trabalho para melhorar as comunicações existentes?

Resposta: Sim

Justificativa: Oferecimento de cursos de idiomas.